



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

**INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM
INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR**

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
E RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Conteúdo

Relatório do auditor independente	3
Balanço patrimonial	8
Demonstração dos resultados	10
Demonstração do resultado abrangente	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	12
Demonstração dos fluxos de caixa	13
Demonstração do valor adicionado	15
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis	
1 Informações gerais	17
2 Principais políticas contábeis	20
3 Caixa e equivalentes de caixa	31
4 Aplicações financeiras	32
5 Valores a receber	32
6 Impostos, taxas e contribuições	35
7 Partes relacionadas	37
8 Investimentos	42
9 Informações por segmento de negócios	51
10 Imobilizado (Consolidado)	56
11 Intangível (Consolidado)	58
12 Fornecedores	61
13 Empréstimos, financiamentos e debêntures (Consolidado)	62
14 Concessão de serviço público	70
15 Provisão para riscos processuais	76
16 Patrimônio líquido (Controladora)	77
17 Receita	78
18 Custos e despesas por natureza	79
19 Resultado financeiro	80
20 Resultado por ação	81
21 Seguros	82
22 Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros	82
23 Transações não caixa	87
24 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego	87
25 Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas	88

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR** (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, sem ressalva.

Incerteza relevante sobre a continuidade operacional

Conforme descrito nas notas explicativas nº 1, 13, e 14 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que indicam que a Companhia: (i) incorreu no prejuízo de R\$ 164.333.000 (R\$ 155.667.000 em 31 de dezembro de 2022) (individual) e de R\$ 277.065.000 (R\$ 235.902.000 em 31 de dezembro de 2022) (consolidado) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) naquela data, o passivo circulante da Companhia, desconsiderando os ativos e passivos mantidos para venda, excedeu o ativo circulante em R\$ 666.274.000 (R\$ 1.224.698.000 em 31 de dezembro de 2022) (consolidado), causado, principalmente, pelo registro no passivo circulante de empréstimos, debêntures e passivos de concessão de serviço público no montante de R\$ 2.655.958.000 (R\$ 2.818.199.000 em 31 de dezembro de 2022) (consolidado); e (iii) a Companhia possuía o saldo de passivo a descoberto no valor de R\$ 1.433.260.000 (R\$ 1.268.927.000 em 31 de dezembro de 2022) (individual) e R\$ 3.332.907.000 (R\$ 3.057.948.000 em 31 de dezembro de 2022) (consolidado) em 31 de dezembro de 2023. Esses eventos e condições juntamente com outros assuntos descritos e mencionados nas notas explicativas de nº 1, 13 e 14, indicam, em 31 de dezembro de 2023, a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria (“PAA”)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 6 - “Impostos, taxas e contribuições” subitem (b), a controlada indireta Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. e a controlada direta Concessionária Litoral Norte S.A. possuem na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos o montante de R\$ 959.852.000 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 868.828.000 em 31 de dezembro de 2022) provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que foram reconhecidos com base em estudos elaborados pela Administração e aprovados pelos órgãos de governança das controladas sobre o montante provável de lucros tributáveis que estarão disponíveis no futuro para realização. A estimativa de lucros tributáveis futuros foi preparada com base no plano de negócios e orçamentos preparados e aprovados pela Administração das Companhias.

Esse tema foi considerado como um principal assunto de auditoria devido à subjetividade, ao julgamento envolvido e incertezas inerentes ao processo na elaboração da estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas, baseadas em estratégias, no cenário macroeconômico, no desempenho atual e passado e no crescimento esperado das operações.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios e premissas e sua consistência com dados históricos e informações disponíveis de mercado; (ii) avaliação da consistência matemática das projeções e razoabilidade dos principais componentes do estudo de lucro tributável futuro, com a participação dos nossos especialistas internos em avaliações econômico-financeiras e especialistas em imposto de renda e contribuição social; (iii) avaliação sobre suficiência de lucros tributáveis futuros em relação aos tributos diferidos ativos reconhecidos; e (iv) avaliação da adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos aceitáveis os critérios e premissas utilizados pela Companhia e controladas na avaliação do valor dos saldos do imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas como um todo.

Avaliação do valor recuperável do ativo intangível relacionado à concessão

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 11 - “Intangível”, a controlada indireta Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - GRU *Airport*, possui montante significativo de ativos não financeiros relacionados à sua concessão, cujo saldo em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 11.392.214.000.

Em 31 de dezembro de 2023, a situação financeira das Companhias indicava que os valores contábeis desses ativos poderiam exceder seu valor recuperável e, por esse motivo, a Administração da Companhia realizou a atualização do teste de avaliação do valor recuperável.

Esse tema foi considerado uma área crítica e, devido aos impactos da pandemia, um assunto ainda de maior risco em nossa abordagem de auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023, tendo em vista que as estimativas e projeções presentes na avaliação do valor recuperável são intrinsecamente sujeitas a incertezas e diversos eventos ou fatores que estão além do controle da administração, especialmente aqueles cuja ocorrência depende de eventos futuros e incertos, que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Com o auxílio de nossos especialistas internos em avaliação econômico-financeira procedemos com os seguintes testes durante nossos procedimentos de auditoria: (i) avaliamos os critérios de classificação dos ativos mantidos para venda; (ii) efetuamos discussões com a Administração sobre as perspectivas para concretização das vendas dos ativos, bem como a inspeção de evidências que suportem a manutenção dos ativos classificados como “ativos mantidos para venda e operações descontinuadas”; (iii) avaliamos as divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas; (iv) revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo e avaliamos se os dados considerados no estudo eram as melhores informações disponíveis e se foram consideradas sobre as práticas de mercado observáveis; (v) revisamos e desafiamos as principais premissas utilizadas pela Administração, considerando o ambiente econômico geral, incluindo os impactos causados pela pandemia nos negócios e no planejamento da Companhia, avaliamos também as expectativas dos analistas, as premissas utilizadas no estudo anterior e seu desempenho quando comparadas com o resultado efetivamente obtido com as informações históricas utilizadas; e (vi) avaliamos o risco associado com os fluxos de caixa e seus efeitos relacionados à taxa de desconto, objetivando analisar a razoabilidade das taxas de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa do modelo preparados pela Companhia, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para cálculo das taxas.

Também como parte de um dos procedimentos aplicados, elaboramos uma análise de sensibilidade independente considerando um cenário mais conservador e comparamos com o valor recuperável obtido no estudo elaborado pela administração da Companhia, com o objetivo de avaliarmos a recuperabilidade dos ativos em um cenário menos favorável.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportaram nossos procedimentos de auditoria, consideramos que os ativos mantidos para venda e descontinuados, bem como a avaliação do valor recuperável, elaborada pela administração da Companhia, estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidado do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que não há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de março de 2024

Mazars Auditores Independentes
CRC nº2SP023701/O-8

DocuSigned by:

Cleber de Araujo

37095C162BEC440...

Cleber de Araujo

Contador CRC 1SP213655/O-8

DocuSigned by:

Tibério Melo

3BC0D5550923454...

Tibério Melo

Contador CRC 1SP313893/O-2

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Balço patrimonial para exercícos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	145.307	272.427	806.764	784.916
Aplicações financeiras	4	394	32.489	918.387	823.522
Contas a receber	5.a	-	-	262.430	304.106
Contas a receber - Venda de investimento	5.b	149.978	-	149.978	-
Estoques		-	-	14.107	12.185
Tributos a recuperar	6.a	14.135	9.347	96.575	77.861
Adiantamentos		3.348	392	17.507	11.385
Dividendos e juros sobre o capital próprio	7	85.902	171.212	-	-
Partes relacionadas	7	2.712	75.648	-	2.681
Outros ativos		8.896	10.402	9.120	10.411
Total do ativo circulante		410.672	571.917	2.274.868	2.027.067
Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas	8 e 25	231.675	183.575	1.216.790	1.426.010
Total do ativo circulante e mantidos para venda e operações descontinuadas		642.347	755.492	3.491.658	3.453.077
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	4	-	-	194.159	175.022
Contas a receber	5.a	-	-	34.272	51.047
Contas a receber - Venda de investimento	5.b	-	127.931	-	127.931
Impostos diferidos ativos	6.b	-	-	959.852	868.828
Estoques		-	-	3.854	3.595
Tributos a recuperar	6.a	-	-	308.396	312.474
Dividendos e juros sobre o capital próprio	7	15.271	11.075	-	-
Partes relacionadas	7	354.671	256.464	173.141	146.012
Depósitos judiciais	15	657	923	39.693	35.363
Investimentos	8	206.909	214.717	66.972	94.445
Imobilizado	10	1.911	3.828	13.766	17.316
Intangível	11	6.275	11.702	11.510.024	12.265.347
Total do ativo não circulante		585.694	626.640	13.304.129	14.097.380
TOTAL DO ATIVO		1.228.041	1.382.132	16.795.787	17.550.457

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Balanço patrimonial para exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

(continuação)

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
CIRCULANTE					
Fornecedores	12	3.104	836	113.208	78.879
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	386.297	355.657
Debêntures	13	209.547	-	356.514	144.955
Impostos a recolher	6.c	1.071	1.466	44.577	83.968
Obrigações com empregados e administradores		3.285	4.322	25.556	27.291
Concessão de serviço público	14	-	-	1.913.147	2.317.587
Partes relacionadas	7	10	274	-	-
Receita diferida		-	-	62.258	55.326
Adiantamentos de clientes		-	-	28.857	6.039
Outros passivos		-	-	10.728	182.063
Total do passivo circulante		217.017	6.898	2.941.142	3.251.765
Passivos mantidos para venda e operações descontinuadas	8 e 25	345.907	302.661	1.167.112	1.310.030
Total do passivo circulante e mantidos para venda e operações descontinuadas		562.924	309.559	4.108.254	4.561.795
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	1.354.784	1.723.653
Debêntures	13	676.471	987.353	1.073.287	1.452.673
Concessão de serviço público	14	-	-	13.120.073	12.402.606
Provisão para riscos processuais	15	1.518	948	40.516	48.031
Receita diferida		-	-	381.998	387.733
Dividendos a pagar	7	22.841	22.841	22.841	24.072
Provisão para passivo descoberto	8	1.397.547	1.329.568	-	-
Adiantamentos de clientes		-	-	9.666	7.022
Outros passivos		-	790	17.275	820
Total do passivo não circulante		2.098.377	2.341.500	16.020.440	16.046.610
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)					
Capital social	16.a	3.867.919	3.867.919	3.867.919	3.867.919
Prejuízos acumulados		(5.301.179)	(5.136.846)	(5.301.179)	(5.136.846)
		(1.433.260)	(1.268.927)	(1.433.260)	(1.268.927)
Participação dos não controladores		-	-	(1.899.647)	(1.789.021)
Total do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		(1.433.260)	(1.268.927)	(3.332.907)	(3.057.948)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.228.041	1.382.132	16.795.787	17.550.457

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	17	-	-	2.892.133	2.407.181
Receita de construção	17	-	-	38.920	54.715
Custo dos serviços prestados	18	-	-	(1.726.625)	(1.654.851)
Custo de construção	18	-	-	(38.920)	(54.715)
LUCRO BRUTO		-	-	1.165.508	752.330
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	18	(41.234)	(43.973)	(193.419)	(190.245)
Equivalência patrimonial	8	(69.375)	(39.475)	(15.776)	(1.305)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18	(27.442)	(7.175)	97.102	649.759
RESULTADO OPERACIONAL		(138.051)	(90.623)	1.053.415	1.210.539
Receitas (despesas) financeiras					
Receitas financeiras	19	126.233	126.636	477.712	386.418
Despesas financeiras	19	(117.835)	(118.592)	(1.856.360)	(1.822.764)
TOTAL		8.398	8.044	(1.378.648)	(1.436.346)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO DE OPERAÇÕES CONTINUADAS ANTES DOS IMPOSTOS		(129.653)	(82.579)	(325.233)	(225.807)
Imposto de renda e contribuição social	6.d	-	-	82.848	62.993
Corrente		-	-	(8.175)	(16.894)
Diferido		-	-	91.023	79.887
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO DE OPERAÇÕES CONTINUADAS		(129.653)	(82.579)	(242.385)	(162.814)
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(112.732)	(80.235)
Atribuível aos acionistas controladores		(129.653)	(82.579)	(129.653)	(82.579)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO DO ATIVO MANTIDO PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	8 e 25	(34.680)	(73.088)	(34.680)	(73.088)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(164.333)	(155.667)	(277.065)	(235.902)
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(112.732)	(80.235)
Atribuível aos acionistas controladores		(164.333)	(155.667)	(164.333)	(155.667)
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações continuadas (em reais - R\$)	20	(0,3021)	(0,1924)		
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações descontinuadas (em reais - R\$)	20	(0,0808)	(0,1703)		

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Demonstração dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	<u>(164.333)</u>	<u>(155.667)</u>	<u>(277.065)</u>	<u>(235.902)</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(164.333)</u>	<u>(155.667)</u>	<u>(277.065)</u>	<u>(235.902)</u>
Acionistas controladores	(164.333)	(155.667)	(164.333)	(155.667)
Acionistas não controladores	-	-	(112.732)	(80.235)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Passivo descoberto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total atribuído aos controladores	Participação não controladores	Total consolidado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	3.867.919	(4.981.179)	(1.113.260)	(1.709.322)	(2.822.582)
Adição dos não controladores	-	-	-	536	536
Prejuízo do exercício	-	(155.667)	(155.667)	(80.235)	(235.902)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	3.867.919	(5.136.846)	(1.268.927)	(1.789.021)	(3.057.948)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	3.867.919	(5.136.846)	(1.268.927)	(1.789.021)	(3.057.948)
Adição dos não controladores	-	-	-	2.106	2.106
Prejuízo do exercício	-	(164.333)	(164.333)	(112.732)	(277.065)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	3.867.919	(5.301.179)	(1.433.260)	(1.899.647)	(3.332.907)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Resultado antes dos impostos		(129.653)	(82.579)	(325.233)	(225.807)
Ajustes:					
Resultado de operações descontinuadas e mantidos para venda		(34.680)	(73.088)	(34.680)	(73.088)
Depreciações e amortizações	10 e 11	6.969	7.212	1.034.538	1.018.532
Baixa de imobilizado e intangível	10 e 11	385	277	507	1.537
(Reversão) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa		-	-	(32.531)	(3.914)
Provisão para riscos processuais		570	(168)	(7.515)	9.032
Apropriação de receita diferida		-	-	(47.185)	(38.941)
Variações monetárias e encargos, líquidos		100.160	111.722	1.822.692	1.798.366
Reequilíbrio econômico financeiro		-	-	(197.771)	(786.772)
Captação de empréstimos e financiamentos	13	57	-	1.090	-
Equivalência patrimonial	8	69.375	39.475	15.776	1.305
Perda ao valor recuperável investimentos		282	(27.995)	305	(27.995)
Dividendos e JSCP		(14.040)	-	(1.231)	-
Outros créditos		1.506	(9.389)	1.291	(9.399)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		-	-	90.982	(83.877)
Venda de investimento		(22.047)	(28.620)	(22.047)	(28.620)
Estoques		-	-	(2.181)	302
Impostos a recuperar		(4.788)	(3.342)	(14.636)	(7.998)
Depósitos judiciais		266	92	(4.330)	(4.204)
Partes relacionadas		(25.271)	(29.895)	(24.448)	(14.629)
Outros		(789)	(106)	(154.880)	62.567
Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas		(48.100)	(68.301)	209.220	286.415

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

(continuação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
(Aumento) redução nos passivos operacionais:					
Fornecedores		2.268	(2.012)	34.329	15.805
Partes relacionadas		(264)	13	-	-
Obrigações com empregados e administradores		(1.037)	(4.196)	(1.735)	1.759
Impostos a recolher		(395)	(39.026)	(130.415)	(144.433)
Adiantamentos clientes		-	-	25.462	2.655
Outras obrigações e contas a pagar		(2.956)	(67)	(6.122)	(3.974)
Outorga Variável	14	-	-	319.587	266.343
Pagamento da outorga variável	14	-	-	-	(183.077)
Receita diferida		-	-	151.478	729.561
Passivos mantidos para venda e operações descontinuadas		43.246	127.766	(142.918)	(96.264)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais		(58.936)	(82.227)	2.557.399	2.461.187
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos/compensados		-	-	91.023	62.993
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13	(18.509)	-	(229.322)	(241.852)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais		(77.445)	(82.227)	2.419.100	2.282.328
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		32.095	89.427	(114.002)	172.652
Aquisição de imobilizado		(10)	(13)	(454)	(14.209)
Aquisição de intangível		-	-	(157.338)	(364.880)
Recebimento de dividendos e JSCP		101.283	15.373	11.392	9.944
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		133.368	104.787	(260.402)	(196.493)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	13	(183.043)	-	(646.975)	(412.842)
Captação de empréstimos e financiamentos		-	57	-	1.040
Adiantamento para futuro aumento capital		-	(1.000)	-	-
Concessão/Pagamento de Outorga		-	-	(1.489.875)	(1.247.483)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(183.043)	(943)	(2.136.850)	(1.659.285)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		(127.120)	21.617	21.848	426.550
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3	272.427	250.810	784.916	358.366
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3	145.307	272.427	806.764	784.916
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(127.120)	21.617	21.848	426.550

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receitas		2.136	17.222	3.453.843	4.158.555
Receita operacional	17	-	-	3.309.751	3.367.001
Receita de construção	17	-	-	38.920	54.715
Reversões/(Perda) estimada em créditos de liquidação duvidosa		-	-	(34.180)	(3.279)
Outras receitas		2.136	17.222	139.352	740.118
Insumos adquiridos de terceiros		(45.906)	(39.875)	(790.722)	(1.296.614)
Custo das mercadorias e serviços vendidos		-	-	(546.552)	(1.029.382)
Custo de construção		-	-	(38.920)	(54.715)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(17.981)	(39.028)	(175.660)	(208.903)
Perda/recuperação de valores ativos		(27.540)	(570)	(29.189)	(3.230)
Outros custos		(385)	(277)	(401)	(384)
Valor adicionado bruto		(43.770)	(22.653)	2.663.121	2.861.941
Retenções		(6.969)	(7.212)	(1.034.309)	(1.018.345)
Depreciação e amortização	10 e 11	(6.969)	(7.212)	(1.034.309)	(1.018.345)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		(50.739)	(29.865)	1.628.812	1.843.596
Valor adicionado recebido em transferência		56.857	87.161	461.936	385.113
Resultado de equivalência patrimonial		(69.376)	(39.475)	(15.776)	(1.305)
Receitas financeiras	19	126.233	126.636	477.712	386.418
Total do valor adicionado das operações continuadas a distribuir		6.118	57.296	2.090.748	2.228.709
Valor adicionado das operações mantidas para venda e descontinuadas a distribuir		(34.680)	(73.088)	(34.680)	(73.088)
Total do valor adicionado a distribuir		(28.562)	(15.792)	2.056.068	2.155.621

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

(continuação)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Distribuição do valor adicionado	(28.562)	(15.792)	2.056.068	2.155.621
Pessoal e encargos	12.796	17.509	126.639	127.983
Remuneração direta	13.274	15.241	88.973	91.279
Benefícios	(965)	1.633	31.595	30.905
FGTS	487	635	6.071	5.799
Impostos, taxas e contribuições	9.104	9.535	370.146	457.941
Federais	8.872	9.206	271.167	340.611
Estaduais	-	161	42	168
Municipais	232	168	98.937	117.162
Remuneração do capital de terceiros	113.871	112.831	1.836.348	1.805.599
Juros	67.614	61.352	309.455	350.002
Variação	43.774	50.974	44.476	51.860
Aluguéis	219	213	377	242
Atualização outorga	-	-	1.472.822	1.382.869
Outros	2.264	292	9.218	20.626
Remuneração de capital próprio	(164.333)	(155.667)	(277.065)	(235.902)
Prejuízo atribuível aos acionistas não controladores	-	-	(112.732)	(80.235)
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores	(164.333)	(155.667)	(164.333)	(155.667)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1 Informações gerais

1.1 Operações da Companhia

A Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR (“INVEPAR”, “Companhia” ou “Controladora”), cuja sede está localizada no Centro Empresarial Mourisco Loja H - Praia Botafogo, 501 - Rio de Janeiro - RJ foi constituída sob a forma de “sociedade por ações”. A Companhia possui registro de Companhia Aberta, na categoria “A”, na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A INVEPAR atua no setor de infraestrutura de transportes no Brasil, com foco nos segmentos de rodovias, mobilidade urbana e aeroportos, como segue:

Empresas controladas, controlada em conjunto e coligadas

Rodovias

Linha Amarela S.A. - LAMSA
Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN
Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT
Concessionária ViaRio S.A. - VIARIO
Concessionária BR-040 S.A. - VIA040

Línea Amarilla Brasil Participações S.A. - LAMBRA

Mobilidade Urbana

Concessionária do VLT Carioca S.A. - VLT

Aeroportos

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - GRU *Airport*

A INVEPAR e o conjunto de empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto são denominados “Grupo INVEPAR” ou “Grupo”.

As informações contábeis das controladas e das coligadas VIARIO, CRT e VLT foram contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial (Nota 8). Os períodos das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

No que diz respeito à controlada indireta GRU *Airport*, a Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2023, não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

O valor recuperável foi estimado com base no seu valor em uso, calculado entre 1º de janeiro de 2024 até 10 de julho de 2032 (previsão de término do Contrato de Concessão) com base no Plano Anual de Negócios de GRU *Airport*.

O Plano Anual de Negócios foi construído com base em metodologias de mercado do setor de atuação e é anualmente revisado. As projeções de receita, custos, investimentos e reinvestimentos são baseadas em premissas de mercado e indicadores macroeconômicos que permitem a sustentação do ativo de concessão registrado no intangível (Nota 11 e 14). Essas mesmas premissas sustentam o lucro tributável futuro permitindo a utilização do imposto ativo diferido constituído no ativo (Nota 6b).

Em 31 de dezembro de 2023, a INVEPAR apresentou prejuízo de R\$ 164.333 (R\$ 155.667 em 31 de dezembro de 2023) (individual) e de R\$ 277.065 (R\$ 235.902 em 30 de dezembro de 2022) (consolidado) e um capital circulante líquido de R\$ 193.655 na controladora (R\$ 565.019 em 31 de dezembro de 2022) e um capital circulante líquido negativo de R\$ 666.274 no consolidado (R\$ 1.224.698 em 31 de dezembro de 2022). Os resultados do capital circulante negativo são

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

impactados no consolidado principalmente pela sua controlada GRU *Airport*, que teve suas demonstrações contábeis preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, pois a Administração concluiu, com base em seu julgamento, que a situação patrimonial atual de prejuízo, capital circulante líquido negativo e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) é prevista no plano de negócios e que a Concessionária GRU *Airport* gerará recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível. A Companhia possuía o saldo de passivo a descoberto no valor de R\$ 1.433.260 (R\$ 1.268.927 em 31 de dezembro de 2022) (individual) e R\$ 3.332.907 (R\$ 3.057.948 em 31 de dezembro de 2022) (consolidado) e está previsto no plano de negócios que a Concessionária GRU *Airport* gerará recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

Pelos próximos 8 anos e cinco meses, a Concessionária GRU *Airport* realizará investimentos de acordo com a fase II do Plano de Exploração Aeroportuária (PEA), para melhorar a capacidade da infraestrutura, segurança, incluindo novos processos e serviços para seus passageiros e usuários.

LAMSA

(a) Processo de encampação

Em 29 de outubro de 2019, a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro enviou Projeto de Lei Complementar à Câmara Municipal para ser votado, em regime de urgência, com o objetivo de encampação do Contrato de Concessão da Linha Amarela.

Em 06 de novembro de 2019, a LAMSA obteve decisão judicial favorável, assegurando a execução do Contrato de Concessão até que se estabeleça processo administrativo garantindo o direito da Concessionária à ampla defesa e à indenização prévia.

Após diversas liminares favoráveis que garantiram a execução do Contrato de Concessão, em 16 de setembro de 2020, o Município do Rio de Janeiro obteve liminar (SLS nº 2792) junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), assegurando o prosseguimento dos atos de encampação, suspendendo a cobrança de tarifa. E, em 03 de março de 2021, após Reclamação (RCL) 43697 apresentada pela Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), o Ministro Luiz Fux, deferiu liminar e suspendeu os efeitos da decisão obtida pelo Município do Rio de Janeiro.

A cobrança da tarifa foi restabelecida em 09 de abril de 2021, com o valor provisório de R\$ 4,00 (quatro reais), fixado pelo juízo, após audiência de conciliação realizada em 05 de abril de 2021, na qual ficou ajustada a realização de perícia no processo de origem (TJRJ nº 0337389-74.2019.8.19.0001) para apurar os desequilíbrios apontados pelas partes.

A perícia realizada pela Alumni COPPEAD e concluída em 22 de novembro de 2021, evidenciou um desequilíbrio em favor da Concessionária e evidenciou um eventual sobrepreço nas obras realizada com base no 11º Termo Aditivo - TA do Contrato de Concessão nº 513/94, sendo deferido prazo às partes para manifestação sobre o laudo, para posterior esclarecimento técnico e envio ao Supremo Tribunal Federal. Cabe ressaltar que no laudo elaborado pela Alumni COPPEAD a expressão sobrepreço não é qualificadora de ato ilícito, apenas que não encontrou subsídios para diferença orçamentária.

Em 29 de setembro de 2022, a Prefeitura do Rio de Janeiro, considerando a perícia realizada pela Alumni COPPEAD, na questão da indicação de potencial sobrepreço nas obras executadas, não levando em consideração o desequilíbrio apresentado no referido laudo, notificou a Companhia através do Ofício nº MTR-OFI-2022/00450, autorizando a abertura do processo sob o nº 03/000.200/202 para apurar a nulidade do 11º Aditivo - TA do Contrato de Concessão nº 513/94, tendo o prazo de 10 dias para pronunciamento. O 11º Aditivo a que se refere trata da prorrogação do prazo da Concessão por mais 15 anos, passando o contrato a vigorar por 480 meses (40 anos) a contar do início da cobrança do pedágio, ocorrida em 1º de janeiro de 1998. Este tema foi divulgado ao mercado em 30 de setembro de 2022, através de fato relevante.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia entende que não é correto falar-se em nulidade do 11º Termo Aditivo do Contrato de Concessão tendo em vista, que não há prova de qualquer ato ilícito praticado quando de sua celebração, e ainda, essa questão é objeto de ações judiciais que tramitam na justiça do Rio de Janeiro, não podendo administrativamente a Prefeitura do Rio de Janeiro decidir sobre essa matéria.

Em 12 de dezembro de 2022 foi realizada audiência entre as partes e ficou acordado que o Município prosseguiria com a suspensão do processo administrativo, bem como não iniciaria nova licitação até o esclarecimento do laudo pericial em nova audiência agendada para 02 de fevereiro de 2023, sendo prorrogada para 10 de março de 2023 conforme despacho emitido em 30 de janeiro de 2023.

Em audiência realizada no dia 10 de março de 2023 no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, foram ouvidos os peritos da COPPEAD para esclarecimentos sobre o laudo. Adicionalmente a juíza suspendeu o procedimento administrativo de nulidade do Contrato de Concessão até a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a reclamação formulada pela Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR).

No dia 10 de março de 2023 teve início a sessão virtual no STF em relação à reclamação (RCL 43 697) da ABCR sobre o caso da encampação da Linha Amarela autorizada pelo Ministro Humberto Martins no Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 16 de setembro de 2020. No dia 14 de março de 2023 o Ministro Luiz Fux pediu vistas no processo suspendendo-o.

Em 25 de junho de 2023 houve a devolução dos autos para julgamento agendado para 04 a 14 de agosto de 2023, em sessão virtual no STF. No dia 5 de agosto de 2023 o Ministro Nunes Marques pediu vistas ao processo.

Em 20 de novembro de 2023, foi efetuado devolução dos autos para julgamento em sessão virtual agendada entre os dias 01 de dezembro de 2023 a 11 de dezembro de 2023.

Em 04 de dezembro de 2023, em sessão virtual, o Ministro Gilmar Mendes pediu vistas ao processo, sendo esse suspenso.

(b) Rebaixamento *Rating*

A escritura das debêntures possui como uma das hipóteses de vencimento antecipado, a obrigação de manutenção da classificação de risco igual ou superior a “Baa1.br”, portanto, maior que a classificação atual. Para que não haja decretação de vencimento antecipado, é necessária convocação de Assembleia Geral de Debenturistas - AGD.

Em 29 de junho de 2021, foi atribuído pela *Moody's* Local Brasil o *rating* CCC+.br à 2ª emissão de debêntures privadas da LAMSA, equivalente ao *rating* atribuído anteriormente.

Em Assembleia Geral de Debenturistas de 04 de novembro de 2021 foi aprovada a renúncia temporária dos efeitos do *rating* para vencimento antecipado da dívida por 12 (doze) meses a contar de 31 de julho de 2021.

Em 21 de julho de 2022, a Agência de classificação e riscos *Moody's* elevou a classificação de risco atribuída à 2ª emissão de debêntures privada da LAMSA, passando de ‘CCC+br’ para ‘BB+br’, com perspectiva positiva.

Em 1º de agosto de 2022, a Assembleia Geral de Debenturistas prorrogou a renúncia temporária dos efeitos da *rating* para vencimento antecipado da dívida por mais 06 (seis) meses, contados de 1º de agosto de 2022 até 1º de fevereiro de 2023.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 07 de outubro de 2022, a Companhia divulgou fato relevante informando que a agência de classificação de risco *Moody's*, colocou em revisão para rebaixamento o *rating* da 2ª Emissão de Debêntures da LAMSA, devido às incertezas geradas pelo processo administrativo de apuração da nulidade do 11º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão iniciado pelo Município do Rio de Janeiro, conforme fato relevante divulgado em 30 de setembro de 2022.

Em 25 de maio de 2023 devido a posição de risco estar abaixo do contrato ocorreu o vencimento antecipado quitando o saldo de empréstimo.

VIA040

(a) Relicitação

Em 07 de agosto de 2019 foi publicado o Decreto nº 9.957/2019, que regulamenta o procedimento de relicitação dos contratos de parceria nos setores rodoviários, ferroviário e aeroportuário. Diante da publicação do referido Decreto, a VIA040, apresentou novo pedido de Relicitação, contendo justificativas pormenorizadas da necessidade de relicitação do empreendimento. Em 26 de novembro de 2019, a ANTT aprovou o pedido, e, em 10 de janeiro de 2020, o pedido foi recomendado para qualificação pelo Programa de Parceria e Investimentos (PPI), secretaria vinculada à Casa Civil. Em 18 de janeiro de 2020, o Decreto nº 10.248 do Poder Executivo, qualificou o trecho da Rodovia BR-040 para fins de relicitação.

Em 14 de julho de 2020, a Diretoria da ANTT aprovou a permissão para celebração de aditivo contratual que direciona a relicitação da VIA040 e em 20 de novembro de 2020, a VIA040 e a ANTT assinaram Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da BR-040/DF/GO/MG, dando continuidade ao processo de relicitação previsto pelo Decreto Federal nº 9.957/2019, no âmbito do PPI. O Termo Aditivo estabelece, dentre outras matérias, as condições para prestação dos serviços de operação, manutenção, conservação e monitoração a serem mantidos pela VIA040 até 18 de fevereiro de 2022.

Em 17 de fevereiro de 2022, a Concessionária BR040 assinou o 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Originário pelo prazo de 18 meses a contar de 19 de fevereiro de 2022, em que o vencimento da concessão passa a ser até 18 de agosto de 2023, conforme a cláusula segunda do respectivo Termo Aditivo.

Em 17 de agosto de 2023, o juiz federal responsável pela ação emitiu determinação para que a Concessionária prossiga com a prestação de serviços de manutenção, conservação, operação e monitoramento da rodovia, mantendo as condições do último Termo Aditivo celebrado até a finalização do processo de relicitação.

Em 29 de dezembro de 2023 a ANTT divulgou o Aviso de licitação do Edital de Concessão nº 04/2023 da Rodovia BR-040. Esse edital corresponde ao trecho de Belo Horizonte/Juiz de Fora com 231,1 km de extensão O leilão está previsto para 11 de abril de 2024.

2 Principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 22 de março de 2024, que compreendem:

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

(b) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB.

As demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas estão sendo apresentadas conforme a Orientação Técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

PEX

Em 21 de novembro de 2023 conforme AGE a Administração optou pela incorporação da PEX pela INVEPAR.

Em 07 de dezembro de 2023 foi finalizado o processo de Incorporação da PEX na INVEPAR com a devida baixa do CNPJ.

2.2 Bases de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a INVEPAR e suas controladas. As participações da INVEPAR são:

	% de participação da INVEPAR					
	2023			2022		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Empresas Consolidadas						
CLN	100	87,28	92,92	100	87,28	92,92
LAMBRA	100	-	100	100	-	100
GRUPAR	80	-	80	80	-	80
Ativos mantidos para venda						
LAMSA	100	100	100	100	100	100
Operações descontinuadas						
VIA040	100	-	100	100	-	100

Controladas

Controladas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas contábeis e operacionais, está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados.

Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

As controladas foram consolidadas somando-se integralmente as contas de ativo, passivo e resultado, destacando-se a participação dos acionistas não controladores, quando aplicável. A consolidação é feita a partir da data de aquisição de cada controlada e tem como principais procedimentos: (i) a eliminação das transações realizadas entre as empresas consolidadas; e (ii) a eliminação das participações no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas.

2.3 Reconhecimento da receita de contrato com o cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação de serviço, especificada no contrato acordado com o cliente, mensurados como receitas acessórias.

A Companhia reconhece a contraprestação de serviço quando transfere ao cliente o controle sobre o serviço.

(a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente (IFRS 15).

Receita de serviços tarifários: é reconhecida pelas tarifas pagas pelos usuários quando da efetiva utilização dos serviços, equipamentos, instalações e das facilidades disponíveis no sistema. Essas tarifas são realizadas de acordo com as regras previstas no Contrato de Concessão.

Receita de serviços não tarifários: conforme previsto no Contrato de Concessão, as Concessionárias podem reconhecer receitas não tarifárias mediante cessão de espaços através de contratos celebrados com prestadores de serviços ou exploradores de outras atividades econômicas.

(b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

(c) Receita de construção

A Companhia é alcançada pela ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), e está sendo registrada receita de construção de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente (IFRS 15). Dessa forma, a Companhia e suas controladas contabilizam receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

As margens de construção são calculadas por empresa, de acordo com a particularidade de cada negócio, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária de cada Concessionária e os custos incorridos pelas empresas com o gerenciamento e acompanhamento das obras.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

2.4 Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Concessionária. Esses investimentos são avaliados ao valor justo por meio do resultado, acrescidos de juros até a data do balanço, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

Os equivalentes de caixa são representados por recursos não vinculados/restritos que são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

2.5 Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária das Controladas e Controladora.

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para as contas a receber e é constituída com base na avaliação de clientes com perspectivas de não pagamento e recorrências de atrasos e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as perdas futuras na realização dos créditos, levando em consideração o valor do saldo de cada cliente e seu histórico de perdas.

Em cada data de balanço, as Controladas e Controladora avaliam se as contas a receber estão com problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

2.6 Estoques

Os estoques são registrados pelo custo médio de aquisição ajustados ao valor realizável líquido e das eventuais perdas quando aplicáveis. Os estoques cuja expectativa de utilização ocorra após 12 meses ou mais da data das demonstrações contábeis, são apresentados no ativo não circulante.

2.7 Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações contábeis da Controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da controlada. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Os investimentos quando negativos são reclassificados para conta apropriada no passivo sendo denominado "Provisão para passivo à descoberto".

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis da Controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil, e reconhece o montante na demonstração do resultado da Controladora.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Quando ocorre a perda de influência significativa sobre as investidas a Companhia avalia e reconhece o investimento pelo valor justo, sendo reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da investida no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente.

2.8 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear as taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de maneira prospectiva, quando for o caso.

2.9 Intangível

Refere-se ao valor do direito de concessão registrado a valor presente, os investimentos para a concessão e os direitos de uso de software, sendo registrados ao custo de aquisição.

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do Contrato de Concessão são registrados ao custo da construção e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados inicialmente, ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e das perdas do valor contábil, quando aplicável.

Os ativos intangíveis referentes ao direito da concessão são amortizados pelo método linear, exceto *GRU Airport* que é amortizada pela curva de passageiros, pelo prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de início da operação do ativo. Os demais itens do ativo intangível, com vida útil definida, são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor contábil, submetidos a teste para análise de perda do seu valor contábil.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

A Companhia e suas controladas reconhecem um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente.

2.10 Benefícios a empregados

As Concessionárias: GRU *Airport*, CLN, LAMSA, VIA040, além da INVEPAR, concedem benefícios a empregados incluindo plano de previdência complementar, assistência médica, odontológica, participação nos resultados, dentre outros, e é patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável. Para os empregados admitidos pela Concessionária, o plano de previdência complementar oferecido é o da BrasilPrev, benefício de aposentadoria por sobrevivência previsto no PGBL e/ou indenização sob a forma de renda prevista no VGBL.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Um passivo de benefícios aos empregados é provisionado conforme o salário, férias e licenças no período em que os serviços relacionados são prestados, a um montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

2.11 Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor contábil. Sendo tais evidências identificadas, e os valores contábeis líquidos excedam o valor recuperável, é constituída perda para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base no contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado de ativo ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.12 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Concessionária e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Concessionária possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.13 Tributação

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Receitas de pedágio e não tarifárias	Demais receitas	Receitas financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65% e 1,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3% e 7,6%	7,60%	4,00%
Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	ISS	2% e 5% (*)	-	-

(*) A alíquota de Imposto sobre Serviços (ISS) é de 2% para receitas tarifárias do aeroporto e 5% para operação de rodovias e receitas não tarifárias do aeroporto. Em 23 de dezembro de 2014 foi aprovada a Lei nº 7.342/14 que alterou o ISS sobre as receitas tarifárias de 2% para 5%. Quanto a tributação do PIS e COFINS, a Companhia adota o regime de não cumulatividade.

A Companhia e suas controladas, exceto GRU *Airport*, adotam o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme o CPC 47 (IFRS 15), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

A tributação sobre o lucro do exercício, para as companhias estabelecidas no Brasil, compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), corrente e diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

2.14 Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o mesmo período. O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas em suas respectivas ações.

2.15 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

A determinação da apuração do ajuste a valor presente envolve elementos do ativo e passivo de longo prazo. Todos os elementos integrantes do ativo realizável e do passivo exigível devem ser ajustados ao seu valor presente, mediante descontos que considerem os juros embutidos pré-fixados. Os demais ativos e passivos de curto prazo somente deverão ser ajustados ao seu valor presente caso esse ajuste tenha efeito relevante nas demonstrações contábeis.

Conforme definição do CPC 12, o Ajuste a Valor Presente objetiva efetuar o ajuste para demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa futuro (o valor de um direito ou obrigação descontadas as taxas implícitas em seu valor original, registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras).

2.16 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis.

A Companhia possui sistemas de recebimento para notas fiscais para registro de serviços com datas de corte intermediárias. Desta forma, ao final de cada mês existem despesas já auferidas pela Companhia, mas efetivamente faturadas pelos seus clientes. Essas despesas são registradas provisões, que levam em consideração dados históricos de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento do prestador de serviço. Como são utilizados dados históricos, essas estimativas estão sujeitas a incertezas significativas.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

Estimativas e premissas:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou, investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação a interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como exemplo a localização das Concessionárias, pelos municípios terem uma legislação vigente diferente de um outro que tenha praça de cobrança de pedágio.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento tributário.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. Na nota explicativa 22 estão as premissas e cálculos.

Provisões para riscos tributários, cíveis, administrativos e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, administrativas e trabalhistas quando aplicáveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

Depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. Estas taxas do ativo imobilizado são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos futuros, sendo o ativo intangível limitado ao prazo da concessão de GRU *Airport*.

Receita diferida

A Companhia reconhece receita diferida correspondente aos contratos com lojistas, referente à cessão de espaço, como também o impacto do reconhecimento diferido da receita com o reequilíbrio econômico-financeiro de sua controlada GRU *Airport*.

2.17 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Concessionária são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 76/2022.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Concessionária se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

No reconhecimento inicial, a Concessionária classifica os ativos financeiros como mensurados ao:

- *Custo amortizado*: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- *Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)*: quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- *Valor justo por meio do resultado (VJR)*: quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pelas Concessionárias.

Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Concessionária para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Da mesma forma, as Concessionárias classificam os passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

2.18 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos.

2.19 Contrato de concessão - ICPC 01 (R1) IFRIC 12

As Concessionárias da Companhia contabilizam os seus contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das Concessionárias porque o Contrato de Concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do Contrato de Concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do Contrato de Concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do Contrato de Concessão.

2.20 Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não circulantes classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo, conforme apresentado no CPC 31 - Ativos não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais e costumeiros para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável.

A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação. Quando a Companhia está comprometida com um plano de venda que envolve a perda de controle de uma controlada, quando atendidos os critérios descritos no parágrafo anterior, todos os ativos e passivos dessa controlada são classificados como mantidos para venda nas demonstrações contábeis consolidadas, mesmo se após a venda a Companhia ainda retenha participação na empresa. Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados.

A moeda funcional do Grupo é o Real (R\$).

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2.21 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

(a) Pronunciamentos revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma) bem como, decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IFRS 17 - Contratos de Seguro - O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro), é uma nova norma de contabilidade com alcance para todos os tipos de contratos de seguro, independentemente do tipo de entidades que os emitem, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações na IAS 8 - As alterações na IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações na IAS 1 e na IFRS Practice Statement 2 - As alterações visam ajudar as entidades a fornecerem divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia.

Imposto diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações na IAS 12 - As alterações estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações na IAS 12 - As alterações na IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS, que incluem uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois e requisitos de divulgação para entidades afetadas.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

(b) Normas revisadas e não vigentes

Alterações na IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de Venda e Retroarrendamento) - Vigente a partir de janeiro/2024. Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações na IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações na IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante - Vigente a partir de 1º de janeiro/2024. Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 da IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações da IAS 7 e na IFRS 7 - Vigente a partir de 1º de janeiro 2024. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa) e na IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa				
Caixa e bancos	69	28	19.963	17.848
Equivalentes de caixa				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	145.238	272.399	786.801	767.068
Total de caixa e equivalentes de caixa	145.307	272.427	806.764	784.916

As Aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa de curto prazo e sem risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2023, a rentabilidade média destas aplicações foi de 101,4% a 104,7% do CDI (102,06% a 104,34% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

4 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Aplicações financeiras				
Circulante				
Conta Pagamento / Reserva Outorga (b)	-	-	917.993	791.033
Certificados de Depósito Bancário - CDB (a)	394	32.489	394	32.489
Total circulante	394	32.489	918.387	823.522
Não circulante				
Conta Reserva (b)	-	-	194.159	175.022
Total não circulante	-	-	194.159	175.022
Total de aplicação financeira	394	32.489	1.112.546	998.544

- (a) As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. Em 31 de dezembro de 2023, a taxa média de rentabilidade destas aplicações era de 99,0% do CDI (101,47% em 31 de dezembro de 2022).
- (b) Os fundos são remunerados pela taxa média de 101,0% do CDI (100,1% do CDI em 31 de dezembro de 2022) sem prazo de carência, com baixo risco, que servem para compor o saldo da Conta Reserva, da Conta Pagamento e da Conta Outorga Fixa e da Conta Outorga Variável, destinado ao cumprimento das obrigações dos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os Bancos Repassadores (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA e Bradesco), além do representante dos debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário.

5 Valores a receber

5(a) Contas a receber

	Consolidado	
	2023	2022
Ativo circulante		
Receitas acessórias	193.637	198.149
Aeronaves e passageiros (a)	152.425	157.508
Armazenagem e capatazia (a)	30.757	29.619
Valores a receber de pedágios (b)	6.206	5.245
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(120.595)	(86.415)
Total ativo circulante	262.430	304.106
Ativo não circulante		
Valores a receber GRU (c)	-	38.557
Cessão de espaço (a)	34.272	12.490
Total ativo não circulante	34.272	51.047
Total contas a receber	296.702	355.153

- (a) Refere-se a operações da concessão do Aeroporto de Guarulhos (GRU *Airport*), representando contas a receber por receitas tarifárias como aviação, armazenagem, passageiros e receitas não tarifárias como cessão de espaço.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

- (b) Contas a receber de pedágio a prazo pela utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas da controlada Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN.
- (c) Refere-se a valores a receber de receitas de GRU *Airport* junto à INFRAERO decorrentes da transição da operação. Em março de 2023 foi realizado o Instrumento de Encontro de Contas e Liquidação de Obrigações entre a Concessionária e o acionista direto, INFRAERO, com o objetivo de liquidar e alinhar as datas de pagamento do montante acordado entre as partes correspondente às receitas e gastos decorrentes da transição do início da operação da concessão do montante a pagar de R\$ 19.173 a valor de outubro de 2021, que será corrigido pelo IPCA até a data de seu pagamento conforme acordo realizado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes demonstrada:

	Total	Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor	Saldos vencidos						
				< 30 dias	de 31 - 60 dias	de 61 - 90 dias	de 91 - 120 dias	de 121 - 150 dias	de 151 - 180 dias	> 180 dias
2023	296.702	(120.595)	331.929	18.378	20.887	3.031	5.627	4.715	4.855	27.875
2022	355.153	(86.415)	304.452	33.597	22.909	13.880	11.436	2.377	1.632	51.285

* Em 2022 parte do saldo vencido há mais de 180 dias não está provisionado, pois se refere basicamente aos valores a receber da INFRAERO em GRU *Airport*, nos montantes de R\$ 38.557.

Em 31 de dezembro de 2023, a perda estimada com crédito de liquidação duvidosa era de R\$ 120.595 (R\$ 86.415 em 31 de dezembro de 2022). O montante é substancialmente referente a GRU *Airport*. A redução no montante em aberto refere-se à renegociação de contratos efetuados pela controlada GRU *Airport*.

A Controlada CLN reconheceu como perda definitiva em 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$ 1.649 (em 31 de dezembro de 2022 R\$ 2.291).

Segue movimentação nas perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa:

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo no início do período	(86.415)	(82.501)
Adições/Reversões	(35.624)	(18.823)
Baixa	1.444	15.544
Transferido para "ativos mantidos para venda"	-	(635)
Saldo no fim do período	(120.595)	(86.415)

A controlada indireta GRU *Airport* avaliou as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando julgamento e avaliação para perdas com liquidação duvidosa ou não através das perdas incorridas e avaliação financeira pelo método de perdas esperadas.

Devido à deterioração da situação financeira de alguns clientes, ainda com reflexo do impacto da COVID-19, foram expurgados da matriz de provisões e avaliados individualmente com base nos dados históricos dos recebíveis, a Administração mensurou como perda incorrida o valor integralmente provisionado para o ano corrente de 2023, independentemente do vencimento ou não dos títulos.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 31 de outubro de 2023 a empresa *Southrock Capital Ltda*, dona das marcas Starbucks, Subway, *Brazil Airport* Restaurantes entre outras do setor de alimentos e bebidas impetrou o pedido de recuperação judicial junto à Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, local onde estão concentrados as principais atividades, administração e o patrimônio da empresa, a fim de proteger o seu interesse privado e garantir a continuidade de sua atividade empresarial. A controlada GRU *Airport* considerou em PECLD os recebíveis da *Southrock* e segue acompanhando a evolução do processo do pedido de recuperação judicial.

5(b) Venda de investimento

Em 30 de abril de 2020, a alienação da CART foi realizada por R\$ 783.966, líquida da perda no montante de R\$ 80.241 capturada na avaliação dos ativos mantidos para venda em 31 de dezembro de 2019.

Em maio de 2020, a Companhia recebeu o montante de R\$ 445.376 pela venda da CART ao IBH II e R\$ 81.328 em junho de 2020. Em 28 de setembro de 2020, a INVEPAR recebeu R\$ 93.673 e registrou uma perda adicional de R\$ 53.589 em decorrência do ajuste de preço da venda.

A avaliação ao valor recuperável do ativo financeiro decorrente da venda das ações da CART considera a expectativa de recebimento do valor de R\$ 110 milhões dado em garantia ao Pátria Investimentos. Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) liberação do valor dado em garantia sobre o período 2023 e 2024, conforme condições estabelecidas no contrato de compra e venda; (ii) atualização dos valores das parcelas liberadas com o CDI entre a data do fechamento da transação de compra e venda e as datas das respectivas liberações; (iii) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA) e CDI; e (iv) taxa de desconto do capital próprio para descontar o fluxo de caixa referente ao recebimento das parcelas do ativo financeiro.

Em dezembro de 2023, o montante atualizado pelo CDI foi de R\$ 149.978 (R\$ 127.931 em 31 de dezembro de 2022), conforme quadro abaixo:

	2023	2022
Principal	110.000	110.000
Atualização	39.978	22.615
AVP	-	(4.684)
Total	149.978	127.931

Em 11 de janeiro de 2024 a INVEPAR foi notificada pela CART, em decorrência do resultado da Sentença Arbitral proferida entre a CART e Metha S.A (antiga OAS S.A.), visando o cumprimento da cláusula 10.9 do Contrato de Compra e Venda, a qual estabelece que a IBH II é responsável por danos atrelados à Arbitragem da OAS até o montante de R\$ 30.000. A sentença mencionada resultou no valor total de R\$ 97.919 em 09 de janeiro de 2024.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

6 Impostos, taxas e contribuições

(a) Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Antecipação de imposto de renda e contribuição social (a)	8.028	6.870	55.224	37.110
PIS e COFINS (b)	7	7	34.176	38.275
Saldo negativo do imposto de renda e contribuição social (a)	4.541	1.056	5.599	1.060
Outros	1.559	1.414	1.576	1.416
Total circulante	14.135	9.347	96.575	77.861
PIS e COFINS (b)	-	-	308.388	312.466
Saldo negativo do imposto de renda e contribuição social (a)	-	-	8	8
Total não circulante	-	-	308.396	312.474
Total tributos a recuperar	14.135	9.347	404.971	390.335

(a) Antecipação de IRPJ e CSLL do ano corrente e IRRF sobre aplicações financeiras.

(b) Estão representados por créditos de PIS e COFINS da controlada GRU *Airport* no montante de R\$ 308.388 composto em sua maioria pelos créditos das contribuições sobre os investimentos, os quais são compensados à medida da amortização dos bens contabilizados no ativo intangível. Conforme a OCPC 05, o ativo intangível é amortizado em função da curva estimada de demanda, pelo prazo da concessão.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos (consolidado)

Natureza	Consolidado	
	2023	2022
Ativo diferido		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.324.197	1.327.759
Diferenças temporárias - Provisões indedutíveis	21.519	22.787
Total do ativo fiscal diferido	1.345.716	1.350.546
Passivo diferido		
Amortização do direito de concessão e margem de construção	(390.965)	(436.725)
AVP - Amortização de outorga e reequilíbrio	6.210	(44.289)
Outros diferidos passivos	(1.109)	(704)
Total do passivo fiscal diferido	(385.864)	(481.718)
Impostos diferidos – Ativo	959.852	868.828

As *holdings* INVEPAR, GRUPAR e LAMBRA não constituíram IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias, pois a Administração entende que as projeções de resultado não apresentam base tributável para realização dos respectivos impostos diferidos. Os valores não constituídos de IRPJ e CSLL diferidos são R\$ 894.190, R\$ 7.836 e R\$ 38.148, respectivamente.

O saldo de IRPJ e CSLL diferidos não constituídos na controlada GRU *Airport* totaliza o montante de R\$ 1.401.089 (R\$ 1.393.835 em 31 de dezembro de 2022).

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, as controladas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

Projeções de resultados tributáveis	Consolidado 2023
2024	25.410
2025	53.232
2026	74.243
2027 em diante	1.192.831
Total dos ativos fiscais diferidos	1.345.716
Total dos passivos fiscais diferidos	(385.864)
Total dos impostos diferidos	959.852

Parcela substancial do ativo fiscal diferido é advindo da controlada GRU *Airport*. A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é viável, considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva nos próximos anos.

(c) Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
PIS e COFINS	1.030	1.775	27.640	59.811
ISS	9	-	9.709	11.823
IRPJ e CSLL	-	-	2.425	8.365
INSS sobre terceiros	1	1	2.645	2.453
IRRF e CSRF	31	(310)	2.158	1.516
Circulante	1.071	1.466	44.577	83.968

(d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(129.653)	(82.579)	(325.233)	(225.807)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	44.082	28.077	110.579	76.774
Adições/Exclusões permanentes	(609)	(388)	(596)	(1.271)
Subvenções do lucro de exploração (1)	-	-	5.148	3.885
Equivalência patrimonial	(23.588)	(18.454)	(5.364)	(5.475)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(19.885)	(9.235)	(27.071)	(11.080)
Outros	-	-	152	160
Total dos impostos no resultado	-	-	82.848	62.993
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(8.175)	(16.894)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	91.023	79.887
Total dos impostos no resultado	-	-	82.848	62.993
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	-	-	-25,5%	-27,9%

(1) Redução de 75% do IRPJ calculada sobre o lucro da exploração de toda a capacidade instalada pelo prazo de 10 anos, a contar a partir de 01 de janeiro de 2014. Tal benefício foi concedido pelo Governo Federal a empresas de setores considerados prioritários na área da SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

7 Partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo INVEPAR, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Em relação aos mútuos realizados entre a controladora e suas partes relacionadas, estes ocorrem em função da necessidade temporária de caixa destas controladas para o cumprimento de seus investimentos e/ou de suas operações, sendo sujeitas aos encargos financeiros pactuados entre as partes, conforme praticado no mercado e aprovados pelos órgãos da Administração.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Composição

			Controladora				
			2023				
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receita/Despesa
LAMSA	Dividendos	Controlada	77.559	15.271	-	-	-
CLN	Dividendos / JSCP	Controlada	8.343	-	-	-	-
CLN	Compart. Despesas (a)	Controlada	2.044	-	-	-	3.856
GRUPAR	Compart. Despesas (a)	Controlada	668	-	10	-	(113)
VIARIO	Mútuo (c)	Coligada	-	116.676	-	-	14.531
LAMBRA	Outros (d)	Controlada	-	110.451	-	-	-
VIA040	Outorga de garantia (b)	Controlada	-	71.079	-	-	4.535
VLT	Mútuo (c)	Coligada	-	52.121	-	-	8.477
VIARIO	Outorga de garantia (b)	Coligada	-	4.344	-	-	1.663
FUNCEF/PETROS/PREVI/YOSEMITE	Dividendos	Acionistas	-	-	-	22.841	-
Total			88.614	369.942	10	22.841	32.949
	Total de dividendos e JSCP		85.902	15.271	-	22.841	-
	Total de partes relacionadas		2.712	354.671	10	-	32.949

			Consolidado				
			2023				
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receita/Despesa
VIARIO	Mútuo (c)	Coligada	-	116.676	-	-	14.531
VLT	Mútuo (c)	Coligada	-	52.121	-	-	8.477
VIARIO	Outorga de garantia (b)	Coligada	-	4.344	-	-	1.663
FUNCEF/PETROS/PREVI/YOSEMITE	Dividendos	Acionista	-	-	-	22.841	-
Total			-	173.141	-	22.841	24.671
	Total de dividendos		-	-	-	22.841	-
	Total de partes relacionadas		-	173.141	-	-	24.671

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Controladora								
2022								
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receita/Despesa	
LAMSA	Dividendos / JSCP	Controlada	164.173	-	-	-	-	
VIA040	Outorga de garantia (b)	Controlada	66.544	-	-	-	18.107	
CLN	Dividendos/JSCP	Controlada	7.039	-	-	-	-	
LAMSA	Compart. Despesas (a)	Controlada	4.613	-	265	-	-	
VIARIO	Outorga de garantia (b)	Coligada	2.681	-	-	-	-	
CLN	Compart. Despesas (a)	Controlada	1.289	-	-	-	1.289	
GRUPAR	Compart. Despesas (a)	Controlada	521	-	9	-	(87)	
LAMBRA	Outros (d)	Controlada	-	110.451	-	-	-	
VIARIO	Mútuo (c)	Coligada	-	102.145	-	-	15.032	
VLT	Mútuo (c)	Coligada	-	43.644	-	-	27.890	
GRUPAR	Dividendos	Coligada	-	11.075	-	-	-	
Instituto Invepar	Compart. Despesas (a)	Controlada	-	224	-	-	-	
FUNCEF/PETROS/PREVI/YOSEMITE	Dividendos	Acionistas	-	-	-	22.841	-	
Total			246.860	267.539	274	22.841	62.231	
	Total de dividendos e JSCP		171.212	11.075	-	22.841	-	
	Total de partes relacionadas		75.648	256.464	274	-	62.231	

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Consolidado							
2022							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receita/Despesa
VIARIO	Mútuo (c)	Coligada	-	102.144	-	-	15.032
VLT	Mútuo (c)	Coligada	-	43.644	-	-	27.890
Instituto Invepar	Compart. Despesas (a)	Controlada	-	224	-	-	-
FUNCEF/PETROS/PREVI/YOSEMITE	Dividendos	Acionista	-	-	-	22.841	-
ACSA	Dividendos	-	-	-	-	1.231	-
Total			-	146.012	-	24.072	42.922
	Total de dividendos		-	-	-	24.072	-
	Total de partes relacionadas		-	146.012	-	-	42.922

(a) Compartilhamento de despesas: Rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

(b) Outorga de Garantia: O contrato de Prestação de Serviços de Outorga de Garantia foi firmado entre a Companhia e a VIA040 em 15 de dezembro de 2015 para que a Companhia constitua garantias (fiança e aval), que deverão cobrir as obrigações pecuniárias decorrentes de dívidas contraídas pela controlada. Em 06 de julho de 2023, em Reunião do Conselho de Administração da INVEPAR e VIA040 foi aprovada a suspensão da cobrança da taxa de 2% a.a. a partir do 2º trimestre de 2023.

(c) Mútuos: Os contratos de mútuo entre a INVEPAR e a coligada VIARIO, sendo 2 contratos remunerados a taxa de 130% do CDI (vencimento em 2034), 6 contratos remunerados a TR + 9,89% a.a. (vencimento em 2034) e 1 contrato remunerado a CDI + 2,90% a.a. (Vencimento em 2028).

Os contratos de mútuo entre a INVEPAR e a coligada VLT, com vencimentos até 2027, são remunerados à taxa de CDI + 5% a.a.

(d) Correspondem em sua maioria a ajustes intermediários e à quitação do Contrato de Compra e Venda de Debêntures com Opção de Revenda entre LAMBRA e Mubadala.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

Remuneração da Administração

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Controladora, que incluem os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, está composta como segue:

Composição	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Pró-labore	3.582	5.005	11.608	12.670
Bônus Variáveis	2.355	1.664	3.300	1.834
Encargos	1.188	1.334	2.948	2.883
Outros benefícios	281	371	1.313	1.089
Total	7.406	8.374	19.169	18.476

Em 28 de abril de 2023 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária a remuneração global anual dos administradores da INVEPAR *Holding* de até R\$ 9.001 para o exercício de 2023.

Programa de Incentivos de Longo Prazo

O presente programa de incentivo de longo prazo - *Performance Phantom Stock Options* da INVEPAR não tem natureza de um plano de opção de compra de ações nos termos do art. 168, §3º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pois não haverá entrega de ações da Companhia e/ou compensação financeira por compra e venda de ações da Companhia.

O programa é baseado na concessão de opções virtuais aos elegíveis (grupo de executivos aprovado pelo Conselho de Administração da INVEPAR). Ele visa estimular o alcance de metas desafiadoras para a Companhia, por meio de uma gestão eficiente e a fim de obter resultados sustentáveis, alinhar interesses dos acionistas e executivos e reter os executivos-chave para alcance dos objetivos estratégicos da Companhia.

O plano concederá o pagamento de premiações em dinheiro baseadas no crescimento do valor da empresa (IPCA + 9,7% a.a.), condicionada ao alcance do gatilho de 90% da meta projetada de EBITDA.

O primeiro ciclo iniciou-se em 1º de janeiro de 2017 e tem vigência de oito anos, em que o participante poderá exercer a opção a partir do quarto ano, conforme regra de *vesting*.

Valorização das ações:

O cálculo das Outorgas seguirá a metodologia de *Expected Growth*, em que o delta da opção corresponde ao valor presente (data da outorga) do ganho potencial de uma opção, ou seja, a diferença entre o preço estimado de venda da ação e o preço do período, que é definido na outorga.

Em cada Oferta de Outorga o participante terá o direito de receber um número de unidades (opções virtuais) levando-se em consideração as premissas definidas no Programa.

Opções serão outorgadas pelo Conselho de Administração tão logo as variáveis financeiras sejam deliberadas para o cálculo.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

No primeiro trimestre de 2020, a Companhia efetuou a reversão de boa parte da provisão dos planos de ILP, pois entendeu que as chances de alcançar as metas do referido programa durante sua vigência seriam mínimas. Em um cenário de pandemia da COVID-19, houve perda de valor no período supracitado, sendo razoável concluir que não haverá pagamento referente aos três ciclos do ILP já outorgados. Em junho de 2023 ocorreu a reversão do saldo residual. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2023 não temos valores provisionados na Companhia (R\$ 788 em 31 de dezembro de 2022), registrado na rubrica "Outros - Passivo não circulante", no balanço patrimonial.

8 Investimentos

Controladora

As participações em controladas, controladas em conjunto e coligadas, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços patrimoniais das respectivas investidas na data base de 31 de dezembro de 2023.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) Participações acionárias

Investidas	Controle	Participação		Controladora				Consolidado			
				2023		2022		2023		2022	
				Investimento/ Passivo a Descoberto	Mantidos para venda/ Operação descontinuada	Investimento/ Passivo a Descoberto	Mantidos para venda/ Operação descontinuada	Investimento	Mantidos para venda/ Operação descontinuada	Investimento	Mantidos para venda/ Operação descontinuada
CLN	Controlada	92,92%	92,92%	139.937	-	120.271	-	-	-	-	-
LAMSA	Controlada	100%	100%	-	231.675	-	183.308	-	324.506	-	351.831
PEX	Controlada	100%	100%	-	-	-	267	-	-	-	267
CRT	Coligadas	24,92%	24,92%	13.146	-	34.207	-	13.146	-	34.206	-
VLT	Coligadas	4,73%	4,73%	29.975	-	27.062	-	29.975	-	27.062	-
VIARIO	Controlada em conjunto	33,34%	33,34%	23.851	-	33.177	-	23.851	-	33.177	-
Subtotal				206.909	231.675	214.717	183.575	66.972	324.506	94.445	352.098
VIA040	Controlada	100%	100%	-	(345.907)	-	(302.661)	-	(274.828)	-	(236.118)
GRUPAR	Controlada	80%	80%	(1.316.176)	-	(1.246.755)	-	-	-	-	-
LAMBRA	Controlada	100%	100%	(81.371)	-	(82.814)	-	-	-	-	-
Subtotal				(1.397.547)	(345.907)	(1.329.569)	(302.661)	-	(274.828)	-	(236.118)
Total				(1.190.638)	(114.232)	(1.114.852)	(119.086)	66.972	49.678	94.445	115.980

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Movimentação consolidada

Investidas	Controle	2022				2023				
		Investimento	Mantido para venda / Op. descontinuada	Participação da Invepar %	Movto. Mantido para venda	Equivalência Patrimonial	Redução de capital	Impairment	Investimento	Mantido para venda / Op. descontinuada
CRT	Coligada	34.206	-	24,92%	-	(9.339)	(11.416)	(305)	13.146	-
VLT	Coligada	27.062	-	4,73%	-	2.913	-	-	29.975	-
VIARIO	Controlada em conjunto	33.177	-	33,34%	-	(9.350)	24	-	23.851	-
LAMSA	Controlada	-	351.831	100,00%	(27.325)	-	-	-	-	324.506
PEX	Controlada	-	267	100,00%	(73)	-	(194)	-	-	-
VIA040	Controlada	-	(236.118)	100,00%	(38.710)	-	-	-	-	(274.828)
		94.445	115.980		(66.108)	(15.776)	(11.586)	(305)	66.972	49.678

Investidas	Controle	2021				2022				
		Investimento	Mantido para venda / Op. descontinuada	Participação da Invepar %	Movto. Mantido para venda	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Impairment	Investimento	Mantido para venda / Op. descontinuada
CRT	Coligada	36.419	-	24,92%	-	7.998	(9.944)	(267)	34.206	-
VLT	Coligada	53.842	-	4,73%	-	(1.200)	-	(25.580)	27.062	-
VLT - Impairment	Coligada	(53.842)	-	4,73%	-	-	-	53.842	-	-
VIARIO	Controlada em conjunto	41.279	-	33,34%	-	(8.102)	-	-	33.177	-
CLN	Controlada	-	115.563	92,92%	101.318	17.498	(3.253)	-	-	-
LAMSA	Controlada	-	141.424	100,00%	210.407	-	-	-	-	351.831
PEX	Controlada	-	607	100,00%	(340)	-	-	-	-	267
VIA040	Controlada	-	48.537	100,00%	(284.655)	-	-	-	-	(236.118)
		77.698	306.131		26.730	16.194	(13.197)	27.995	94.445	115.980

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Movimentação controladora

Investidas	Participação da Invepar %	2022						2023
		Investimento	Redução de Capital	Dividendos	Acionistas	Equivalência patrimonial	Impairment	Investimento
Controladas								
CLN	92,92%	120.271	-	(4.557)	-	24.224	-	139.938
Controlada em conjunto								
VIARIO	33,34%	33.177	-	-	24	(9.350)	-	23.851
Coligada								
VLТ	4,73%	27.062	-	-	-	2.912	-	29.974
CRT	24,92%	34.207	(11.416)	-	-	(9.339)	(306)	13.146
Investimentos		214.717	(11.416)	(4.557)	24	8.447	(306)	206.909
Controladas - Passivos								
LAMBRA	100,00%	(82.815)	-	-	-	1.444	-	(81.371)
GRUPAR	80,00%	(1.246.754)	-	9.844	-	(79.266)	-	(1.316.176)
Provisão para passivo descoberto		(1.329.569)	-	9.844	-	(77.822)	-	(1.397.547)
Ativo mantido para venda								
PEX	100,00%	267	(194)	-	-	(73)	-	-
LAMSA	100,00%	183.308	-	(15.272)	-	63.639	-	231.675
		183.575	(194)	(15.272)	-	63.566	-	231.675
Passivo mantido para venda								
VIA040	100,00%	(302.661)	55.000	-	-	(98.246)	-	(345.907)
		(302.661)	55.000	-	-	(98.246)	-	(345.907)

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Investidas	Participação da Invepar %	2021								2022	
		Investimento	Adto p/ futuro aumento de capital	Dividendos	Incorporação	Lucro não realizado	Reversão mantido para venda	Equivalência patrimonial	Impairment	Investimento	
Controladas											
CLN	92,92%	-	-	(3.253)	-	-	106.024	17.500	-	120.271	
HLASA	100,00%	63	-	-	89	-	-	(152)	-	-	
Controlada em conjunto											
VIARIO	33,34%	41.279	-	-	-	-	-	(8.102)	-	33.177	
Coligada											
VLT	4,73%	-	-	-	-	-	-	(1.200)	28.262	27.062	
CRT	24,92%	36.419	-	(9.944)	-	-	-	7.998	(266)	34.207	
Investimentos		77.761	-	(13.197)	89	-	106.024	16.044	27.996	214.717	
Controladas - Passivos											
LAMBRA	100,00%	(83.857)	-	-	-	-	-	1.042	-	(82.815)	
GRUPAR	80,00%	(1.191.194)	1.000	-	-	-	-	(56.560)	-	(1.246.754)	
Provisão para passivo descoberto		(1.275.051)	1.000	-	-	-	-	(55.518)	-	(1.329.569)	
Ativo mantido para venda											
CLN	100,00%	106.024	-	-	-	-	(106.024)	-	-	-	
PEX	100,00%	607	-	-	(89)	-	-	(251)	-	267	
LAMSA	100,00%	127.949	-	(13.045)	-	13.474	-	54.930	-	183.308	
		234.580	-	(13.045)	(89)	13.474	(106.024)	54.679	-	183.575	
Passivo mantido para venda											
VIA040	100,00%	(174.895)	-	-	-	-	-	(127.766)	-	(302.661)	
		(174.895)	-	-	-	-	-	(127.766)	-	(302.661)	

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Informações financeiras resumidas das controladas e coligadas - Consolidado

Investidas	Participação da Invepar %	2023				2022			
		Total do ativo	Total do passivo circulante e não circulante	Total das receitas brutas do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Total do ativo	Total do passivo circulante e não circulante	Total das receitas brutas do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
Controladas									
CLN	92,92%	184.382	32.324	83.451	26.069	174.284	43.391	73.719	18.831
Controlada em conjunto									
VIARIO	33,34%	1.089.981	1.018.442	170.548	(28.045)	972.523	873.011	158.314	(24.301)
Coligada									
CRT	24,92%	75.266	22.512	-	(37.473)	169.038	31.772	192.862	32.096
Investimentos		1.349.629	1.073.278	253.999	(39.449)	1.315.845	948.174	424.895	26.626
Controladas - Passivos									
LAMBRA	100,00%	30.433	111.803	-	1.453	28.799	111.622	-	1.034
GRUPAR	80,00%	14.796.859	18.024.802	2.808.682	(193.853)	15.208.761	18.255.157	2.333.463	(138.280)
Provisão para passivo descoberto		14.827.292	18.136.605	2.808.682	(192.400)	15.237.560	18.366.779	2.333.463	(137.246)
Ativo mantido para venda									
PEX	100,00%	-	-	-	-	2.256	1.988	-	(251)
LAMSA	100,00%	373.970	142.294	167.901	63.638	492.846	309.537	167.901	54.930
		373.970	142.294	167.901	63.638	495.102	311.525	167.901	54.679
Passivo mantido para venda									
VIA040	100,00%	870.273	1.216.180	485.246	(98.246)	925.693	1.228.354	426.868	(127.766)
		870.273	1.216.180	485.246	(98.246)	925.693	1.228.354	426.868	(127.766)

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Informações sobre os investimentos da controladora

Participações acionárias vigentes em 31 de dezembro de 2023

(a) CRT

A Concessionária Rio-Teresópolis S.A. (“CRT”) - foi constituída em 7 de novembro de 1995, sob a forma de “sociedade anônima”, de propósito específico - SPE, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no Contrato de Concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, no trecho Além Paraíba - Entroncamento BR-040(A) e respectivos acessos, na extensão de 142,5 km, pelo prazo de 25 anos, com início em 22 de março de 1996.

Em 18 de março de 2021 foi assinado o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão estendendo o prazo da concessão por 18 meses, com término em 21 de setembro de 2022. O Processo de Haveres e Deveres foi iniciado atendendo a Resolução da ANTT nº 5.926, de 2 de fevereiro de 2021.

Em 21 de setembro de 2022, às 00:00 hs, o novo concessionário ECORioMinas assumiu a exploração da Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ), anteriormente administrada pela Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT.

A CRT continua em tratativas com a ANTT, na esfera administrativa, para apuração final do processo de Haveres e Deveres e a definição da forma e prazo de pagamento dos créditos devidos à CRT.

(b) CLN

A Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN (“CLN”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 3 de fevereiro de 2000, com sede na Rodovia BA-099 - Estrada do Coco, Praça do Pedágio, Camaçari - BA. A CLN tem como objeto social operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão da via denominada BA-099, sistema rodoviário Estrada do Coco - Linha Verde. Em 14 de maio de 2015 foi assinado o 2º Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público nº 002/00, firmado entre a AGERBA e a CLN ampliando o prazo de concessão em 15 anos. Sendo assim o término do Contrato de Concessão passou para 20 de março de 2050.

Em 06 de dezembro de 2023, foi divulgado fato relevante em decorrência da assinatura do acordo de compra e venda “SPA” com a Monte Forte Holding Participações S.A. subsidiária da Monte Rodovias S.A, do total da participação da INVEPAR (92,92%). A conclusão da operação depende de condições precedentes entre as quais a aprovação junto aos órgãos reguladores.

(c) GRUPAR

Em 6 de fevereiro de 2012, a INVEPAR venceu, em consórcio com a *Airports Company South Africa Soc Limited - ACSA*, o leilão da concessão de serviços públicos para construção parcial, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, na Cidade de Guarulhos em São Paulo. Para explorar a concessão foi criada a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - GRU *Airport* da qual o Consórcio INVEPAR - ACSA, através do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - “GRUPAR”, possui 51% (sendo 80% da INVEPAR e 20% da ACSA) e 49% são detidos pela INFRAERO, conforme o edital da licitação. Conforme memorando de entendimentos firmado entre INVEPAR e ACSA, a ACSA aumentou sua participação na GRUPAR para 20% de seu capital em outubro de 2015. A concessão terá prazo de 20 anos, podendo ser renovado por mais 5 anos.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

(d) LAMBRA

A INVEPAR obteve da extinta VPR Brasil Participações S.A., 100% do capital social da *Línea Amarilla* Brasil Participações S.A. ("LAMBRA"), que por sua vez era detentora de 100% do capital social da *Línea Amarilla* S.A.C. ("LAMSAC"), uma sociedade com sede no Peru, constituída em 6 de outubro de 2009, com objeto social de construção e exploração de uma via expressa na região metropolitana de Lima, conforme Contrato de Concessão firmado em 12 de novembro de 2009, junto à Municipalidade Metropolitana de Lima, no Peru, tendo a referida concessão um prazo de 30 anos.

Em 20 de dezembro de 2016, a Companhia concluiu, nos termos dos contratos celebrados em 5 de agosto de 2016, a alienação da totalidade das ações de emissão da LAMSAC e da PEX PERU para a *Vinci Highways* S.A.S. ("VINCI").

(e) VIARIO

A Concessionária VIARIO S.A. é uma sociedade anônima, constituída em 20 de abril de 2012 e iniciou suas operações em 26 de abril de 2012, de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. A VIARIO tem como objetivo a concessão para implantação e exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e realização de melhorias de Ligação Transolímpica. O prazo da concessão é de 35 anos, contados da data de assinatura do Contrato de Concessão.

(f) PEX

A Empresa tinha como objeto social a (i) exploração de serviços acessórios ao setor de transportes e estacionamento, inclusive a administração e intermediação de meio de pagamento de pedágios e estacionamentos; (ii) a realização de cobrança, recebimento, depósito, pagamento e administração de recursos, por conta e ordem dos usuários do serviço; e (iii) aquisição, manutenção, troca, venda, doação, locação e comodato de equipamentos como meio para a realização de suas operações. Em novembro de 2016, suas operações foram descontinuadas e desde a data-base de 31 de março de 2017 a controlada encontrava-se classificada em operações descontinuadas e o resultado de suas operações foi desconsolidado e apresentado na demonstração do resultado como resultado de operação descontinuada.

Em 07 de dezembro de 2023 foi finalizado o processo de Incorporação da PEX na INVEPAR.

(g) VLT

Em 26 de abril de 2013, a Comissão Especial de Licitação da concorrência promovida pelo Município do Rio de Janeiro - Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria Municipal da Casa Civil, divulgou o resultado do certame relativo à contratação, em regime de parceria público-privada, na modalidade de concessão patrocinada, dos serviços, fornecimentos e obras de implantação, operação e manutenção de sistema de transporte de passageiros através de Veículo Leve sobre Trilhos ("VLT"), na região portuária e central do Rio de Janeiro, pelo prazo de 25 anos, iniciado a partir da emissão da Ordem de Início.

O Município do Rio de Janeiro por intermédio da Secretaria Municipal de Infraestrutura juntamente com Concessionária do VLT Carioca S.A., assinaram o 5º e 6º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão no qual o poder concedente se comprometeu a retomar os pagamentos das contraprestações (CAT-A). Por este motivo a Administração entende que não há risco para continuidade e reverteu o *impairment* que havia constituído.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 11 de janeiro de 2023, foi celebrado o 7º aditivo entre a Companhia e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, com o objetivo de alteração das cláusulas 1.3 e 20 do Contrato de Concessão original, no tocante às garantias prestadas pelo município referentes a pagamentos de aportes públicos e contraprestações pecuniárias que anteriormente estavam vinculadas a Fundo de Investimento Imobiliário. As garantias foram substituídas por cessão fiduciária pelo Poder Concedente à concessionária das receitas municipais oriundas de concessões e permissões de uso e de conta depósito.

Em 26 de setembro de 2023, foi celebrado o 8º Termo Aditivo entre a Companhia e a Prefeitura do Rio de Janeiro, com o objetivo e (i) incorporar ao contrato obras adicionais à implantação do Terminal Intermodal Gentileza (TIG), no montante de R\$ 38.282, a ser pago via aporte público, mediante comprovação de marcos contratuais; (ii) implementar a recomposição de equilíbrio econômico-financeiro, no montante de R\$ 25.972, referente a obras já executadas na implantação do TIG, recebido em 7 de novembro de 2023; (iii) reduzir de 60 para 30 dias o prazo de aprovação e pagamento de marcos contratuais sobre as obras de implantação do TIG e (iv) incluir cláusula contratual estabelecendo que, a partir da entrada em operação da TIG e para efeito do cálculo da CAT B (mitigação do risco de demanda devida pelo Poder Concedente), será utilizada a curva de demanda prevista no Contrato de Concessão a partir do ano 8, aplicando-se um *ramp up* de 50%, 70%, 90% e 100%, respectivamente, nos primeiros 4 trimestres. Ao final dos 4 trimestres será aplicada a curva de demanda integral do 9º ano em diante.

(h) LAMSA

A Linha Amarela S.A. - LAMSA ("LAMSA"), cuja sede está localizada na Avenida Governador Carlos Lacerda S/N, Rio de Janeiro - RJ - Brasil, foi constituída sob forma de sociedade anônima de capital fechado, fundada em 21 de novembro de 1995, e tem como objeto social exclusivamente operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. O prazo da concessão é de 40 anos contados a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 1998, conforme previsto no 11º Termo Aditivo Contratual assinado em 14 de maio de 2010 - Vide informações sobre o processo de encampação da Linha Amarela na Nota explicativa nº. 1.1

Em função do processo de reestruturação da Companhia, que se iniciou em 30 de setembro de 2020, a Companhia passou em 31 de dezembro de 2020, a ser classificada como ativo disponível para venda e o resultado de suas operações está apresentado na demonstração do resultado como resultado de operação descontinuada.

(i) VIA040

Em 31 de janeiro de 2014, através de Assembleia Geral de Constituição, foi criada a Concessionária BR-040 S.A. com sede na cidade de Nova Lima - MG, tendo como única subscritora de seu capital social a INVEPAR. Em 12 de março de 2014 foi celebrado o Contrato de Concessão entre a Concessionária BR-040 S.A. ("VIA040") e a União Federal, por intermédio da ANTT, tendo por objeto a contratação, na modalidade de concessão, da recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário BR-040/DF/GO/MG, pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período, iniciado a partir da data da Assunção. Em 30 de julho de 2015, a VIA040 iniciou a cobrança de pedágio.

Em 20 de novembro de 2020, a VIA040 e a ANTT assinaram Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da BR-040/DF/GO/MG, dando continuidade ao processo de relicitação previsto pelo Decreto Federal nº 9.957/2019, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 17 de fevereiro de 2022, a Concessionária BR040 assinou o 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Originário pelo prazo de 18 meses a contar de fevereiro de 2022, em que o vencimento da concessão passa a ser até 18 de agosto de 2023. Conforme a cláusula segunda do respectivo Termo Aditivo.

O Ministério Público Federal ingressou com Ação Civil Pública com pedido de tutela de urgência contra a União Federal, a ANTT e VIA040 a fim de garantir a continuidade dos serviços essenciais prestados pela Concessionária até a conclusão do processo de relicitação. Em 03 de agosto de 2023, o juiz da 10ª Vara Federal Cível da SSJ de Belo Horizonte designou audiência de conciliação que foi realizada em 10 de agosto de 2023. Nesta audiência de conciliação, por não haver um consenso entre as partes, foi agendada uma nova audiência para tentativa de acordo em 16 de agosto de 2023.

Em 17 de agosto de 2023, o juiz federal responsável pela ação emitiu determinação para que a Concessionária prossiga com a prestação de serviços de manutenção, conservação, operação e monitoramento da rodovia, mantendo as condições do último Termo Aditivo celebrado até a finalização do processo de relicitação.

9 Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia e de suas controladas, com base na divisão de sua gestão e tendo como critério as áreas de atuação de cada uma, sendo agrupados da seguinte forma: (i) rodovias (mantidas para venda); (ii) aeroportos; e (iii) *holding*.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração da Companhia e de suas controladas correspondentes a 31 de dezembro de 2023 e 2022, são as seguintes:

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Demonstração do resultado do período em 31 de dezembro de 2023

	Aeroportos (*)	Rodovias	Holding	Eliminações (**)	Consolidado
Receita líquida de serviços	2.808.682	83.451	-	-	2.892.133
Receita de construção	38.920	-	-	-	38.920
	2.847.602	83.451	-	-	2.931.053
Custo de serviços prestados	(1.678.655)	(47.970)	-	-	(1.726.625)
Custo de construção	(38.920)	-	-	-	(38.920)
Lucro bruto	1.130.027	35.481	-	-	1.165.508
Despesas gerais e administrativas	(142.907)	(9.278)	(41.234)	-	(193.419)
Equivalência patrimonial	-	-	(69.375)	53.599	(15.776)
Outras receitas (despesas) operacionais	124.541	3	(27.442)	-	97.102
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	1.111.661	26.206	(138.051)	53.599	1.053.415
Receitas financeiras	342.846	8.633	126.233	-	477.712
Despesas financeiras	(1.737.039)	(1.486)	(117.835)	-	(1.856.360)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(282.532)	33.353	(129.653)	53.599	(325.233)
Imposto de renda e contribuição social	88.680	(5.832)	-	-	82.848
Corrente	(3.477)	(4.698)	-	-	(8.175)
Diferido	92.157	(1.134)	-	-	91.023
Lucro/Prejuízo do período das operações continuadas	(193.852)	27.521	(129.653)	53.599	(242.385)
Prejuízo de operações descontinuadas	-	-	(34.680)	-	(34.680)
Resultado do período após ativos mantidos para venda e descontinuado	(193.852)	27.521	(164.333)	53.599	(277.065)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	-	-	(112.732)
Atribuível aos acionistas controladores	(193.852)	27.521	(164.333)	-	(164.333)
<u>Informações complementares:</u>					
Depreciação e amortização	(1.021.077)	(6.492)	(6.969)	-	(1.034.538)
Adição ao imobilizado	-	444	10	-	454
Adição ao intangível	274.181	1.537	-	-	275.718

(*) Em 2023 a controlada GRU *Airport* apresentou receitas provenientes da transação com um único cliente igual a 13% de seu faturamento.

(**) A coluna inclui as eliminações e reclassificações entre segmentos no contexto das demonstrações contábeis.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Balço patrimonial em 31 dezembro de 2023

	Aeroportos	Rodovias	 Holding	Operação descontinuada	Eliminações (*)	Consolidado
Ativo						
Ativo circulante	1.870.826	85.676	410.672	-	(92.306)	2.274.868
Ativos classificados como operações descontinuadas	-	-	231.675	985.115	-	1.216.790
Ativo não circulante	13.309.036	132.000	586.695	-	(723.602)	13.304.129
Total do ativo	15.179.862	217.676	1.229.042	985.115	(815.908)	16.795.787
Passivo e patrimônio líquido						
Passivo circulante	2.711.446	27.425	(128.890)	-	331.161	2.941.142
Passivos classificados como operações descontinuadas	-	-	345.907	821.205	-	1.167.112
Passivo não circulante	17.342.877	119.565	2.445.285	163.910	(4.051.197)	16.020.440
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	(4.874.461)	70.686	(1.433.260)	-	2.904.128	(3.332.907)
Total do passivo e patrimônio líquido	15.179.862	217.676	1.229.042	985.115	(815.908)	16.795.787

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Demonstração do resultado do período em 31 de dezembro de 2022

	Aeroportos (*)	Rodovias	Holding	Eliminações (**)	Consolidado
Receita líquida de serviços	2.333.463	73.718	-	-	2.407.181
Receita de construção	54.715	-	-	-	54.715
	2.388.178	73.718	-	-	2.461.896
Custo de serviços prestados	(1.613.411)	(41.440)	-	-	(1.654.851)
Custo de construção	(54.715)	-	-	-	(54.715)
Lucro bruto	720.052	32.278	-	-	752.330
Despesas gerais e administrativas	(131.107)	(15.165)	(43.973)	-	(190.245)
Equivalência patrimonial	-	-	(39.475)	38.170	(1.305)
Outras receitas (despesas) operacionais	654.675	2.259	(7.175)	-	649.759
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	1.243.620	19.372	(90.623)	38.170	1.210.539
Receitas financeiras	253.529	6.253	126.636	-	386.418
Despesas financeiras	(1.702.341)	(1.831)	(118.592)	-	(1.822.764)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(205.192)	23.794	(82.579)	38.170	(225.807)
Imposto de renda e contribuição social	66.911	(3.918)	-	-	62.993
Corrente	(12.549)	(4.345)	-	-	(16.894)
Diferido	79.460	427	-	-	79.887
Lucro/Prejuízo do período das operações continuadas	(138.281)	19.876	(82.579)	38.170	(162.814)
Prejuízo de operações descontinuadas	-	-	(73.088)	-	(73.088)
Resultado do período após ativos mantidos para venda e descontinuado	(138.281)	19.876	(155.667)	38.170	(235.902)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	-	-	(80.235)
Atribuível aos acionistas controladores	(138.281)	19.876	(155.667)	-	(155.667)
<u>Informações complementares:</u>					
Depreciação e amortização	(1.005.125)	(6.195)	(7.203)	-	(1.018.523)
Adição ao imobilizado	300	736	13	-	1.049
Adição ao intangível	394.954	4.145	-	-	399.099

(*) Em 2022 a controlada GRU *Airport* apresentou receitas provenientes da transação com um único cliente igual a 13% de seu faturamento.

(**) A coluna inclui as eliminações e reclassificações entre segmentos no contexto das demonstrações contábeis.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2022

	Aeroportos	Rodovias	 Holding	Operação descontinuada	Eliminações (*)	Consolidado
Ativo						
Ativo circulante	1.630.746	68.593	571.917	-	(244.189)	2.027.067
Ativos classificados como operações descontinuadas	-	-	183.575	1.242.435	-	1.426.010
Ativo não circulante	14.056.737	137.521	627.639	-	(724.517)	14.097.380
Total do ativo	15.687.483	206.114	1.383.131	1.242.435	(968.706)	17.550.457
Passivo e patrimônio líquido						
Passivo circulante	3.222.916	31.074	(295.764)	-	293.539	3.251.765
Passivos classificados como operações descontinuadas	-	-	302.661	1.007.369	-	1.310.030
Passivo não circulante	17.058.844	126.961	2.645.161	235.066	(4.019.422)	16.046.610
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	(4.594.277)	48.079	(1.268.927)	-	2.757.177	(3.057.948)
Total do passivo e patrimônio líquido	15.687.483	206.114	1.383.131	1.242.435	(968.706)	17.550.457

(*) A coluna inclui as eliminações e reclassificações entre segmentos no contexto das demonstrações contábeis.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

10 Imobilizado (Consolidado)

		Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %				
		2022	Adições	Baixas	Transferências (*)	2023
Custo						
Instalações		1.973	-	-	-	1.973
Máquinas e equipamentos		5.295	105	(455)	72	5.017
Móveis e utensílios		3.123	59	(504)	-	2.678
Veículos		5.299	70	(518)	513	5.364
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		14.483	-	-	-	14.483
Equipamentos de informática		15.249	110	(4.044)	23	11.338
Imobilizado em andamento		23	110	-	(133)	-
Outros		15	-	-	-	15
		45.460	454	(5.521)	475	40.868
Depreciação acumulada						
Instalações	13,6	(960)	(193)	-	-	(1.153)
Máquinas e equipamentos	9,2	(2.932)	(392)	446	-	(2.878)
Móveis e utensílios	9,2	(2.225)	(246)	325	-	(2.146)
Veículos	19,1	(4.250)	(569)	518	-	(4.301)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	6,8	(5.165)	(1.276)	-	-	(6.441)
Equipamentos de informática	19,6	(12.597)	(1.410)	3.839	-	(10.168)
Outros		(15)	-	-	-	(15)
		(28.144)	(4.086)	5.128	-	(27.102)
Total		17.316	(3.632)	(393)	475	13.766

(*) Em 31 de dezembro de 2023, houve transferências do intangível para o imobilizado referente aos projetos classificados no intangível em andamento.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	2021	Adições	Baixas	Transferências	Ativo mantido para venda	2022
Custo							
Instalações		1.436	-	-	-	537	1.973
Máquinas e equipamentos		2.749	52	(257)	527	2.224	5.295
Móveis e utensílios		2.605	-	(243)	-	761	3.123
Veículos		2.295	381	(95)	(494)	3.212	5.299
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		5.023	18	-	-	9.442	14.483
Equipamentos de informática		14.144	285	(1.614)	277	2.157	15.249
Imobilizado em andamento		34	313	-	(324)	-	23
Outros		-	-	-	-	15	15
		28.286	1.049	(2.209)	(14)	18.348	45.460
Depreciação acumulada							
Instalações	13,6	(725)	(193)	-	-	(42)	(960)
Máquinas e equipamentos	9,2	(1.721)	(390)	212	-	(1.033)	(2.932)
Móveis e utensílios	9,2	(1.727)	(273)	216	-	(441)	(2.225)
Veículos	19,1	(2.398)	(547)	95	-	(1.400)	(4.250)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	6,8	(3.168)	(1.277)	-	-	(720)	(5.165)
Equipamentos de informática	19,6	(10.795)	(1.563)	1.298	-	(1.537)	(12.597)
Outros		-	-	-	-	(15)	(15)
		(20.534)	(4.243)	1.821	-	(5.188)	(28.144)
Imobilizado		7.752	(3.194)	(388)	(14)	13.160	17.316

A Administração não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Redução ao valor recuperável de ativos (“*Impairment*”)

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

11 Intangível (Consolidado)

	Taxas anuais de amortização %	2022	Adições	Baixas	Transferências *	2023
Custo						
Software		61.866	-	-	387	62.253
Direito de concessão - investimento CLN		165.008	-	(18)	1.543	166.533
Direito de concessão - investimento GRU		15.161.720	105.168	-		15.266.888
Investimento para concessão		4.419.593	19.829	(187)	36.514	4.475.749
Andamento		209.952	150.721	-	(38.919)	321.754
		20.018.139	275.718	(205)	(475)	20.293.177
Amortização						
Software	20	(46.601)	(6.602)	-	-	(53.203)
Direito de concessão - investimento CLN	(a)	(51.295)	(4.409)	10	-	(55.694)
Direito de concessão - investimento GRU	(b)	(5.853.039)	(751.665)	-	-	(6.604.704)
Investimento para concessão	(c)	(1.801.857)	(267.776)	81	-	(2.069.552)
		(7.752.792)	(1.030.452)	91	-	(8.783.153)
Total*		12.265.347	(754.734)	(114)	(475)	11.510.024

* No total do intangível o montante de R\$ 11.392.214 corresponde a controlada indireta GRU *Airport*.

- (a) A amortização do direito de concessão CLN é linear de acordo com o prazo restante para o final da concessão (20 de março de 2050), conforme contrato de utilização de bem público firmado entre a Companhia e o Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia (DERBA) e Aditivos de Reequilíbrio firmados em 27 de abril de 2005 e 14 de maio de 2015 (ver Nota explicativa nº 1).
- (b) O cálculo da amortização é efetuado de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).
- (c) O incremento no saldo em andamento refere-se ao projeto *People Mover*.
- (*) Em 31 de dezembro de 2023, houve transferências do intangível para o imobilizado referente aos projetos classificados no intangível em andamento.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	Taxas anuais de amortização %	2021	Adições	Baixas	Transferências	Ativo mantido para venda	2022
Custo							
Software		77.107	107	-	(17.054)	1.706	61.866
Direito de concessão - investimento CLN		-	-	-	10.676	154.332	165.008
Direito de concessão - investimento GRU		15.057.078	136.062	-	(31.420)	-	15.161.720
Investimento para concessão		4.312.418	8.841	(1.728)	92.527	7.535	4.419.593
Andamento		10.616	254.089	(38)	(54.715)	-	209.952
		19.457.219	399.099	(1.766)	14	163.573	20.018.139
Amortização							
Software	20	(38.681)	(6.650)	-	-	(1.270)	(46.601)
Direito de concessão - investimento CLN	(a)	-	(4.134)	7	-	(47.168)	(51.295)
Direito de concessão - investimento GRU	(b)	(5.107.739)	(745.300)	-	-	-	(5.853.039)
Investimento para concessão	(c)	(1.544.262)	(258.205)	610	-	-	(1.801.857)
		(6.690.682)	(1.014.289)	617	-	(48.438)	(7.752.792)
Intangível		12.766.537	(615.190)	(1.149)	14	115.135	12.265.347

- (a) A amortização do direito de concessão CLN é linear de acordo com o prazo restante para o final da concessão (20 de março de 2050), conforme contrato de utilização de bem público firmado entre a Companhia e o Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia (DERBA) e Aditivos de Reequilíbrio firmados em 27 de abril de 2005 e 14 de maio de 2015 (ver Nota explicativa nº 1).
- (b) O cálculo da amortização é efetuado de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).
- (c) O incremento no saldo em andamento refere-se ao projeto *People Mover*.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

O grupo INVEPAR tem realizado ampliações e melhorias nas concessões em que opera. Tendo em vista que tais obras foram financiadas com capital de terceiros, a Companhia efetuou a capitalização dos juros referentes aos montantes que foram usados nas obras, obedecendo aos critérios de aplicação dos recursos. O valor dos juros R\$ 13.212 (R\$ 4.295 em 31 de dezembro de 2022).

Segundo orientações contidas na OCPC 05, a outorga fixa foi reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a., e terá a sua amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros e as despesas financeiras provenientes da atualização serão capitalizadas em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será realizada proporcionalmente à finalização de cada fase.

As adições no período referem-se principalmente ao projeto APM, da elaboração do projeto, construção, operação e manutenção do sistema de conexão rápida, no formato *people mover*, entre a estação Aeroporto, linha 13 - Jade da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e o Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP, e capitalização da atualização monetária da outorga fixa de R\$ 105.168 e R\$ 13.212 referente a juros sobre empréstimos e financiamentos.

O projeto denominado APM - *Automated People Mover* (AeroGRU), cujo prazo de conclusão está previsto para o ano de 2024, terá o investimento relativo à elaboração do projeto e construção em seu valor original de R\$ 376.058, porém atualizado pelo índice INCC-DI apurado de dezembro de 2019 a fevereiro de 2022 correspondente ao total de R\$ 470.971.

Sobre os ativos intangíveis da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

Redução ao valor recuperável de ativos (“*Impairment*”)

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar se há necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil ao seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos.

Não foram identificados indicativos de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foram considerados: (i) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia para o período atual até o momento da devolução da concessão; (ii) valor da indenização referente à adesão ao processo de relicitação no valor total dos ativos imobilizados e intangível não amortizados, descontado do excedente tarifário e multas administrativas; (iii) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA); (iv) taxa de desconto que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*weighted average cost of capital* - WACC) para descontar o fluxo operacional da Concessionária até a devolução; (v) taxa de desconto livre de risco equivalente à NTNB-2024 para descontar o fluxo de caixa referente ao recebimento da indenização.

As premissas adotadas nas projeções utilizadas para o teste são as mais adequadas para a presente data e que estão baseadas em lei federal (lei das concessões). As regras para mensuração do valor de indenização serão objeto de normativa própria para o evento ainda não publicada / divulgada pela autarquia responsável (ANTT). Adicionalmente, quando da publicidade da normativa que regulamentará o cálculo da indenização, a Companhia irá reavaliar as premissas e projeções para o cálculo do *impairment*.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

No que diz respeito à GRU *Airport*, a Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação. O valor recuperável foi estimado com base no seu valor em uso, calculado entre 1º de janeiro de 2023 e 10 de julho de 2032 (previsão de término do Contrato de Concessão).

Prazo de amortização

A amortização do intangível referente às concessões é linear, exceto GRU *Airport* que é amortizada pela curva estimada de passageiros, de acordo com o número de dias restantes para o final do período de cada concessão. O valor é registrado na conta de custo de amortização da concessão no custo operacional e a contrapartida é a conta de amortização acumulada no ativo intangível.

12 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores nacionais	3.104	836	112.947	78.491
Fornecedores internacionais	-	-	261	388
Total	3.104	836	113.208	78.879

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures (Consolidado)

Empresas	Tipo / Credor	Moeda	Vencimento	Indexador	Encargos	Garantia	2023	2022	
							Total não circulante	TOTAL	TOTAL
GRU <i>Airport</i>	Finem Repasse direto	Real	dez/27	TJLP	2,88% e 3,40%	(a)	1.351.990	1.736.160	2.063.515
GRU <i>Airport</i>	Arrendamentos	Real	ago/25	CDI	7,71%	(a)	2.794	4.921	6.671
GRU <i>Airport</i>	Debêntures	Real	dez/25 e out/26	IPCA	6,40% e 7,86%	(a)	397.775	545.704	613.208
GRU <i>Airport</i>	(-) Custo de captação	Real	dez/25 e out/26	-	-	-	(959)	(1.921)	(2.933)
CLN	BNB - FNE	Real	dez/24	-	4,12%	(a)	-	-	12.103
CLN	(-) Custo de captação	Real	dez/24	-	-	-	-	-	(20)
INVEPAR	Debêntures	Real	abr/21 e out/27	IPCA	6,50%	(a)	676.471	886.018	987.459
INVEPAR	(-) Custo de captação	Real	abr/21 e out/24	-	-	-	-	-	(106)
							2.428.071	3.170.882	3.679.897
Aplicação financeira vinculada							-	-	(2.959)
Total da dívida líquida							2.428.071	3.170.882	3.676.938

(a) Garantia de projeto: Penhor de ações e/ou Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios, e/ou Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes, Alienação Fiduciária de Ativos Financeiros e/ou Conta Reserva. Para caso de execução de garantia de ações de uma Companhia, deverá ser observado o pacto comissório do Código Civil. Ou seja, após a execução da garantia e a transferência da propriedade das ações garantidas ao credor, as mesmas deverão ser vendidas a terceiros, de maneira pública ou privada, sendo vedada a venda por preço vil. Logo, havendo recursos suficientes para pagar a dívida com a venda das ações a terceiros, o sobejo retornaria para a Companhia. No entanto, caso a venda das ações não seja suficiente para quitar a dívida, a Companhia continuaria sendo devedora.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	2023		
	Total circulante	Total não circulante	TOTAL
Empréstimos e financiamentos	386.297	1.354.784	1.741.081
Debêntures	356.514	1.073.287	1.429.801
	742.811	2.428.071	3.170.882

	2022		
	Total circulante	Total não circulante	TOTAL
Empréstimos e financiamentos	355.657	1.723.653	2.079.310
Debêntures	144.955	1.452.673	1.597.628
	500.612	3.176.326	3.676.938

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Empresas	2022	Desconto	Pagamento		Provisão juros	Juros capitalizados	Custo de captação incorrido	Variação Monetária	Passivo mantido para venda	2023
			Principal	Juros *						
GRU	2.680.461	-	(441.133)	(210.215)	241.524	13.212	1.015	-	-	2.284.864
CLN	12.083	-	(11.741)	(598)	238	-	18	-	-	-
INVEPAR	987.353	(11.058)	(183.043)	(18.509)	67.560	-	57	43.658	-	886.018
Total dívida	3.679.897	(11.058)	(635.917)	(229.322)	309.322	13.212	1.090	43.658	-	3.170.882
Aplicações financeiras	(2.959)									-
Dívida líquida	3.676.938									3.170.882

Empresas	2021	Desconto	Pagamento		Provisão juros	Juros capitalizados	Custo de captação incorrido	Variação Monetária	Passivo mantido para venda	2022
			Principal	Juros *						
GRU	3.035.617	-	(407.428)	(241.044)	288.062	4.295	959	-	-	2.680.461
CLN	-	-	(5.414)	(808)	620	-	24	-	17.661	12.083
INVEPAR	875.718	-	-	-	60.753	-	57	50.825	-	987.353
Total dívida	3.911.335	-	(412.842)	(241.852)	349.435	4.295	1.040	50.825	17.661	3.679.897
Aplicações financeiras	-									(2.959)
Dívida líquida	3.911.335									3.676.938

* Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros para financiamento de construção, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

INVEPAR

Em 08 de novembro de 2021 foi assinado a transferência e atualização de custódia da 3ª emissão realizada em 15 de outubro de 2015, em que foi atualizada para a quantidade de 9.946 (nove mil, novecentos e quarenta e seis), totalizando R\$ 232.890, pelo PU 23.415,41757 em 31 de dezembro de 2023. A divisão entre os titulares dos debenturistas atualizada ficou da seguinte forma:

Titular	Quantidade	%	Valor (milhares)
Mubadala	4.974	50,01%	104.222
Previ	2.486	24,99%	52.090
Petros	2.486	24,99%	52.090
Total	9.946	100%	208.402

Em 08 de novembro de 2021 foi assinado a transferência e atualização de custódia da 5ª emissão realizada em 27 de fevereiro de 2019, em que foi atualizada para a quantidade de 43.429 (quarenta e três mil, quatrocentos e vinte e nove), totalizando R\$ 754.569, pela PU 17.374,76957 em 31 de dezembro de 2023. A divisão entre os titulares dos debenturistas atualizada ficou da seguinte forma:

Titular	Quantidade	%	Valor (milhares)
Mubadala	22.576	51,98%	352.275
Funcef	10.849	24,98%	169.287
Previ	10.004	23,04%	156.102
Total	43.429	100%	677.664

Essa atualização e transferência de contrato com a Mubadala Capital, ocorreu em função da venda dos investimentos dos Metrô Rio e Barra, em que foram liquidadas debêntures no total de R\$ 1.867.967 entre principal e juros (Nota 1.2 e 8), da 3ª e 5ª emissões. Desta forma, o valor foi reduzido.

Em 20 de outubro de 2023, foi assinado o Segundo Aditamento do Acordo de Reestruturação ditando os novos termos para quitação parcial do saldo em aberto das debêntures.

Tivemos o pagamento de R\$ 201.552 sendo R\$ 183.043 do principal e R\$ 18.509 de juros.

Debêntures

Rating

Em 19 de janeiro de 2022 a agência S&P elevou os *ratings* da Companhia, passando de 'D' para 'CCC+' na Escala Global e de 'D' para 'brBB' na Escala Nacional. Também foram elevados os *ratings* da 3ª e 5ª emissões de debêntures da INVEPAR (Debêntures), passando de 'D' para 'brB+', respectivamente, com perspectiva estável.

Em 24 de janeiro de 2023, a agência S&P revisou os *ratings* da Companhia, passando de 'CCC+' para 'CCC' na Escala Global e de 'brBB' para 'brB' na Escala Nacional. Também foram rebaixados os *ratings* da 3ª e 5ª emissões de debêntures da INVEPAR (Debêntures), passando de 'brB+' para 'brCCC', com perspectiva negativa.

Em 30 de maio de 2023, a agência S&P revisou os *ratings* da Companhia, passando de 'CCC' para 'CCC-' na Escala Global e de 'brB' para 'brCCC' na Escala Nacional Brasil. Também foram rebaixados os *ratings* da 3ª e 5ª emissões de debêntures da INVEPAR ("Debêntures"), passando de 'brCCC' para 'brC'.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 25 de outubro de 2023, a agência S&P revisou os *ratings* da Companhia, passando de 'CCC' para 'brCCC' na Escala Global e de 'brCCC' para 'D' na Escala Nacional Brasil. Também foram rebaixados os *ratings* da 3ª e 5ª emissões de debêntures da INVEPAR ("Debêntures"), passando de 'brC' para 'D'.

Em 01 de novembro de 2023, a agência de classificação de riscos S&P Global *Ratings* revisou os *ratings* da Companhia, passando de 'D' para 'CCC+' na Escala Global e de 'D' para 'brBB-' na Escala Nacional Brasil. Também foram elevados os *ratings* da 3ª e 5ª emissões de debêntures da INVEPAR ("Debêntures"), passando de 'D' para 'brB', respectivamente, com perspectiva negativa.

Hipóteses de Vencimento Antecipado

- Os contratos de financiamento nas empresas INVEPAR e *GRU Airport* (Partes Relacionadas) possuem cláusulas restritivas limitando o endividamento, contratação de novas dívidas, e emissão de novos valores mobiliários, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento nas empresas INVEPAR e *GRU Airport* (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à distribuição de dividendos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas INVEPAR e *GRU Airport* (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à alienação de controle acionário regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.

A quebra dessas, ou outras obrigações dos contratos de financiamento, pode ocasionar o vencimento antecipado da dívida e acionamento de cláusulas de *cross default* com efeito na Companhia.

Nos termos dos contratos de dívida, empréstimo, financiamento, e emissões de valores mobiliários, a Companhia e sociedades controladas estão sujeitas ao cumprimento de obrigações específicas. O descumprimento de tais obrigações sem a anuência dos respectivos credores poderá resultar na declaração do vencimento antecipado de tais contratos e na execução das garantias constituídas em relação aos mesmos. A declaração do vencimento antecipado de dívidas também poderá resultar no vencimento antecipado de dívidas assumidas no âmbito de outros contratos financeiros (*cross default* e *cross acceleration*).

A cláusula de *cross default* prevista no contrato celebrado pela Companhia é padrão de mercado.

GRU Airport

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos são capitalizados em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será devida proporcionalmente à finalização de cada fase. No período findo em 31 de dezembro de 2023, o montante capitalizado foi de R\$ 13.212 (R\$ 4.295 em 31 de dezembro de 2022).

Composição dos empréstimos de longo prazo por ano de vencimento:

Vencimento

2025	412.296
2026 em diante	942.488
	<u>1.354.784</u>

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

Financiamento de longo prazo - Finem Repasse Direto

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES no valor de R\$ 2,4 bilhões dividido em quatro subcréditos: (i) “subcrédito A” no valor de R\$ 1,5 bilhão, (ii) “subcrédito B1” no valor de R\$ 435.000, (iii) “subcrédito B2” no valor de R\$ 487.000, e (iv) “subcrédito C” no valor de R\$ 17.300. Os juros incidentes sobre o valor principal dos subcréditos A e B são de 2,88% ao ano acrescidos a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do subcrédito C é remunerado somente através da TJLP. O valor principal tem vencimento em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante as demandas.

Financiamento de longo prazo - Finem Repasse Indireto

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), junto aos bancos: Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Caixa Econômica Federal, todos os bancos, cada qual, com o percentual de 20%, no valor total de R\$ 1,03 bilhão dividido em três subcréditos: (i) “subcrédito A” no valor de R\$ 643.000; (ii) “subcrédito B1” no valor de R\$ 187.000; e (iii) “subcrédito B2” no valor de R\$ 209.000. Os juros incidentes sobre o valor principal são de 3,40% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), com vencimento do valor principal em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante a demanda.

Garantias e cláusulas restritivas financeiras

Os Contratos de Financiamento de Longo Prazo relacionados aos contratos firmados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aos bancos repassadores e às debêntures de 1ª emissão e de 2ª emissão, representados pelo agente fiduciário possuem as seguintes garantias e cláusulas restritivas:

- Os financiamentos são garantidos através do: (i) penhor da totalidade dos direitos creditórios da concessão através do contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, de administração de contras e outras avenças; e (ii) penhor de ações dos acionistas, com o contrato e penhor de ações e outras avenças do Aeroporto de Guarulhos Participações (GRUPAR) e contrato de penhor de ações e outras avenças da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO);
- A Concessionária possui o contrato de suporte de acionistas e outras avenças (*ESA - Equity Support Agreement*) que é parte integrante e inseparável do contrato de financiamento com o BNDES, que impõem a obrigação por parte dos acionistas de aportar na Concessionária o valor necessário para o pagamento integral e anual da Outorga, englobando as contribuições fixa e variável; e
- Os contratos de financiamento de longo prazo possuem obrigações financeiras, *covenants*, que obrigatoriamente deverão ser apresentados após a conclusão de todas as obras financiadas, e servem exclusivamente de base para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio acima do mínimo obrigatório.

Arrendamentos

Em 11 de fevereiro de 2019, a Concessionária firmou contrato de arrendamento com o Banco Daycoval para o projeto de modernização dos equipamentos e sistemas de estacionamento do sítio aeroportuário.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 28 de agosto de 2020, foi assinado o TRA - Termo de recebimento e aceitação do arrendamento celebrado junto ao Banco Daycoval. O montante foi classificado no intangível na rubrica de investimentos para concessão.

Debêntures

1ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de janeiro de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM nº 476, no valor de R\$ 300.000, emitidas em quatro séries, com valor nominal unitário de R\$ 1 cada, totalizando 300.000 debêntures (75.000 debêntures para cada série).

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para suportar os investimentos na ampliação da infraestrutura do Aeroporto.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 7,86% a.a., correspondente à 1ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, a partir da data de emissão até a data de pagamento dos juros das debêntures, sendo que a 1ª série terá o seu pagamento em 15 de março, a 2ª série em 15 de junho, a 3ª série em 15 de setembro e a 4ª série em 15 de dezembro, até a amortização do principal que será em 09 parcelas anuais, iniciando em 15 de março de 2017 e terminando em 15 de dezembro de 2025, conforme vencimentos descritos a seguir:

<u>Amortização</u>	<u>1ª série</u>	<u>2ª série</u>	<u>3ª série</u>	<u>4ª série</u>
5%	15/03/2017	15/06/2017	15/09/2017	15/12/2017
5%	15/03/2018	15/06/2018	15/09/2018	15/12/2018
8%	15/03/2019	15/06/2019	15/09/2019	15/12/2019
10%	15/03/2020	15/06/2020	15/09/2020	15/12/2020
12%	15/03/2021	15/06/2021	15/09/2021	15/12/2021
15%	15/03/2022	15/06/2022	15/09/2022	15/12/2022
15%	15/03/2023	15/06/2023	15/09/2023	15/12/2023
15%	15/03/2024	15/06/2024	15/09/2024	15/12/2024
15%	15/03/2025	15/06/2025	15/09/2025	15/12/2025

2ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 08 de agosto de 2014, foi aprovada a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM nº 400, no valor de R\$ 300.000, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$1 cada, totalizando 300.000 debêntures.

A totalidade dos recursos líquidos captados pela Concessionária por meio da segunda emissão de debêntures foi utilizada especificamente para a liquidação antecipada das notas promissórias emitidas em 07 de maio de 2014.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 6,40% a.a., correspondente à 2ª emissão.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, um ano após a emissão, até a amortização do principal que possuem vencimentos conforme descrito a seguir:

<u>Amortização</u>	<u>Série única</u>
5%	15/10/2018
5%	15/10/2019
8%	15/10/2020
10%	15/10/2021
12%	15/10/2022
15%	15/10/2023
15%	15/10/2024
15%	15/10/2025
15%	15/10/2026

CLN

Empréstimos e financiamentos

Em 2014, foi captado o montante de R\$ 35.611 junto ao BNB - FNE - PROINFRA II com vencimento em 30 de dezembro de 2024. Sobre o seu principal incidem juros de 4,12% a.a. com bônus de adimplência de 15% que durante o período de carência fixado em 36 meses são pagos trimestralmente, no dia 30 de cada mês. Após este período o pagamento de juros ocorre mensalmente junto com as parcelas de principal.

Em 06 de novembro de 2023 o saldo remanescente do empréstimo foi quitado.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

14 Concessão de serviço público

	2022	Adições	Atualização (a)		Transf.	Compensação (b)	Pagamentos	2023
			resultado	intangível				
Outorga variável	266.343	319.587	-	-	-	(266.343)	-	319.587
Outorga fixa	2.067.927	-	158.119	11.291	953.072	(112.438)	(1.489.875)	1.588.096
(-) Reequilíbrio	(16.683)	(35.800)	(51.141)	-	(269.693)	378.781	-	5.464
Circulante	2.317.587	283.787	106.978	11.291	683.379	-	(1.489.875)	1.913.147
Outorga fixa	12.497.112	-	1.314.703	93.877	(701.229)	-	-	13.204.463
(-) Reequilíbrio	(94.506)	-	(7.734)	-	17.850	-	-	(84.390)
Não Circulante	12.402.606	-	1.306.969	93.877	(683.379)	-	-	13.120.073
Total	14.720.193	283.787	1.413.947	105.168	-	-	(1.489.875)	15.033.220

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização de saldo pelo IPCA.

(b) Compensação da Outorga Variável conforme Ofício nº 55/2023/GEIC/SRA-ANAC e Compensação da Outorga Fixa conforme Ofício nº 331/2023/GEIC/SRA-ANAC

	2021	Adições	Atualização (a)		Transf.	Compensação (b)	Pagamentos	2022
			resultado	intangível				
Outorga variável	183.077	266.343	-	-	-	-	(183.077)	266.343
Outorga fixa	1.983.354	-	196.338	19.318	1.430.411	(314.011)	(1.247.483)	2.067.927
(-) Reequilíbrio	38.433	(351.570)	(17.557)	-	-	314.011	-	(16.683)
Circulante	2.204.864	(85.227)	178.781	19.318	1.430.411	-	(1.430.560)	2.317.587
Outorga fixa	12.624.248	-	1.186.531	116.744	(1.430.411)	-	-	12.497.112
(-) Reequilíbrio	(102.452)	-	7.946	-	-	-	-	(94.506)
Não Circulante	12.521.796	-	1.194.477	116.744	(1.430.411)	-	-	12.402.606
Total	14.726.660	(85.227)	1.373.258	136.062	-	-	(1.430.560)	14.720.193

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização de saldo pelo IPCA.

(b) Compensação da Outorga Fixa conforme Decisão nº 477 da ANAC

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

(a) **GRU Airport**

Outorga fixa

Pela assinatura do Contrato de Concessão, a Concessionária se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$ 16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a., conforme a Orientação Técnica OCPC 05, que será paga em 20 parcelas anuais de R\$ 810.650. Esses pagamentos ocorrem no mês de julho de cada ano, sendo necessária a constituição de conta reserva em maio de cada ano. Os pagamentos são reajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC).

Repactuação da outorga fixa

Repactuação - Termo aditivo nº 006/2020

As alterações promovidas pela Lei nº 14.034 de 5 de agosto de 2020, preveem nos artigos 1º e 2º a postergação dos pagamentos das outorgas para 18 de dezembro, em virtude dos impactos causados pela pandemia da COVID-19. Mediante estas alterações, a Concessionária em 17 de dezembro de 2020, assinou junto à Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC), Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, contemplando a reprogramação do pagamento da Outorga Fixa, da seguinte forma:

- Pagamento da contribuição fixa de 2020 em duas parcelas, com 50% vencendo em 18 de dezembro de 2020, e os outros 50% a serem pagos junto com as outorgas fixas dos anos de 2029, 2030 e 2031; e
- Postergação dos vencimentos das outorgas de 2021, 2022, 2023 e 2024 passando de 11 de julho para 18 de dezembro de cada ano.

As informações foram divulgadas ao mercado através de fato relevante enviado em 18 de dezembro de 2020.

Repactuação - Termo aditivo nº 010/2023

Em 04 de agosto de 2023, a Concessionária assinou junto à Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC) o 10º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos que reprogramou os pagamentos das outorgas fixas, da seguinte forma:

- Pagamento do saldo residual de 50% da contribuição fixa de 2021 junto com as parcelas de 2027, 2028 e 2029;
- Postergação dos vencimentos das outorgas de 2025, 2026 e 2027 passando de 11 de julho para 18 de dezembro de cada ano e
- Alteração no fluxo de pagamento das contribuições fixas de 2021 e 2022

As informações foram divulgadas ao mercado através de fato relevante enviado em 04 de agosto de 2023.

Outorga variável

Além da contribuição fixa, a Concessionária também se compromete a pagar a contribuição variável que corresponderá ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre o total da receita bruta anual, deduzida dos cancelamentos, devoluções e descontos incondicionais. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no Contrato de Concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

Compensação da outorga variável de 2022

Em decorrência da assinatura do 10º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos (vide parágrafo Repactuação - Termo aditivo nº 010/2023), parte do saldo de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente dos impactos da pandemia da COVID-19, reconhecido em favor da Concessionária na data de 18/12/2022, foi compensado com a outorga variável de 2022, no montante de R\$ 266.343 na data de 15/05/2023.

Reequilíbrio econômico-financeiro - Cargas importadas em trânsito

(Decisão nº 191 da ANAC de 22 de dezembro de 2016)

Em 30 de outubro de 2014, a Concessionária protocolou junto à ANAC o pedido de revisão extraordinária do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão em razão da alteração contratual efetuada pela Decisão nº 121 da ANAC, de 13 de novembro de 2012, que teve como objetivo a alteração unilateral das tarifas aplicáveis aos serviços de Armazenagem e Capatazia, referentes às cargas importadas em trânsito. Tal regime tarifário diferiu pontualmente em relação àquele aplicável à Infraero no tocante ao mecanismo de cálculo das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao mercado de carga importada. Entre as alterações, destaca-se o tratamento dispensado às cargas em trânsito para zona primária e trânsito internacional.

Em 22 de dezembro de 2016, a diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) aprovou 1ª Revisão Extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos em R\$ 113.844 com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro.

Conforme estabelecido na Decisão nº 191 da ANAC, a parcela da contribuição fixa devida em cada ano será deduzida pelo valor aplicável conforme tabela a seguir.

<u>Ano</u>	<u>Valor a ser deduzido</u>
2016	32.796
2017	7.143
2018	6.862
2019	6.580
2020	6.298
2021	6.019
2022	5.745
2023	5.521
2024	5.299
2025	5.025
2026	4.760
2027	4.505
2028	4.259
2029	4.022
2030	3.796
2031	3.593
2032	1.621
Total	<u>113.844</u>

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Os valores estabelecidos na tabela, serão revistos quando da realização de revisões periódicas do fluxo de caixa marginal e, eventuais diferenças relativas às estimativas dos anos anteriores, deverão ser compensadas no pagamento da contribuição fixa seguinte à conclusão do processo de revisão. O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo IPCA-IBGE, acumulado entre abril de 2016 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução ANAC nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondentes.

Em 17 de agosto de 2021, mediante revisão extraordinária da Decisão 191 da ANAC, foi analisado detidamente as informações e os impactos da tributação sobre o valor dessa recomposição contratual, concluindo que o reequilíbrio devido até o final da concessão aumentou em R\$ 56.738 passando o saldo remanescente a ser de R\$ 145.806, a valores de março de 2021.

Reequilíbrio econômico-financeiro - Novas exigências para alfandegamento

(Decisão nº 138 da ANAC de 04 de agosto de 2020)

Em 07 de março de 2019, a Concessionária interpôs o pedido de revisão extraordinária do Contrato de Concessão relativo ao evento "Novas exigências para alfandegamento". A Concessionária sustenta que em razão de alteração da regulamentação da Receita Federal do Brasil - RFB, materializada pela Portaria nº 1001, de 6 de maio de 2014, teria sido obrigada a arcar com os custos decorrentes de contratação de pessoal habilitado para a operação dos equipamentos de inspeção não invasiva (escâneres) nas áreas de alfandegamento, despesas as quais eram anteriormente suportadas pela própria RFB.

Em 04 de agosto de 2020, conforme Decisão nº 138, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro.

A parcela da contribuição fixa devida em 2020 será deduzida pelo valor referente ao desequilíbrio verificado entre 2014 e 2020, correspondente a R\$ 10.082 a valores de agosto de 2014. Os valores serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual devida em 2020, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondentes.

Desde 2021, a parcela deduzida da contribuição fixa em cada ano corresponde aos valores indicados na tabela contida no anexo desta Decisão para o mesmo ano, os quais também deverão ser atualizados considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela referida Resolução nº 355, de 2015, proporcional ao número de meses correspondentes, conforme tabela abaixo.

<u>Ano</u>	<u>Valor a ser deduzido</u>
2014	1.040
2015	2.026
2016	1.675
2017	1.630
2018	1.354
2019	1.223
2020	1.134

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

<u>Ano</u>	<u>Valor a ser deduzido</u>
2021	1.061
2022	994
2023	930
2024	871
2025	816
2026	764
2027	714
2028	669
2029	627
2030	587
2031	549
2032	304
Total	<u>18.968</u>

Reequilíbrio econômico-financeiro - COVID-19

Em razão dos prejuízos causados pela pandemia da COVID-19, com o objetivo de recompor o equilíbrio econômico-financeiro da Concessionária, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do Contrato de Concessão.

(Decisão nº 215 da ANAC de 25 de novembro de 2020)

O valor referente ao reequilíbrio verificado em 2020, corresponde ao montante de R\$ 854.914 a valores de 18 de dezembro de 2020, com incidência de PIS e COFINS sobre o montante.

Deste reequilíbrio, a Concessionária compensou a parcela da outorga fixa a pagar de 2020 com vencimento em 18 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 634.639. O saldo remanescente não compensado de R\$ 220.275 será deduzido das parcelas das outorgas dos próximos anos.

Em 15 de maio de 2021, a Concessionária compensou o montante de R\$ 156.002 referente a outorga variável do ano de 2020. O saldo remanescente não compensado de R\$ 60.889 foi deduzido da parcela da outorga fixa paga em 18 de dezembro de 2021.

Em 25 de agosto de 2021, conforme Decisão nº 404, a agência aprovou a revisão do fluxo de caixa marginal do Contrato de Concessão do valor do reequilíbrio decorrente dos impactos da pandemia do COVID-19, referente ao período de outubro a dezembro de 2020 das projeções utilizadas. Em decorrência da atualização, o montante de desequilíbrio devido à Concessionária passou a corresponder a R\$ 832.281, portanto uma redução de R\$ 22.633.

(Decisão nº 477 da ANAC de 06 de dezembro de 2021)

O valor do desequilíbrio verificado em 2021, corresponde ao montante de R\$ 799.675, a valores de 18 de dezembro de 2021. Em 30 de maio de 2022 em continuidade à revisão do montante em que trata a Decisão, concluiu-se após a análise do Fluxo de Caixa Operacional Pós-COVID-19, atualizado pelo valor realizado para os meses de outubro a dezembro de 2021 o montante de R\$ 750.866. Deste reequilíbrio, a Concessionária compensou a parcela da outorga fixa a pagar de 2021 com vencimento em 18 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 799.675. O saldo remanescente a recolher de R\$ 48.809 foi atualizado pelo IPCA e acrescido a parcela da outorga fixa de 2022.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(Decisão nº 563 da ANAC de 04 de novembro de 2022)

O valor do desequilíbrio verificado em 2022, corresponde ao montante de R\$ 304.218, a valores de 18 de dezembro de 2022, concedido com base em valores realizados dos meses janeiro a setembro de 2022 e projetados dos meses de outubro a dezembro de 2022. Em 16 de agosto de 2023 em continuidade à revisão do montante em que trata a Decisão, concluiu-se após a análise do Fluxo de Caixa Operacional Pós-COVID-19, atualizado pelo valor realizado para os meses de outubro a dezembro de 2022 o montante de R\$ 313.594.

Deste reequilíbrio, a Concessionária compensou a parcela da outorga fixa a pagar de 2022 com vencimento em 18 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 37.497. O saldo residual do reequilíbrio foi atualizado pelo IPCA e será compensado nas próximas outorgas com vencimento em 2023.

Em maio de 2023 a Concessionária compensou o montante de R\$ 266.343 referente a outorga variável de 2022, com vencimento em 15 de maio de 2023. O saldo remanescente do reequilíbrio no montante de R\$ 29.362 foi atualizado pelo IPCA e deduzido do pagamento da outorga fixa de 2023 com vencimento em 18 de dezembro de 2023.

(Decisão nº 642 da ANAC de 07 de dezembro de 2023)

O valor do desequilíbrio verificado em 2023, corresponde ao montante de R\$ 44.395, a valores de 18 de dezembro de 2023. O montante foi compensado com a parcela da outorga fixa a pagar de 2023 com vencimento em 18 de dezembro de 2023. O valor aprovado pela Agência foi concedido com base em valores realizados e projetados no exercício, contudo a Concessionária revisou o montante com base no realizado do exercício e mensurou um novo desequilíbrio de R\$ 21.081, que será revisado no ano subsequente pela Agência.

Reequilíbrio econômico-financeiro - *Automated People Mover*

(Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de 18 de fevereiro de 2022)

Em 18 de fevereiro de 2022 passou a vigorar o 8º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão em cumprimento à decisão ministerial proferida no Ofício nº 271/2020/GM/Minfra, para: (i) incluir investimento no Contrato de Concessão para elaboração de projeto, construção operação e manutenção do sistema de conexão rápida, no formato *people mover*, entre a estação Aeroporto, linha 13 - Jade da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e o Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP; e (ii) promover, em razão de tal inclusão, a respectiva Revisão Extraordinária com vistas à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato com a compensação da arrecadação da Contribuição Mensal.

O projeto denominado APM - *Automated People Mover* terá o investimento relativos à elaboração do projeto e construção em seu valor original de R\$ 376.058, porém atualizado pelo índice INCC-DI apurado de dezembro de 2019 a fevereiro de 2022 correspondente ao total de R\$ 470.971.

(Nono Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, de 16 de dezembro de 2022)

Em 16 de dezembro de 2022 passou a vigorar o 9º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão com vistas a: (i) destinar o valor residual do reequilíbrio econômico-financeiro relativo à elaboração do projeto e construção do APM após a extinção da contribuição mensal trazida pela Lei nº 14.368, de 14 de junho de 2022, o montante de R\$ 49.273 compensado com a contribuição fixa de 2022; e (ii) incluir no montante a ser reequilibrado após o início da operação do APM, o valor de R\$ 1.242 ao mês, atualizado a partir de dezembro de 2020 pelo IPCA, para ser compensado da contribuição fixa.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Reequilíbrio econômico-financeiro - Tarifas mínimas

(Decisão nº 616 da ANAC de 07 de junho de 2023)

Com o objetivo de recompor o equilíbrio econômico-financeiro da Concessionária, em 07 de junho de 2023, através da Decisão 616 a ANAC concedeu o montante de R\$ 5.434 correspondente ao desequilíbrio apurado em razão dos prejuízos causados pela falta de atualização dos valores de tarifas/cobranças mínimas (vide Anexo 4 do Contrato de Concessão) no período compreendido entre 13 de maio de 2017 até 16 de janeiro de 2020. O montante do reequilíbrio foi atualizado pelo IPCA totalizando o valor de R\$ 6.672 que foi compensado com a contribuição fixa de 2023 na data de 18 de dezembro de 2023.

15 Provisão para riscos processuais

O grupo INVEPAR é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, as controladas realizaram a análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir os desembolsos estimados com as ações em curso, como segue:

Natureza do risco	Consolidado				
	2022	Constituição	Reversões	Atualização monetária	2023
Trabalhistas (a)	32.033	16.512	(17.575)	(887)	30.083
Cíveis (b)	12.748	1.762	(4.079)	(719)	9.712
Tributários	38	15	(41)	2	14
Outros	3.212	968	(4.166)	693	707
Total	48.031	19.257	(25.861)	(911)	40.516

Natureza do risco	Consolidado				
	2021	Constituição	Reversões	Atualização monetária	2022
Trabalhistas (a)	30.805	5.469	(9.864)	3.070	32.033
Cíveis (b)	6.862	1.232	(764)	1.831	12.748
Tributários	54	7	(25)	2	38
Outros	1.278	2.327	(614)	221	3.212
Total	38.999	9.035	(11.267)	5.124	48.031

(a) Riscos trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e ex-colaboradores terceirizados, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de verbas rescisórias, reintegração, equiparação salarial, horas extraordinárias, dentre outros, sendo os pedidos de ex-colaboradores terceirizados, em sua maioria, de responsabilidade subsidiária.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(b) Riscos cíveis

A Companhia e suas controladas são parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos nos sistemas rodoviário e aeroportuário.

Riscos possíveis

A Companhia e suas controladas são rés em processos de natureza cível, trabalhista e tributário, sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda. Amparada na opinião de seus consultores jurídicos, não foi efetuada provisão para contingências com esta avaliação.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, as controladas realizaram a análise das demandas judiciais com probabilidade de desembolso futuro possível como se segue:

Natureza do risco	Consolidado	
	2023	2022
Tributários (ii)	828.449	661.715
Cíveis (i)	245.079	213.968
Trabalhistas	2.189	3.881
Outros (iii)	20.539	6.644
Total	1.096.256	886.208

(i) A Controlada GRU *Airport* possui processos de natureza indenizatória promovidos por passageiros, motivados por furto ou extravio de bagagem ou outros fatos ocorridos dentro do Aeroporto cuja responsabilidade está sendo imputada à Concessionária, ou processos promovidos por cessionários de área aeroportuária (lojistas, companhias aéreas, outros) e fornecedores, relativos de pleitos de indenização, cobrança de valores, obrigação de fazer, ou outras naturezas.

(ii) Existem Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, cujos objetos, em sua maioria, estão relacionados à atividade de armazenagem de mercadorias sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto, Autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de Guarulhos arguindo a cobrança de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), que nesta data encontram-se com a exigibilidade suspensa e, ainda, lançamentos de Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) dos anos de 2013 a 2022, também realizados pela Prefeitura do Município de Guarulhos, já impugnados, mas sem decisão administrativa. No caso do IPTU, caso a cobrança seja declarada devida pelo Poder Judiciário, a Concessionária entende possível requerer o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão junto à ANAC.

(iii) Autuações oriundas de autoridades administrativas, como ANAC, Anvisa, Ipem-SP / Inmetro, Prefeitura do Município de Guarulhos, com instauração dos respectivos processos administrativos nos quais a Concessionária figura no polo passivo.

Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação

Em 31 de dezembro de 2023, a INVEPAR no consolidado registrou R\$ 39.693 em depósitos recursais e judiciais (R\$ 35.363 em 31 de dezembro de 2022).

16 Patrimônio líquido (Controladora)

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e de 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 3.867.919, representado por 429.171.372 ações, sendo 143.057.124 ações ordinárias e 286.114.248 ações preferenciais. O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 3.926.454.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

As composições acionárias da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão assim constituídas:

	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - "PREVI"	35.764.281	73.939.746	109.704.027	25,56
Fundação dos Economistas Federais - "FUNCEF"	35.764.281	71.528.561	107.292.842	25,00
Fundação Petrobrás de Seguridade Social - "PETROS"	35.764.281	71.528.561	107.292.842	25,00
Yosemite Fundo de Investimento em Participações Multiestratégicas	35.764.281	69.117.380	104.881.661	24,44
Total	<u>143.057.124</u>	<u>286.114.248</u>	<u>429.171.372</u>	<u>100,00</u>

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento do dividendo apurado conforme Estatuto Social.

17 Receita

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados consolidados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios	1.472.629	1.148.495
Receitas de aeronaves e passageiros	1.027.805	1.069.372
Receita com armazenagem e capatazia	721.365	1.071.547
Receita de pedágio	87.952	77.587
Impostos, deduções e cancelamentos	(394.804)	(414.144)
Contribuição mensal	-	(466.026)
Outras deduções	(22.814)	(79.650)
Receita de serviços	<u>2.892.133</u>	<u>2.407.181</u>
Receita de construção	38.920	54.715
Receita total	<u>2.931.053</u>	<u>2.461.896</u>

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se a receita de construção que será tributada no momento da realização do intangível.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

18 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Depreciação e amortização	(6.969)	(7.212)	(1.034.309)	(1.018.345)
Outorga variável	-	-	(314.314)	(261.948)
Pessoal e encargos	(15.736)	(20.771)	(147.237)	(147.915)
Serviços de terceiros	135	(1.272)	(136.974)	(139.609)
Conservação e manutenção	(94)	(180)	(125.588)	(129.313)
Energia elétrica	(31)	(63)	(58.348)	(53.173)
Custo de construção	-	-	(38.920)	(54.715)
PECLD	-	-	(34.180)	(3.279)
Consultoria e assessoria	(16.167)	(11.527)	(28.196)	(26.390)
<i>Impairment</i>	(26.027)	27.870	(26.027)	27.870
Aluguéis e impostos	(570)	(588)	(12.672)	(9.025)
Outras receitas (despesas) operacionais	(2.665)	(37.590)	(9.845)	(51.382)
Seguros e garantias	(95)	(116)	(8.535)	(13.516)
Contingências	(457)	301	(3.993)	(13.669)
Reequilíbrios econômicos financeiros	-	-	117.276	644.357
	(68.676)	(51.148)	(1.861.862)	(1.250.052)
Custo de serviços prestados	-	-	(1.726.625)	(1.654.851)
Despesas gerais e administrativas	(41.234)	(43.973)	(193.419)	(190.245)
Custo de construção	-	-	(38.920)	(54.715)
Outras receitas (despesas) operacionais	(27.442)	(7.175)	97.102	649.759
	(68.676)	(51.148)	(1.861.862)	(1.250.052)

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

19 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	37.742	35.574	319.140	242.959
Juros ativos	76.408	90.523	86.416	130.502
Outras receitas financeiras	12.083	539	72.156	12.957
Total receitas financeiras	126.233	126.636	477.712	386.418
Despesas financeiras				
Atualização da outorga de GRU	-	-	(1.472.822)	(1.382.869)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(172.219)	(204.262)
Juros sobre debêntures	(67.560)	(60.752)	(137.103)	(144.551)
Variação passivas	(43.774)	(50.974)	(44.476)	(51.860)
Outros despesas financeiras	(6.501)	(6.866)	(29.740)	(39.222)
Total despesas financeiras	(117.835)	(118.592)	(1.856.360)	(1.822.764)
Total resultado financeiro	8.398	8.044	(1.378.648)	(1.436.346)

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

20 Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para 31 de dezembro de 2023 e 2022.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	2023			2022		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico e diluído						
Prejuízo de operações continuadas atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(43.218)	(86.435)	(129.653)	(27.526)	(55.053)	(82.579)
Denominador básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	143.057	286.114	429.171	143.057	286.114	429.171
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	<u>(0,302)</u>	<u>(0,302)</u>		<u>(0,192)</u>	<u>(0,192)</u>	

RESULTADO POR AÇÃO - descontinuadas

	2023			2022		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico e diluído						
Prejuízo das operações descontinuadas atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(11.560)	(23.120)	(34.680)	(24.363)	(48.725)	(73.088)
Denominador básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	143.057	286.114	429.171	143.057	286.114	429.171
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	<u>(0,081)</u>	<u>(0,081)</u>		<u>(0,170)</u>	<u>(0,170)</u>	

Não ocorreram outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações contábeis.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

21 Seguros

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Empresa	Modalidade	Moeda	Limite Máximo de Indenização	Início	Vencimento	Seguradora
INVEPAR	Responsabilidade Civil Geral	BRL	10.000	01/08/2023	01/08/2024	Fairfax Brasil
INVEPAR	Riscos Operacionais	BRL	1.139	01/08/2023	01/08/2024	Tokio Marine
CLN	Garantia ao Poder Concedente	BRL	8.602	25/02/2023	25/02/2024	Pottencial
CLN	Responsabilidade Civil Geral	BRL	40.000	01/08/2023	01/08/2024	Tokio Marine
CLN	Riscos Operacionais	BRL	100.000	01/08/2023	01/08/2024	Tokio Marine
CLN	Veículos	BRL	100% da tabela FIPE	24/08/2023	24/08/2024	Porto Seguro
CLN	Responsabilidade civil administradores D&O	BRL	100.000	04/05/2023	04/05/2024	Berkley Internacional
LAMSA	Garantia ao Poder Concedente	BRL	36.033	18/12/2023	18/12/2024	BMG
LAMSA	Responsabilidade Civil Geral	BRL	60.000	01/08/2023	01/08/2024	Tokio Marine
LAMSA	Responsabilidade civil administradores D&O	BRL	100.000	04/05/2023	04/05/2024	Berkley Internacional
LAMSA	Riscos Operacionais	BRL	280.399	01/08/2023	01/08/2024	Tokio Marine
LAMSA	Veículos	BRL	100% da tabela FIPE	24/08/2023	24/08/2024	Porto Seguro
VIA040	Garantia ao Poder Concedente	BRL	427.567	20/03/2023	20/03/2024	Pottencial
VIA040	Responsabilidade Civil Geral	BRL	30.000	01/08/2023	01/08/2024	Tokio Marine
VIA040	Responsabilidade civil administradores D&O	BRL	100.000	04/05/2023	04/05/2024	Berkley Internacional
VIA040	Riscos Operacionais	BRL	283.966	01/08/2023	01/08/2024	Tokio Marine
VIA040	Veículos	BRL	100% da tabela FIPE	24/08/2023	24/08/2024	Porto Seguro
VIA040	Fiança Locatícia	BRL	828.381	31/12/2023	31/12/2024	Pottencial
VIA040	Fiança Locatícia	BRL	324.000	01/05/2023	29/02/2024	Pottencial
GRU	Riscos operacionais	BRL	1.742.349	24/05/2023	24/05/2024	Tokio Marine
GRU	Garantia de obrigações públicas	BRL	861.602	04/06/2023	04/06/2024	Pottencial
GRU	D&O*	BRL	100.000	24/05/2023	24/05/2024	Berkley Internacional
GRU	Aeronáutico - Drones	BRL	2.000	10/11/2023	10/11/2024	Mapfre
GRU	Seguro de frota	BRL	600	24/05/2023	24/05/2024	Tokio Marine
GRU	Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos	USD	500.000	31/12/2023	31/12/2024	Starr International
GRU	Responsabilidade civil de proprietários e operadores - Excesso cargas de aeroportos	USD	100.000	31/12/2023	31/12/2024	AXA Seguros S/A

* A Concessionária tem participação na apólice de seguro D&O do grupo INVEPAR, com vigência de maio de 2023 a maio de 2024 com limite máximo de garantia de R\$ 100.000,00 com a Berkley International do Brasil Seguros S.A.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e de suas controladas e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

22 Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2023 e 2022. Esses valores estão representados substancialmente por aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos e financiamentos e obrigações com os Poderes Concedentes.

Instrumentos Financeiros	Nível	2023		Consolidado 2022	
		Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	806.764	-	784.916	-
Aplicações financeiras	Nível 2	1.112.546	-	998.544	-
Contas a receber		-	296.702	-	355.153
Venda de investimento		-	149.978	-	127.931
Partes relacionadas		-	173.141	-	148.693
Total do ativo		1.919.310	619.821	1.783.460	631.777
Passivos					
Fornecedores		-	113.208	-	78.879
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	3.170.882	-	3.676.938
Dividendos e JSCP propostos		-	22.841	-	24.072
Concessão de serviço público		-	15.033.220	-	14.720.193
Obrigações com empregados e administradores		-	25.556	-	27.291
Total do passivo		-	18.365.707	-	18.527.373

Instrumentos Financeiros	Nível	2023		Controladora 2022	
		Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	145.307	-	272.427	-
Aplicações financeiras	Nível 2	394	-	32.489	-
Venda de investimento		-	149.978	-	127.931
Partes relacionadas		-	357.383	-	332.112
Dividendos e JSCP propostos		-	101.173	-	182.287
Total do ativo		145.701	608.534	304.916	642.330
Passivos					
Fornecedores		-	3.104	-	836
Partes relacionadas		-	10	-	274
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	886.018	-	987.353
Dividendos e JSCP propostos		-	22.841	-	22.841
Obrigações com empregados e administradores		-	3.285	-	4.322
Total do passivo		-	915.258	-	1.015.626

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

(a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

- *Empréstimos, financiamentos e debêntures*

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto ao BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que as operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

As debêntures em 31 de dezembro de 2023 tinham o montante de R\$ 1.429.801 (R\$ 1.597.628 em 31 de dezembro de 2022).

- *Concessão de serviço público*

Os contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das Concessionárias porque o Contrato de Concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do Contrato de Concessão.

O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do Contrato de Concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do Contrato de Concessão.

(b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos, e debêntures estão vinculadas à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Taxa Referencial (TR) e Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em relação ao passivo de concessão de GRU *Airport* a exposição de risco é relacionada ao IPCA.

(c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa, Nota explicativa nº 5.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(d) Risco de liquidez

O grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo do grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, debêntures, ações preferenciais e arrendamentos, conforme divulgado na nota explicativa nº 1.

A tabela a seguir resume o perfil de vencimento do passivo financeiro do grupo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

2023	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	> 5 anos	Total
Fornecedores	113.208	-	-	-	113.208
Empréstimos e financiamentos	516.531	1.018.956	507.735	-	2.043.222
Debêntures	332.083	1.217.976	-	-	1.550.059
Concessão de serviço público	1.588.096	5.968.770	5.567.593	8.993.979	22.118.438
	<u>2.549.918</u>	<u>8.205.702</u>	<u>6.075.328</u>	<u>8.993.979</u>	<u>25.824.927</u>
2022	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	> 5 anos	Total
Fornecedores	78.879	-	-	-	78.879
Empréstimos e financiamentos	535.374	1.033.655	1.017.918	-	2.586.947
Debêntures	135.041	1.407.080	239.857	-	1.781.978
Concessão de serviço público	2.067.927	4.953.774	3.556.496	7.765.974	18.344.171
	<u>2.817.221</u>	<u>7.394.509</u>	<u>4.814.271</u>	<u>7.765.974</u>	<u>22.791.975</u>

(e) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco de câmbio e risco de preço - que pode ser de *commodities*, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos e equivalentes de caixa.

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e aplicações financeiras e efetuou análise de sensibilidade de acordo com o CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros.

Decorre de a possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Concessionária possui aplicações financeiras a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros dos empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com o poder concedente estão vinculadas à variação da TJLP, IPCA e CDI.

Na tabela a seguir, demonstramos o cenário provável sobre os ativos e passivos financeiros adotado pela Companhia com base em projeções de indicadores do Banco Central do Brasil, principais instituições financeiras e nos preços de contratos futuros negociados em bolsa de valores e/ou mercadorias e futuros, com os respectivos impactos nos resultados da variável do risco considerado.

Referência para ativos e passivos financeiros	Cenário provável
Selic ativa (% ao ano)	12,15%
DI (% ao ano)	11,65%
TR (% ao ano)	1,76%
TJLP (% ao ano)	6,55%
Taxa Câmbio Ativo (R\$/US\$)	R\$ 4,84
IPCA (% ao ano)	4,62%

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2023, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

(e.1) Ativo financeiro Controladora

Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	RESULTADO
				Cenário provável
INVEPAR	CDB	DI	145.632	16.966
TOTAL			145.632	16.966

Consolidado

Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	RESULTADO
				Cenário provável
GRU <i>Airport</i>	CDB	DI	1.684.407	196.233
INVEPAR	CDB	DI	145.632	16.966
LAMBRA	CDB	DI	25.489	2.969
CLN	CDB	DI	43.316	5.046
GRUPAR	CDB	DI	503	59
TOTAL			1.899.347	221.273

(e.2) Passivo financeiro

Controladora

Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	Cenário provável
INVEPAR (controladora)	Debêntures	IPCA	886.018	40.934
TOTAL			886.018	40.934

Consolidado

Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	Cenário provável
GRU <i>Airport</i>	Concessão	IPCA	15.033.220	694.535
GRU <i>Airport</i>	Empréstimos	TJLP	1.736.160	113.718
INVEPAR (controladora)	Debêntures	IPCA	886.018	40.934
GRU <i>Airport</i>	Debêntures	IPCA	545.704	25.212
GRU <i>Airport</i>	Arrendamento	IPCA	4.921	573
TOTAL			18.206.023	874.972

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(f) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Obrigações com poderes concedentes	-	-	15.033.220	14.720.193
Empréstimos, financiamentos	-	-	1.741.081	2.079.310
Debêntures	886.018	987.353	1.429.801	1.597.628
Caixa e equivalentes de caixa	(145.307)	(272.427)	(806.764)	(784.916)
Aplicações financeiras	(394)	(32.489)	(1.112.546)	(998.544)
Dívida líquida	740.317	682.437	16.284.792	16.613.671
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(1.433.260)	(1.268.927)	(3.332.907)	(3.057.948)
Patrimônio líquido e dívida líquida	(692.943)	(586.490)	12.951.885	13.555.723

23 Transações não caixa

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	Consolidado	
	2023	2022
Encargos financeiros sobre outorga capitalizados	105.168	136.062
Partes relacionadas	38.563	-
Aquisição de intangível e imobilizado ainda não liquidada (fornecedores)	39.721	8.997
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos capitalizados	13.212	4.295
Compensação da outorga	378.781	314.011
	575.445	463.365

24 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego

Em abril de 2014, GRU *Airport* tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social (Infraprev) - com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da Infraero, em cumprimento às disposições expressas no anexo 25 do Edital de leilão nº 2/2011 - Contrato de Concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2012 - SBGR Aeroporto Internacional de São Paulo Governador André Franco Montoro - Guarulhos - Capítulo XV - das disposições transitórias, item "15.3".

O patrocinador aderente se obriga a custear o Plano CV contribuindo, em caráter obrigatório, na forma fixada anualmente no plano de custeio, compartilhando obrigações e responsabilidades financeiras do plano referente à totalidade de seus empregados participantes do plano. O plano de custeio é aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo do Infraprev, devendo constar o regime financeiro e o cálculo atuarial.

O CPC 33 (R1) (IAS 19) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que ele poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

Na última avaliação atuarial realizada não foi identificado passivo atuarial líquido relevante.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

25 Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas

A Companhia mantém ativos mantidos para venda e operações descontinuadas em 31 de dezembro de 2023 e de 31 de dezembro de 2022, descrito o momento das quais foram classificadas como mantidas a venda e operações descontinuadas, discriminadas em Nota explicativa nº 8.

Abaixo segue o demonstrativo da forma como estão distribuídos os ativos e passivos das Companhias:

Ativo mantido para venda e operação descontinuada:

Controladas	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2023	2022	2023	2022
<u>Ativo - PEX</u>				
Circulante	-	-	-	2.256
Investimento - Pex	-	267	-	-
Total	-	267	-	2.256
<u>Ativo - VIA040</u>				
Circulante	-	-	100.041	75.444
Não circulante	-	-	770.232	850.249
Total	-	-	870.273	925.693
<u>Ativo - LAMSA</u>				
Circulante	-	-	32.624	154.028
Não circulante	-	-	313.893	344.033
Investimento - LAMSA	231.675	183.308	-	-
Total	231.675	183.308	346.517	498.061
Total	231.675	183.575	1.216.790	1.426.010

Passivo mantido para venda e operação descontinuada:

Controladas	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2023	2022	2023	2022
<u>Passivo - PEX</u>				
Circulante	-	-	-	1.989
Total	-	-	-	1.989
<u>Passivo - VIA040</u>				
Circulante	-	-	145.909	1.045.682
Não circulante	-	-	999.192	116.129
Investimento - VIA040	345.907	302.661	-	-
Total	345.907	302.661	1.145.101	1.161.811
<u>Passivo - LAMSA</u>				
Circulante	-	-	15.059	63.668
Não circulante	-	-	6.952	82.562
Total	-	-	22.011	146.230
Total	345.907	302.661	1.167.112	1.310.030

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Resultado das operações mantidas para venda e operação descontinuada:

Resultado do exercício	CONSOLIDADO	
	2023	2022
Controlada LAMSA	63.639	54.929
Controlada PEX	(73)	(251)
Controlada VIA040	(98.246)	(127.766)
	(34.680)	(73.088)

PEX

Em 7 de novembro de 2016, a Companhia divulgou fato relevante ao mercado informando que decidiu descontinuar as operações de sua controlada PEX. Até a data de 31 de dezembro de 2022, a PEX continua com a empresa descontinuada.

Em 07 de dezembro de 2023 foi finalizado o processo de Incorporação da PEX na INVEPAR.

VIA040

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia decidiu descontinuar as operações da Controlada VIA040 apoiada no Decreto nº 9.957/2019 que regulamenta o procedimento de relicitação dos contratos de parceria nos setores rodoviários, ferroviários e aeroportuários. Diante das documentações e aditivos mencionados na Nota explicativa nº 1, com o processo de relicitação as operações da Concessão continuam descontinuadas. Em 17 de fevereiro de 2022, a Concessionária BR-040, assinou aditivo ao Contrato de Concessão Originário, do 1º Termo Aditivo, pelo prazo de 18 meses, a contar de 19 de fevereiro de 2022, em que o vencimento da concessão passa a ser até 18 de agosto de 2023, conforme a cláusula segunda. Na cláusula terceira o valor da tarifa de pedágio praticada em função deste Termo Aditivo é de R\$ 5,80 (cinco reais e oitenta centavos) fixada pela ANTT no âmbito de reajuste sobre a tarifa no 1º Termo Aditivo do Contrato de Concessão Originário para fins de cálculo da tarifa.

O Ministério Público Federal ingressou com Ação Civil Pública com pedido de tutela de urgência contra a União Federal, a ANTT e VIA040 a fim de garantir a continuidade dos serviços essenciais prestados pela Concessionária até a conclusão do processo de relicitação. Em 03 de agosto de 2023, o juiz da 10ª Vara Federal Cível da SSJ de Belo Horizonte designou audiência de conciliação realizada em 10 de agosto de 2023. Nesta audiência de conciliação, por não haver um consenso entre as partes, foi agendada uma nova audiência para tentativa de acordo em 16 de agosto de 2023.

Em 17 de agosto de 2023, o juiz federal responsável pela ação emitiu determinação para que a Concessionária prossiga com a prestação de serviços de manutenção, conservação, operação e monitoramento da rodovia, mantendo as condições do último Termo Aditivo celebrado até a finalização do processo de relicitação.

Em 29 de dezembro de 2023 a ANTT divulgou o Aviso de licitação do Edital de Concessão nº 04/2023 da Rodovia BR-040, esse edital corresponde ao trecho de Belo Horizonte/Juiz de Fora que corresponde a 231,1 km. O leilão está previsto para abril de 2024.

LAMSA

Em 08 de novembro de 2021 foram concluídas as seguintes e principais etapas previstas no Acordo de Reestruturação assinado em 28 de setembro de 2020, com objetivo da redução significativa da dívida da INVEPAR com envolvimento da troca de participações em empresas do Grupo, descrita na Nota explicativa nº 8. A Companhia, aguarda decisão judicial referente à tarifação, para finalizar o Acordo de Reestruturação que foi assinado em 28 de setembro de 2020.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

Em 29 de setembro de 2022, a Companhia foi notificada pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro através do Ofício nº MTR-OFI-2022/00450, autorizando a abertura do processo sob o nº 03/000.200/2022 para apurar a nulidade do 11º Termo Aditivo - TA do Contrato de Concessão nº 513/94, tendo o prazo de 10 dias para pronunciamento. O 11º Termo Aditivo a que se refere trata da prorrogação do prazo da Concessão por mais 15 anos, passando o contrato a vigorar por 480 meses (40 anos) a contar do início da cobrança do pedágio, ocorrida em 1º de janeiro de 1998. Este assunto foi divulgado ao mercado em 30 de setembro de 2022, por meio de fato relevante.

Em 25 de junho de 2023 houve a devolução dos autos para julgamento agendado para 04 a 14 de agosto de 2023, em sessão virtual no STF. No dia 05 de agosto de 2023 o Ministro Nunes Marques pediu vistas no processo suspendendo o mesmo. Em 20 de novembro de 2023, foi efetuado devolução dos autos para julgamento em sessão virtual agendada entre os dias 01 de dezembro de 2023 a 11 de dezembro de 2023. Em 04 de dezembro de 2023, em sessão virtual, o Ministro Gilmar Mendes pediu vistas ao processo, sendo esse suspenso por mais 90 dias. A Companhia já vem adotando todas as providências para poder exercer com plenitude o seu amplo direito de defesa quer na esfera administrativa, quer na esfera judicial.

Em 20 de outubro de 2023, foi assinado o Segundo aditamento do Acordo de Reestruturação em função do não atendimento as condições precedentes aplicáveis à Quitação LAMSA regradas no Primeiro Aditivo.

* * *



invepar



Relatório da Administração 2023

Relações com Investidores

invest@invepar.com.br

<https://ri.invepar.com.br>

Índice

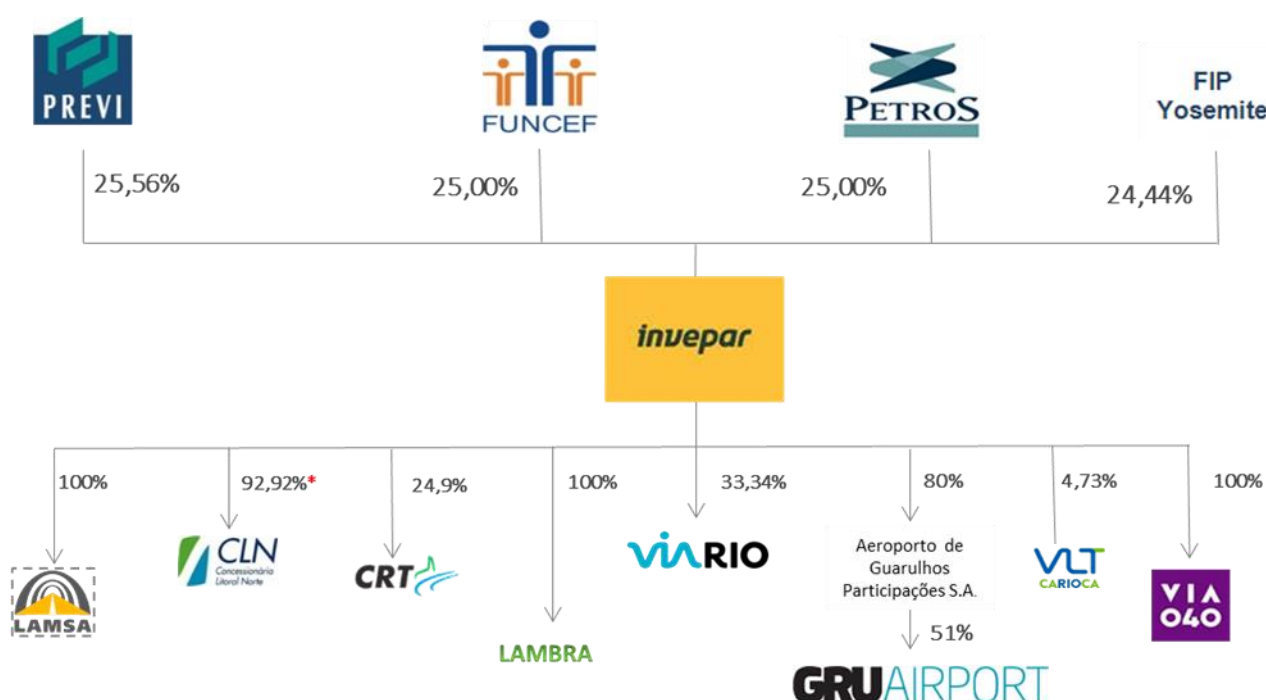
A COMPANHIA.....	2
Apresentação da Companhia.....	2
Destaques de 2023.....	4
SUSTENTABILIDADE DOS NEGÓCIOS.....	6
Gestão.....	6
Código de Ética e Conduta.....	6
Relacionamento com a Sociedade.....	7
Meio Ambiente.....	7
RESULTADOS.....	10
Contexto Econômico.....	10
Resultados Operacionais.....	10
Resultados Financeiros.....	12
Endividamento.....	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
Perspectivas.....	17
Auditores Independentes.....	17
Agradecimentos.....	17



A Companhia

Apresentação da Companhia

A INVEPAR é uma *holding* de infraestrutura de transporte, atuando nos segmentos de Aeroportos, Mobilidade Urbana e Rodovias desde os anos 2000. O Portfólio atual é composto por 7 concessões, incluindo 5 rodovias e o Aeroporto Internacional de Guarulhos. Segue abaixo o atual organograma da Companhia até a data de arquivamento deste documento.



Operação descontinuada ou Mantida para Venda

* 7,08% OTP S.A.

Ano de 2023

Nos últimos anos, a INVEPAR vem realizando ações para reestruturar sua dívida e otimizar seu portfólio.

Em 2023 sua controlada LAMSA teve 3 sessões virtuais no STF em relação à reclamação (RCL 43 697) da ABCR sobre o caso da encampação. Ambas as sessões foram encerradas com pedido de vistas do Ministros. A última audiência ocorreu em 04 de dezembro de 2023 com o pedido de vistas do Ministro Gilmar Mendes.

Em 25 de maio de 2023 a LAMSA quitou o saldo de debêntures em virtude de vencimento antecipado da dívida, resultado do rebaixamento de rating.

Em 01 de novembro de 2023, a agência de classificação de riscos S&P Global Ratings revisou os ratings da Companhia, passando de 'D' para 'CCC+' na Escala Global e de 'D' para 'brBB-' na Escala Nacional Brasil. Também foram elevados os ratings da 3ª e 5ª emissões de debêntures da Invepar ("Debêntures"), passando de 'D' para 'brB', respectivamente, com perspectiva negativa.

Em 20 de outubro de 2023, a INVEPAR assinou o 2º Aditivo do Acordo de Reestruturação ditando os novos termos para quitação parcial do saldo em aberto das debêntures alongando o vencimento até 2026. Em 2023 foi pago o montante de R\$ 201.552 aos credores da 3ª e 5ª emissões de debêntures da INVEPAR.

Em decorrência da assinatura do 2º Aditivo ao Acordo de Reestruturação a INVEPAR assinou um Acordo de Compra e Venda "SPA" com a Monte Forte Holding Participações S.A. subsidiária da Monte Rodovias, do total da participação da INVEPAR (92,92%) na sua controlada Concessionária Litoral Norte S.A. – CLN.

Em 06 de novembro de 2023, foi quitado o saldo de empréstimos da controlada CLN junto ao Banco do Nordeste – BNB.

Em relação a dívida da controlada VIA040, em 27 de outubro de 2023 foi celebrado junto aos Bancos Credores novo aditivo de repactuação da dívida que prevê dentre outras alterações, extensão do prazo de vencimento por um prazo

adicional de 48 meses, com vencimento para 15 de outubro de 2027.

Ainda em relação à VIA040 em virtude do encerramento do prazo estipulado para encerramento do contrato de concessão, em 17 de agosto de 2023, o juiz da 10ª Vara Federal Cível da SSJ de Belo Horizonte, responsável pela ação emitiu determinação para que a Concessionária prossiga com a prestação de serviços de manutenção, conservação, operação e monitoramento da rodovia, mantendo as condições do 3º Termo Aditivo celebrado até a finalização do processo de relicitação.

Em 29 de dezembro de 2023, a ANTT divulgou aviso de licitação do Edital de Concessão nº 04/2023 do trecho de Belo Horizonte/Juiz de Fora com 231,1 km de extensão. O leilão está previsto para 11 de abril de 2024.

Em 07 de junho de 2023, através da Decisão nº 616 da ANAC, foi concedido o reequilíbrio econômico-financeiro no montante de R\$ 5.434 milhões correspondente ao desequilíbrio apurado em razão dos prejuízos causados pela falta de atualização dos valores de tarifas/cobranças mínimas no período entre 13 de maio de 2017 até 16 de janeiro de 2020. Este montante foi atualizado pelo IPCA e compensado com a Outorga Fixa de 2023 em 18 de dezembro de 2023.

Em 04 de agosto de 2023, a Concessionária GRU *Airport* assinou junto à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) o 10º Termo Aditivo ao contrato de concessão que reprogramou os pagamentos das outorgas fixas: (i) do saldo residual de 50% da contribuição de 2021 junto com as parcelas de 2027, 2028 e 2029 (ii) postergação dos vencimentos das outorgas de 2025, 2026 e 2027 passando de 11 de julho para 18 de dezembro de cada ano e (iii) alteração no fluxo de pagamento das contribuições fixas de 2021 e 2022.

Em termos de resultados operacionais, no segmento aeroporto tivemos melhora nos números de passageiros,



movimentação de aeronaves e cargas. Em 2023 tivemos um aumento no tráfego das rodovias, efeito propiciado pela retomada da rotina de trabalho e atividades escolares superior ao dos últimos dois anos, período em que ainda fomos afetados pela pandemia.

Em 2024, a Companhia permanece focada na manutenção de suas operações, com segurança e qualidade para nossos colaboradores e usuários.

No aspecto regulatório, segue acompanhando as questões envolvendo a Prefeitura do Rio de Janeiro e a LAMSA, bem como a relicitação da VIA040.

Por fim, reforçamos nosso compromisso de conduzir nossos negócios com ética e transparência, empregando nossa experiência para enfrentar os desafios e oportunidades diante da empresa.

Destaques de 2023

Grupo INVEPAR

Holding

- Assinatura do 2º Termo Aditivo do Acordo de Reestruturação.
- Assinatura do Acordo de Compra e Venda “SPA” com a Monte Forte Holdings Participações S.A. subsidiária da Monte Rodovias S.A. do total da participação da INVEPAR (92,92%) na sua controlada Concessionária Litoral Norte S.A.- CLN
- Incorporação da PEX S.A. – PEX S.A. à INVEPAR.

GRU Airport

- Aumento de 19,8% em passageiros processados em relação a 2022, totalizando 41,3 milhões em 2023;
- Aumento de 12,3% no número de estabelecimentos comerciais comparado com o ano de 2022;
- Certificação ISO9001 em 2023;
- Prêmio de Empresa Pró-Ética, concedido pela CGU (Controladoria-Gera da União);
- Prêmio Abralog de Logística 1º lugar na categoria Sistemas de Movimentações, Armazenagem e Embalagem na XX premiação da Associação Brasileira de Logística (Abralog) reconhecida por transformar o aeroporto em um dos principais *HUBs* de carga aérea internacional; e
- ANVISA – Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem (CBPDA).

CLN

- Aumento de 10% no volume de tráfego em relação a 2022;
- Redução de 8% da quantidade de acidentes com vítimas fatais em relação a 2022;
- Redução de 26% na quantidade de sinistros de trânsito, nos últimos 10 anos;
- Aumento de 1,6% no pagamento automático de pedágio em relação a 2022; e
- Quitação do saldo dos empréstimos junto ao Banco Nordeste - BNB em 08 de novembro de 2023.

LAMSA

- Quitação do saldo de debêntures em 25 de maio de 2023;
- Aumento do lucro do exercício em 15,9% quando comparado com 2022, atingindo R\$ 63,6 milhões;
- Início da obra de manutenção de encosta no maciço rochoso do emboque norte do Túnel Enzo Totis;
- Início da obra de desassoreamento do Rio Faria Timbó. Até dezembro, foram removidos aproximadamente 4.425 m³ de areia do fundo do canal, volume equivalente a 221 caminhões do tipo caçamba;
- Instalação de 821,9 m² de placas, totalizando 163 placas de sinalização vertical substituídas por modelos mais modernos, com novos layouts e alta retro refletividade;
- Revitalização de pintura horizontal ao longo da via, ao todo foram 15.859 m² de pintura;
- Transformação de uma pista manual, no sentido Fundão/Centro, em uma pista mista, possibilitando que funcione como automática e manual; e
- Revitalização de painéis de mensagens variáveis.

VIA040

- Divulgação do aviso de licitação do Edital de Concessão n° 04/2023 do trecho de Belo Horizonte/Juiz de Fora com 231,1 km de extensão. O leilão está previsto para 11 de abril de 2024;
- Repactuação da dívida com alteração do vencimento para 15 de outubro de 2027;
- Redução de 9,2% na Dívida Líquida da Companhia;
- Redução de 3,3% no número de acidentes fatais comparado com 2022; e
- Recertificação da ISO 14001:2015.

Sustentabilidade dos Negócios

Gestão



2023 foi o ano para estabilizar os ajustes realizados no Grupo ao longo de 2021 e 2022 e focar no equacionamento da dívida da Companhia.

Código de Ética e Conduta



O Código de Ética e Conduta tem como objetivo estabelecer o padrão de comportamento e os valores do Grupo INVEPAR, sendo amplamente divulgado entre todos os colaboradores e parceiros de negócio, visando que as pessoas e equipes atuem em conformidade com os princípios éticos e morais praticados pela Companhia, agindo a cada momento com honestidade, comprometimento, responsabilidade e respeito. Todos os colaboradores passam por um treinamento específico do Código de Ética e Conduta, ministrado pela área de Compliance, onde são capacitados e informados sobre as aplicabilidades do Código. Além disso, a Companhia conta com um canal dedicado para denúncias relacionadas às violações do Código de Ética e Conduta, oferecendo ao denunciante a opção de permanecer anônimo.

Gestão de Riscos e Compliance



O Programa de Compliance/Integridade do Grupo INVEPAR compreende o conjunto de práticas, políticas, regulamentos, procedimentos, comunicações e treinamentos, estabelecidos com o objetivo de evitar, detectar e tratar desvios de ética e conduta. Atualmente o programa é monitorado por uma área independente, dedicada aos temas da atividade de Compliance e, não estando subordinada a outro departamento da empresa, respondendo diretamente ao Presidente da Companhia. Dentre as atividades da área de Compliance, se encontra a Gestão de Riscos, que tem por objetivo identificar, avaliar, tratar e monitorar e comunicar os riscos de forma adequada, além de estar integrado com as estratégias de negócio e investimentos. A gestão de Riscos conta com Comitês Semestrais com a participação da Diretoria Executiva.

Relacionamento com a Sociedade

As boas práticas de sustentabilidade estão incorporadas na cadeia de valor do Grupo INVEPAR bem como no seu direcionamento estratégico. São promovidas e apoiadas ações que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades no entorno das concessões.

A seguir serão listadas algumas dessas iniciativas promovidas pelo Grupo INVEPAR com o apoio de parceiros: **Educadores Mirins para Cidadania:** Realiza oficinas educativas para ampliar o acesso ao conteúdo formativo, que visam estimular o desenvolvimento cognitivo e socioemocional de crianças e adolescentes na Cidade de Deus, bem como a educação inclusiva, promovendo oportunidades de aprendizagem.

CDD Ambiental: Projeto ambiental com capacitação de agentes comunitários para minimizar os impactos do lixo gerado e descartado inadequadamente na comunidade Cidade de Deus, transformando os aspectos negativos do lixo, em aspectos positivos, com o objetivo de serem incentivadores de boas práticas na comunidade, capazes de engajar a população nas iniciativas dos mutirões de limpeza.

Viver com Mais Verde: Promove a educação ambiental aos moradores da Maré, através da transformação do lixo para que retorne à cadeia produtiva como matéria prima, sendo um primordial componente de redução de impactos ambientais e a geração de renda, além da redução do lixo espalhado na comunidade como agente poluidor e gerador de doenças.

Eventos Culturais e Religiosos – A Lavagem de Monte Gordo e Guarajuba é um dos cortejos mais tradicionais do Litoral Norte. A CLN vem prestando esse apoio há décadas, se fazendo presente no apoio à travessia e no ordenamento do trânsito na região. Instituições como PRE E STT/Camaçari atuam em conjunto com a Concessionária, nessa importante manifestação Religiosa e Cultural da população local e turistas.

Eventos de Segurança Viária – Ao longo do ano, incluindo a Semana Nacional do Trânsito, foram realizadas Blitz Educativas e eventos que tratam de segurança viária, levando à sociedade e principais instituições parceiras, informações, fundamentos e melhores práticas, para um trânsito mais seguro.

Projeção junto à Imprensa e Mídia – Divulgação de dados, orientações e dicas de segurança viária aos usuários do sistema BA-099, através dos meios de comunicação (TV, Rádio, Jornais impressos e Redes Sociais), incluindo a disponibilização de acesso às imagens, aos veículos de comunicação, através de câmeras instaladas na Praça de Pedágio.

Construindo o Futuro - Em 2023, por meio da Invepar a Concessionária GRU *Airport* patrocinou o projeto, administrado pelo Instituto Coliseu Box, que tem como objetivo oportunizar o acesso à prática das medidas socioeducativas, tais como: cultura, esporte, educação e usá-las como instrumento socioassistencial, visando o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, assim como, a formação da cidadania, melhoria da qualidade de vida, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, garantia de direitos, combate ao trabalho infantil e evasão escolar.

Meio Ambiente

As Companhias do Grupo INVEPAR monitoram e avaliam constantemente os impactos de seus negócios sobre o meio ambiente. Os indicadores ambientais são monitorados mensalmente e acompanhados pelas

lideranças do Grupo, através de reuniões de resultados, com o objetivo de identificar desvios, planejar ações, compartilhar boas práticas e garantir a melhoria nos processos.

Abaixo estão listadas algumas das iniciativas voltadas para o meio ambiente e desenvolvidas pelo Grupo INVEPAR. Essas iniciativas vêm contribuindo para consolidar a cultura da Companhia de excelência e expertise em todos os temas relacionados à infraestrutura de transportes.

Gestão dos resíduos

No ano de 2023, a CLN promoveu a estruturação da gestão de seus resíduos, com a instalação das baias de coleta seletiva e a implantação de coletores bipartidos e tetrapartidos, promovendo a otimização da separação, do armazenamento prévio e da destinação final. Com isso, foi possível direcionar um volume muito maior de resíduos para a reciclagem, diminuindo em 58% a quantidade de rejeitos que são destinados ao aterro municipal, quando comparado a todo o descarte de 2022.

Um outro ganho da instalação de baias foi a possibilidade de organizar e armazenar de forma mais efetiva os resíduos perigosos, contribuindo com a redução de 88% no volume de descarte desse tipo de resíduo em relação ao ano de 2022. A instalação dos kits de mitigação ambiental também contribuiu para melhorar a gestão dos resíduos perigosos, oportunizando um combate mais assertivo à vazamentos e contaminações por produtos químicos.

Prêmio Bahia Sustentável

Um grande fato relevante que ocorreu neste ano para o setor de Meio Ambiente foi a participação da CLN no Prêmio Bahia Sustentável, concorrendo na categoria Ideia Sustentável e subcategoria Pesquisa Ambiental e conquistando o terceiro lugar. Na ocasião, foi inscrito o projeto intitulado “Conservação da Preguiça de Coleira”, desenvolvido pelo Instituto Tamanduá e patrocinado pela CLN.

O projeto voltou-se para um animal ameaçado de extinção, reconhecido atualmente como uma Espécie Vulnerável (VU) pela IUCN (*International Union for Conservation of Nature*), e que possui o nome popular “preguiça de coleira” devido a sua pelagem da nuca com longos pelos negros, formando uma espécie de crina/coleira, existentes na Mata Atlântica do Litoral Norte da Bahia.

Promovido pela SEMA - Secretaria do Meio Ambiente da Bahia, a premiação, tem como objetivo estimular e divulgar as melhores iniciativas e ideias que contribuam para a melhoria da qualidade de vida, com foco na conservação do meio ambiente, no Estado da Bahia.

Monitoramento de fauna atropelada

O levantamento e acompanhamento histórico de dados acerca dos números de atropelamentos de animais na BA-099, fruto do programa de monitoramento mensal realizado pela CLN, tem mostrado uma tendência de redução, tanto de número de indivíduos quanto de espécies identificadas de todas as classes de animais.

Esse levantamento ocorre desde 2016 e visa acompanhar a evolução dos dados de fauna atropelada antes e depois da implantação das passagens de fauna aéreas e subterrâneas, localizadas em pontos estratégicos e sensíveis da rodovia com relação à ocorrência dos atropelamentos.

Quando se analisa a taxa de atropelamento que ocorria antes das passagens e compara com a taxa atual, observa-se uma redução de **65%**, passando de **0,098 ind/km/dia** para **0,034 ind/km/dia**. Esse resultado é proveniente da efetividade do uso das passagens pela fauna local, comprovada pelas diversas imagens de animais atravessando-as, capturadas pelas câmeras Trap instaladas nas estruturas.

Projeto Raízes para o Futuro

Desenvolvido pela VIA040, em parceria com o Instituto Estadual de Florestas (IEF), com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Goiás (Semad-GO) e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), o projeto consiste

no plantio e manutenção de mudas de árvores nativas relacionadas a cada bioma local. Em Minas Gerais, a iniciativa está em andamento no Parque Estadual de Paracatu (PEP), e no Monumento Natural Estadual Gruta Rei do Mato (MNGRM) e na Reserva Legal – Fazenda Reunidas em Cordisburgo/MG, ambos localizados às margens da BR-040, e na Fazenda Experimental Chapéu D’Uvas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, localizada no município de Ewbank da Câmara/MG, além do plantio realizado no local, foi implantado o viveiro de mudas nativas com capacidade de produção de 25 mil mudas/ano. Através desta parceria firmada entre a UFJF e a VIA040, possibilitou a interação institucional com a Universidade Técnica de Munique, responsável pelo intercâmbio de um estudante de mestrado da TUM, que desenvolveu a primeira pesquisa relacionada com a restauração da Mata Atlântica na Fazenda Experimental. Além disso, foram ministrados cursos de campo em ecologia, com a participação de estudantes internacionais e de outras universidades brasileiras. Já em Goiás, o projeto está em execução no Parque Estadual João Leite, em Goiânia/GO. Estes locais irão receber, ao todo, cerca de 5.432 mil novas mudas de árvores nativas, contribuindo para a conservação ambiental. A localização dos plantios teve por objetivo potencializar a recarga hídrica dos mananciais das regiões beneficiadas, além da proteção e desenvolvimento da flora e fauna. O projeto, teve início em dezembro de 2019, com previsão de término em 2025, para manutenção e acompanhamento das árvores plantadas ao final do projeto.



Resultados

Contexto Econômico

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2023, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cresceu 2,9% sendo menor que 2022 que apresentou crescimento de 3%. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2023 com alta de 4,62% e o Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) encerrou o ano com deflação acumulada de 3,18%. Para o segmento de rodovias, segundo dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), houve aumento de 5,3% em 2023, no fluxo de veículos. No segmento de aeroportos, segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), foram transportados, em voos domésticos e internacionais, 112,6 milhões de passageiros aéreos em 2023, um crescimento de 15,3% quando comparado ao ano anterior.

No segmento doméstico, 91,4¹ milhões de passageiros foram transportados em 2023, um aumento de 11,2% em relação a 2022. Já o segmento internacional, depois da queda em 2020 e 2021, atingiu 37,5% da demanda em relação ao ano anterior. No total foram transportados 21,2¹ milhões de passageiros em 2023.

¹ *desconsidera passageiros isentos e a origem da informação é <https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/dados-e-estatisticas/mercado-de-transporte-aereo/consulta-interativa/demanda-e-oferta-origem-destino>*

Resultados Operacionais

A seguir estão detalhados os resultados operacionais por segmento na ordem Aeroporto, Rodovias e Mobilidade.

AEROPORTO

Indicadores Operacionais	4T23	4T22	▲	2023	2022	▲
Passageiros Total (Mil)	10.787	9.500	13,5%	41.308	34.479	19,8%
Internacional	3.718	3.156	17,8%	14.025	10.833	29,5%
Doméstico	7.069	6.344	11,4%	27.283	23.646	15,4%
Movimento total de Aeronaves	70.398	66.238	6,3%	274.917	242.882	13,2%
Internacional	18.845	17.168	9,8%	72.380	59.290	22,1%
Doméstico	51.553	49.070	5,1%	202.537	183.592	10,3%
Carga Total (Toneladas) *	76.492	74.352	2,9%	290.846	311.150	-6,5%

*Volume de cargas faturadas no terminal de cargas de GRU Airport (TECA)

O GRU Airport registrou 41,3 milhões de passageiros em 2023, aumento de 19,8% em relação ao ano 2022. O segmento internacional foi responsável pelo aumento de 29,5%. Apesar do aumento, este número ainda é inferior ao verificado no período pré-pandemia. Em 2019, houve registro de 43,0 milhões de passageiros.

O Movimento Total de Aeronaves (MTA) também melhorou em relação a 2022. Foram 274,9 mil pousos e decolagens no período, sendo 13,2% maior que o período anterior. O mercado internacional cresceu 22,1% e o doméstico, 10,3%.

Em relação ao volume de cargas houve redução de 6,5%. Em 2023, registrou 290,8 mil toneladas, uma redução de 20,3 mil toneladas em relação a 2022.

RODOVIAS

Resultados das Operações Continuadas

Indicadores Operacionais (Mil)	4T23	4T22	▲	2023	2022	▲
CLN	2.503	2.309	8,4%	9.214	8.440	9,2%
Veículos leves	2.203	2.011	9,5%	8.045	7.281	10,5%
Veículos pesados	300	298	1,0%	1.168	1.159	0,9%
ViaRio	6.197	5.799	6,8%	23.526	21.981	7,0%
Veículos leves	5.668	5.353	5,9%	21.584	20.317	6,2%
Veículos pesados	529	447	18,4%	1.943	1.664	16,7%
VEP's das Operações Continuadas	8.700	8.109	7,3%	32.740	30.421	7,6%
Veículos leves	7.871	7.364	6,9%	29.629	27.598	7,4%
Veículos pesados	829	744	11,3%	3.111	2.823	10,2%

O tráfego consolidado das operações continuadas atingiu 32,7 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), aumento de 7,6% em relação ao ano anterior, que totalizou 30,4 milhões. Os veículos pesados tiveram aumento de 10,2%, totalizando 3,1 milhões de VEPs no ano.

A CLN apresentou 9,2 milhões de VEPs em 2023, um aumento de 9,2% comparado ao ano anterior que registrou 8,4 milhões, aumento de 10,5% em veículos leves e aumento de 0,9% em veículos pesados.

A VIARio apresentou acréscimo de 7,0% no fluxo de veículos pagantes em 2023, totalizando 23,5 milhões, sendo desse total, 6,2% de veículos leves e 16,7% de veículos pesados.

Resultados das Operações Descontinuadas e Mantidas para Venda

Indicadores Operacionais (Mil)	4T23	4T22	▲	2023	2022	▲
LAMSA	11.512	11.687	-1,5%	45.897	45.754	0,3%
Veículos leves	10.554	10.786	-2,2%	42.201	42.275	-0,2%
Veículos pesados	958	900	6,4%	3.695	3.479	6,2%
Via040	21.130	19.778	6,8%	82.229	78.179	5,2%
Veículos leves	6.155	5.651	8,9%	23.433	21.201	10,5%
Veículos pesados	14.975	14.127	6,0%	58.795	56.978	3,2%
VEP's Operações Descontinuadas e Mantidas para Venda	32.642	31.464	3,7%	128.125	123.933	3,4%
Veículos leves	16.708	16.437	1,6%	65.635	63.475	3,4%
Veículos pesados	15.934	15.027	6,0%	62.491	60.457	3,4%

A LAMSA registrou 45,9 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes – VEPs em 2023, um aumento de 0,3% mantendo-se em linha com relação ao ano anterior.

A VIA040 registrou 82,2 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes – VEPs em 2023, representando um aumento de 5,2% em relação a 2022, impactado principalmente por veículos leves que teve um aumento de 10,5% comparado com 2022.

MOBILIDADE URBANA

Indicadores Operacionais (Mil)	4T23	4T22	▲	2023	2022	▲
VLT Carioca	9.765	9.267	5,4%	38.585	35.587	8,4%
Passageiros Pagantes	4.623	4.369	5,8%	18.221	16.806	8,4%
Passageiros Transportados	5.142	4.898	5,0%	20.364	18.780	8,4%

O VLT atingiu 18,2 milhões de passageiros pagantes em 2023, um aumento de 8,4% em relação ao ano anterior.

Resultados Financeiros

Na tabela abaixo estão os principais índices e indicadores de atividade, inflação, juros e câmbio que auxiliarão no entendimento dos resultados operacionais e financeiros da Companhia, apresentados nos itens a seguir:

Indicadores	2023	2022	▲
IPCA Acumulado dos últimos 12 meses	4,62%	5,79%	-1,2 p.p.
Dólar Final do Período	R\$ 4,84	R\$ 5,22	-7,24%
CDI Final do Período	11,65%	13,65%	-2,0 p.p.
CDI Acumulado dos últimos 12 meses	13,04%	12,39%	0,6 p.p.

<https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>

<https://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpsq.asp?id=txcotacao>

http://estatisticas.cetip.com.br/astec/series_v05/paginas/lum_web_v04_10_03_consulta.asp

Receitas

Receita por segmento (R\$ milhões)	4T23	4T22	▲	2023	2022	▲
Receita Bruta	891,7	815,9	9,3%	3.348,7	2.871,4	16,6%
Receitas Tarifárias						
Aeroporto	458,2	429,3	6,7%	1.749,2	1.590,6	10,0%
Rodovia	25,3	21,2	19,3%	88,0	77,6	13,4%
Receitas Não Tarifárias						
Aeroporto	397,9	315,5	26,1%	1.469,5	1.145,6	28,3%
Rodovia	1,1	0,9	25,0%	3,1	2,9	10,7%
Receita de Construção	9,3	49,0	-81,2%	38,9	54,7	-28,9%
Deduções da Receita Bruta	(112,1)	(117,9)	-4,9%	(417,6)	(409,5)	2,0%
Receita Líquida	779,6	698,0	11,7%	2.931,1	2.461,9	19,1%
Receita de Construção	9,3	49,0	-81,2%	38,9	54,7	-28,9%
Receita Líquida Ajustada¹	770,3	649,0	18,7%	2.892,1	2.407,2	20,1%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção

A Receita Líquida Ajustada da Companhia foi 20% superior em 2023, atingindo R\$ 2,8 bilhões, sendo o setor aeroportuário o responsável por este aumento.

1. A Receita Tarifária de Gru *Airport* foi de R\$ 1, 7 bilhão, 10% superior ao ano de 2022, contribuíram para este desempenho: (i) a retomada na demanda de passageiros e (ii) retomada na movimentação de aeronaves (MTA).
2. A Receita não Tarifária de GRU *Airport* foi de R\$ 1,5 bilhão em 2023, 28,3% superior aos R\$ 1,1 bilhão de 2022. Tendo como principais destaques: (i) Duty Free: impulsionado pelo aumento de 29,5% no volume de passageiros internacionais; (ii) Salas VIP: devido a inauguração de novas unidades em 2023; (iii) Combustíveis (Aeronaves): Explicado pelo aumento do MTA de 13,2%.

Custos e Despesas

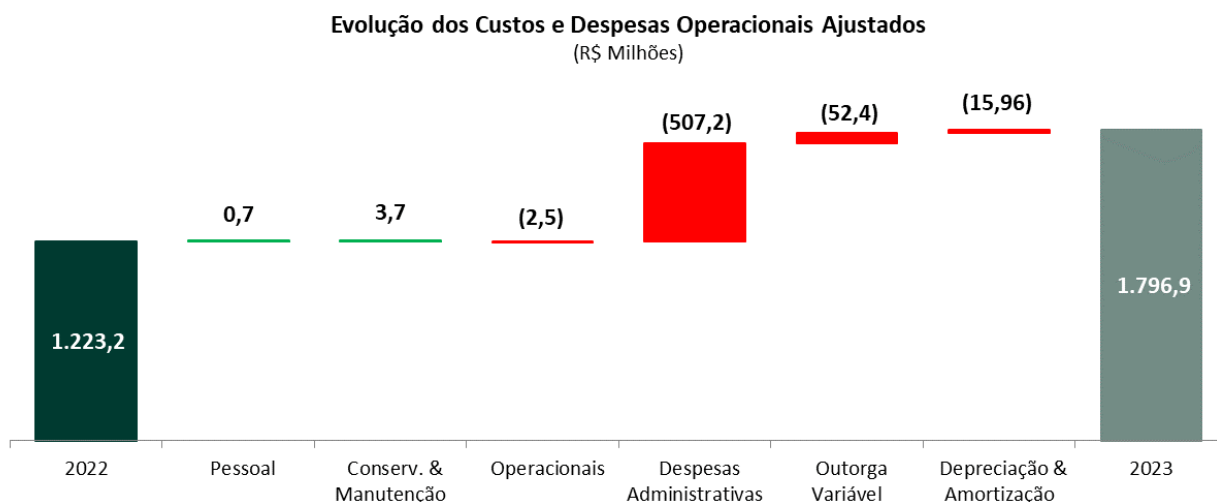
Custos e Despesas (R\$ Milhões)	4T23	4T22	▲	2023	2022	▲
Pessoal	(38,9)	(41,1)	-5,4%	(147,2)	(147,9)	-0,5%
Conservação & Manutenção	(43,8)	(51,4)	-15,0%	(125,6)	(129,3)	-2,9%
Operacionais	(38,4)	(40,3)	-5,0%	(195,3)	(192,8)	1,3%
Despesas Adm. e receitas ou despesas operacionais	(18,3)	369,5	-104,9%	19,9	527,1	-96,2%
Custos & Despesas Administráveis	(139,3)	236,7	-158,9%	(448,3)	57,1	-886,3%
Outorga Variável	(83,5)	(70,6)	18,3%	(314,3)	(261,9)	20,0%
Depreciação & Amortização	(275,6)	(256,2)	7,6%	(1.034,3)	(1.018,3)	1,6%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados ¹	(498,3)	(90,1)	453,7%	(1.796,9)	(1.223,2)	46,9%
Custo de Construção (IFRS)	(9,3)	(49,0)	-81,2%	(38,9)	(54,7)	-28,9%
<i>Impairment</i>	(6,5)	(5,9)	8,5%	(26,0)	27,9	-193,5%
Custos & Despesas Operacionais	(514,1)	(145,0)	254,5%	(1.861,9)	(1.250,1)	48,9%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e Custo de Construção e *Impairment*

Conservação e Manutenção houve redução de 2,9% comparado com 2022. A redução de custos é reflexo de menor consumo de materiais de manutenção em 2023, além de algumas demandas ocorridas em 2022, como manutenção de ar-condicionado, predial e manutenção civil).

Aumento de 96,2% em despesas administrativas e receitas ou despesas operacionais devido ao menor reequilíbrio econômico-financeiro de GRU *Airport*. Em contrapartida houve variação positiva atribuída a redução no custo dos seguros.

Aumento de 20% da outorga variável, uma vez que tem relação direta com as receitas do ano.

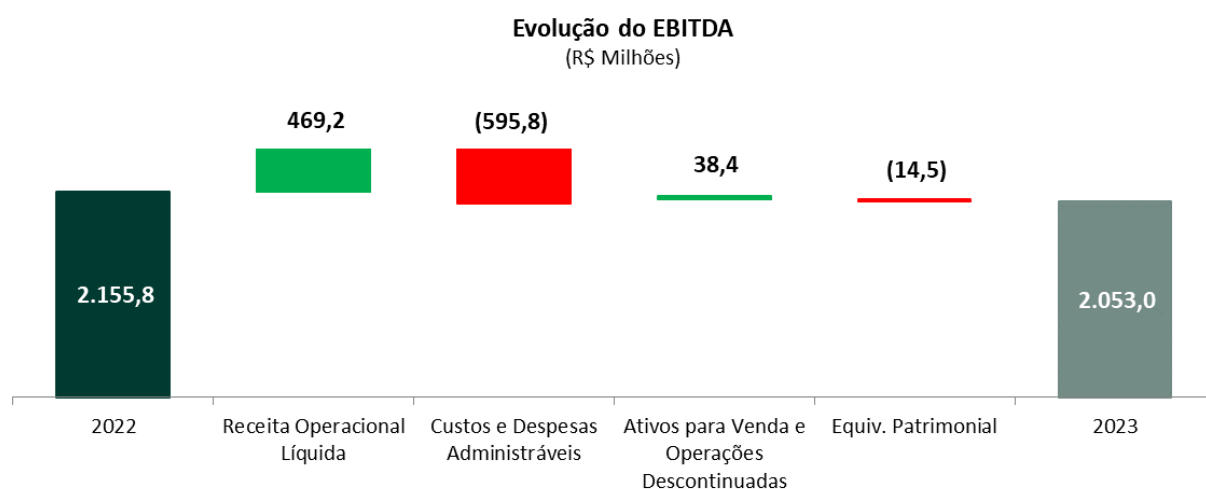


EBITDA

Em 2023, o EBITDA da Companhia registrou redução de 4,8%, alcançando R\$ 2,1 bilhões, com Margem EBITDA de 70%. Esse resultado é reflexo do reequilíbrio econômico-financeiro, dado que em 2023 foi de 117,2 milhões vs 644,3 milhões em 2022 contabilizado em outras receitas operacionais, compensando o impacto nas operações aeroportuárias em virtude da pandemia, tanto nas receitas como nos custos e despesas.

EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$ mil)	4T23	4T22	▲	2023	2022	▲
Lucro (Prejuízo) Líquido	5,2	78,0	-93,5%	(164,3)	(155,7)	5,6%
Participação de não controlador	(8,9)	121,2	-107,3%	(112,7)	(80,2)	40,5%
Resultado Financeiro	292,8	335,6	-12,8%	1.378,6	1.436,3	-4,0%
IRPJ & CSLL	(12,0)	(1,6)	650,0%	(82,8)	(63,0)	31,6%
Depreciação e Amortização	275,6	256,2	7,6%	1.034,3	1.018,3	1,6%
EBITDA ICVM 527	552,7	789,4	-30,0%	2.053,0	2.155,8	-4,8%
Margem EBITDA	70,9%	113,1%	-42,2 pp	70,0%	87,6%	-17,5 pp
(-) Receita de Construção (IFRS)	(9,3)	(49,0)	-81,2%	(38,9)	(54,7)	-28,9%
(+) Custo de Construção (IFRS)	9,3	49,0	-81,2%	38,9	54,7	-28,9%
(+) Resultado Mantido p/Venda e Op. Desc.	(9,6)	15,1	-163,3%	34,7	73,1	-52,6%
(+) Impairment	6,5	5,9	8,5%	26,0	(27,9)	-193,5%
EBITDA Ajustado¹	549,55	810,47	-32,2%	2.113,75	2.201,01	-4,0%
Margem EBITDA Ajustada¹	71,3%	124,9%	-53,5 pp	73,1%	91,4%	-18,4 pp

¹ Desconsidera os impactos das IFRSs em relação à Receita e Custo de Construção e Impairment.



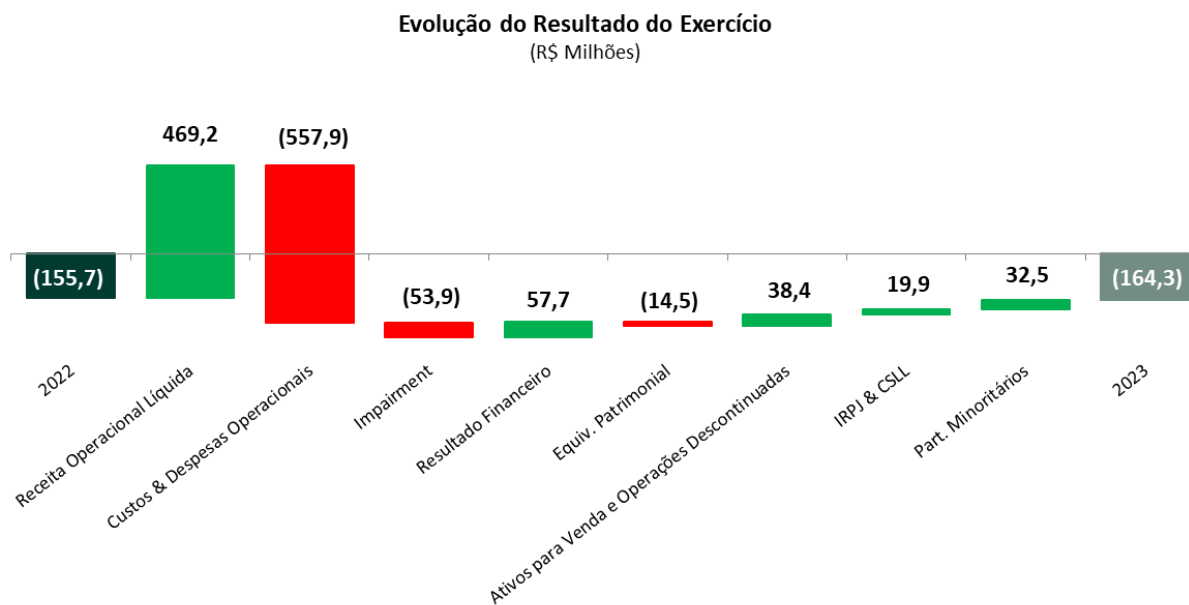
Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ Milhões)	4T23	4T22	▲	2023	2022	▲
Resultado Financeiro	(292,8)	(335,6)	-12,8%	(1.378,6)	(1.436,3)	-4,0%
Receita Financeira	128,3	170,3	-24,6%	477,7	386,4	23,6%
Juros	110,6	164,4	-32,8%	405,6	373,5	8,6%
Outros	17,7	5,8	205,2%	72,2	13,0	458,9%
Despesa Financeira	(421,1)	(505,9)	-16,7%	(1.856,4)	(1.822,8)	1,8%
Outorga GRU	(339,1)	(385,7)	-12,1%	(1.472,8)	(1.382,9)	6,5%
Juros	(66,0)	(83,4)	-20,8%	(309,3)	(348,8)	-11,3%
Outros	(16,0)	(36,8)	-56,8%	(74,2)	(91,1)	-18,5%

O Resultado Financeiro de 2023 teve uma melhora de 4% com relação ao ano anterior. A Receita de Juros teve um aumento de 9% decorrente de juros sobre aplicações financeiras, aumento na Outorga GRU de 6,5% e redução de 11,3% de Juros comparado ao ano anterior.

Resultado do Exercício

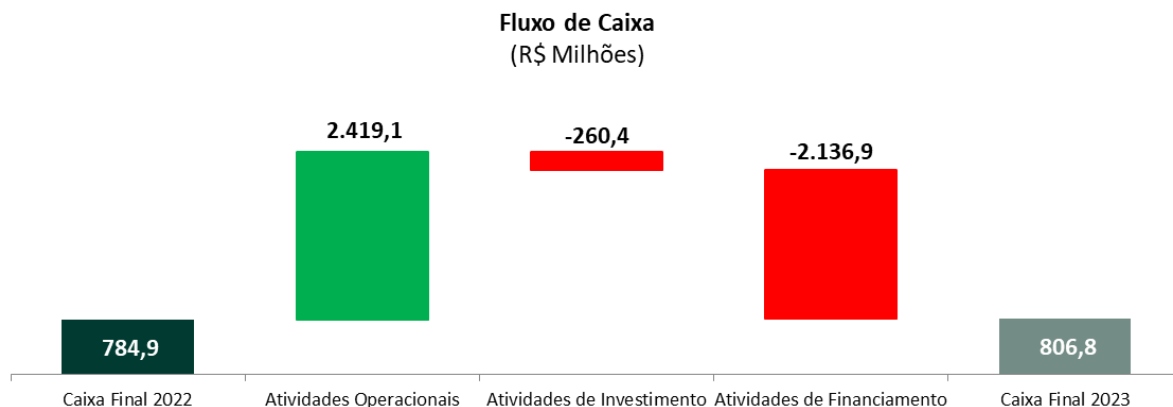
Resultado do Exercício (R\$ Milhões)	4T23	4T22	▲	2023	2022	▲
Lucro (Prejuízo) Líquido	5,2	78,0	-93%	(164,3)	(155,7)	6%



O prejuízo da INVEPAR em 2023 foi de R\$ 164,3 milhões, um aumento de 6%, quando comparado ao prejuízo de 2022 no valor de R\$ 155,7 milhões. O impacto negativo é representado pela redução no valor dos reequilíbrios COVID-19 e APM quando comparado ao ano de 2022 compensado parcialmente pela melhor performance operacional impulsionada pelo aumento de passageiros e movimentação de aeronaves.

Fluxo de Caixa

Em 2023, a INVEPAR apresentou aumento de caixa de R\$ 21,8 milhões, encerrando o ano com saldo final de caixa de R\$ 806,8 milhões.



Endividamento

Disponibilidades e Endividamento (R\$ Milhões)	2023	2022	▲
Dívida Bruta	3.170,9	3.676,9	-13,8%
Curto Prazo	742,8	500,6	48,4%
Empréstimos e Financiamentos	386,3	355,7	8,6%
Debêntures	356,5	145,0	146,0%
Longo Prazo	2.428,1	3.176,3	-23,6%
Empréstimos e Financiamentos	1.354,8	1.723,7	-21,4%
Debêntures	1.073,3	1.452,7	-26,1%
Disponibilidades	1.919,3	1.783,5	7,6%
Caixa e equivalentes de caixa	806,8	784,9	2,8%
Aplicações Financeiras	1.112,5	998,5	11,4%
Dívida Líquida	1.251,6	1.893,5	-33,9%

A Dívida Líquida de 2023 reduziu 33,9% em relação a verificada em 2022. Esta redução é decorrente da amortização de principal do período e aumento de caixa e equivalentes, bem como da remuneração das aplicações financeiras.

Investimentos

Investimentos (R\$ Milhões)	2023	2022	▲
CLN	0,4	0,7	-42,9%
GRU Airport	274,0	395,3	-30,7%
Total Investido¹	274,4	396,0	-30,7%

¹ Movimentação do período. Não considera depreciação e amortização.

Em 2023, os investimentos totalizaram R\$ 274,0 milhões em GRU *Airport*, tendo como destaque o projeto APM - *Automated People Mover*, sistema de conexão rápida entre a estação Aeroporto linha 13 – Jade da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e o Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP, que obteve um desembolso de caixa menor em 2022, quando comparado com o ano de 2023.

Considerações Finais

Perspectivas

O ano de 2023, conforme já abordado foi um ano de consolidação dos ajustes realizados no Grupo INVEPAR e a busca por uma solução do endividamento da Companhia com a assinatura do 2º Termo Aditivo do Acordo de Reestruturação.

Para o ano 2024, a Companhia se mantém focada na redução do nível de endividamento com seus credores conforme o Acordo de Reestruturação e na manutenção das atividades da própria Companhia e de seus ativos.

A INVEPAR acompanha o processo jurídico entre a Linha Amarela S.A. – LAMSA e a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro no Supremo Tribunal Federal – STF, bem como o processo de relicitação da VIA040.

Audidores Independentes

O Grupo INVEPAR utiliza os serviços de auditoria independente da Mazars Auditores Independentes desde 01 de abril de 2021. No exercício encerrado em dezembro de 2023, os auditores independentes não prestaram outros serviços além da auditoria externa, que não entre em conflito com as normas de independência dos auditores externos NBCTA -200.

Agradecimentos

Registramos os agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. O reconhecimento à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Companhia.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2024

Marcus Vinicius Figur da Rosa

Diretor de Relações com Investidores

s



Anexos

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado (R\$ Milhões)	4T23	4T22	▲	2023	2022	▲
Receita Bruta	891,7	815,9	9%	3.348,7	2.871,4	17%
Deduções da Receita Bruta	(112,1)	(117,9)	-5%	(417,6)	(409,5)	2%
Receita Líquida	779,6	698,0	12%	2.931,1	2.461,9	19%
Custos & Despesas Operacionais	(514,1)	(145,0)	254%	(1.861,9)	(1.250,1)	49%
Pessoal	(38,9)	(41,1)	-5,4%	(147,2)	(147,9)	-0,5%
Conservação & Manutenção	(43,8)	(51,4)	-15%	(125,6)	(129,3)	-3%
Operacionais	(38,4)	(40,3)	-5%	(195,3)	(192,8)	1%
Outorga Variável	(83,5)	(70,6)	18%	(314,3)	(261,9)	20%
Despesas Administrativas	(18,3)	369,5	-105%	19,9	527,1	-96%
Impairment	(6,5)	(5,9)	8%	(26,0)	27,9	-194%
Custo de Construção (IFRS)	(9,3)	(49,0)	-81%	(38,9)	(54,7)	-29%
Depreciação & Amortização	(275,6)	(256,2)	8%	(1.034,3)	(1.018,3)	2%
Equivalência Patrimonial	2,0	(4,6)	-143,5%	(15,8)	(1,3)	1107,7%
Resultado Operacional	267,5	548,4	-51%	1.053,4	1.210,5	-13%
Resultado Financeiro Líquido	(292,8)	(335,6)	-13%	(1.378,6)	(1.436,3)	-4%
Receita Financeira	128,3	170,3	-25%	477,7	386,4	24%
Juros	110,6	164,4	-33%	405,6	373,5	9%
Outros	17,7	5,8	205%	72,2	13,0	459%
Despesa Financeira	(421,1)	(505,9)	-17%	(1.856,4)	(1.822,8)	2%
AVP Outorga GRU	(339,1)	(385,7)	-12%	(1.472,8)	(1.382,9)	7%
Juros	(66,0)	(83,4)	-21%	(309,3)	(348,8)	-11%
Outros	(16,0)	(36,8)	-57%	(74,2)	(91,1)	-18%
Resultado Antes de Impostos	(25,3)	212,8	-112%	(325,2)	(225,8)	44%
IR & CS	12,0	1,6	650%	82,8	63,0	32%
IR e CS Correntes	(5,3)	(14,1)	100,0%	(8,2)	(16,9)	100,0%
IR e CS Diferidos	17,3	15,7	10%	91,0	79,9	14%
Resultado antes das partic. dos não controladores	(13,3)	214,4	-106%	(242,4)	(162,8)	49%
Operação descontinuada e mantida p/ venda	9,6	(15,1)	-163%	(34,7)	(73,1)	-53%
Participação de não controlador	(8,9)	121,2	-107,3%	(112,7)	(80,2)	40,5%
Lucro (Prejuízo) do Exercício	5,2	78,0	-93%	(164,3)	(155,7)	6%

Balanço Patrimonial

Ativo (R\$ Milhões)	2023	2022
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	806,8	784,9
Aplicações financeiras	918,4	823,5
Contas a receber	262,4	304,1
Contas a receber venda de investimento	150,0	-
Estoques	14,1	12,2
Tributos a recuperar	96,6	77,9
Adiantamentos	17,5	11,4
Partes relacionadas	-	2,7
Outros	9,1	10,4
Total do Ativo Circulante	2.274,9	2.027,1
Ativo mantido para venda e operação descontinuada	1.216,8	1.426,0
Ativo Não Circulante		
Aplicações financeiras	194,2	175,0
Contas a receber	34,3	179,0
Impostos diferidos ativos	959,9	868,8
Tributos a recuperar	308,4	312,5
Partes relacionadas	173,1	146,0
Outros	43,5	39,0
Investimentos	67,0	94,4
Imobilizado	13,8	17,3
Intangível	11.510,0	12.265,3
Total do Ativo Não Circulante	13.304,1	14.097,4
Total do Ativo	16.795,8	17.550,5

Passivo (R\$ Milhões)	2023	2022
Passivo Circulante		
Fornecedores	113,2	78,9
Empréstimos e financiamentos	386,3	355,7
Debêntures	356,5	145,0
Tributos a recolher	44,6	84,0
Obrigações com empregados e administradores	25,6	27,3
Receita diferida	62,3	55,3
Adiantamentos de clientes	28,9	6,0
Concessão de serviço público	1.913,1	2.317,6
Outros	10,7	182,1
Total do Passivo Circulante	2.941,1	3.251,8
Passivo mantido para venda e operação descontinuada	1.167,1	1.310,0
Passivo Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	1.354,8	1.723,7
Debêntures	1.073,3	1.452,7
Concessão de serviço público	13.120,1	12.402,6
Adiantamentos de clientes	9,7	7,0
Provisão para riscos processuais	40,5	48,0
Dividendos	22,8	24,1
Receita diferida	382,0	387,7
Outros	17,3	0,8
Total do Passivo não Circulante	16.020,4	16.046,6
Total do Passivo	20.128,7	20.608,4
Patrimônio Líquido		
Capital social	3.867,9	3.867,9
Resultado acumulado exercícios anteriores	(5.301,2)	(5.136,8)
Participação dos não controladores	(1.899,6)	(1.789,0)
Total do Patrimônio Líquido	(3.332,9)	(3.057,9)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	16.795,8	17.550,5



INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR
COMPANHIA ABERTA
CNPJ Nº 03.758.318/0001-24
NIRE Nº 33.3.002.6.520-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Contábeis e suas respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício. O exame dos referidos documentos foi complementado por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia.

Com base nos referidos trabalhos e esclarecimentos, bem como no Relatório emitido sem modificações pelos Auditores Independentes, destacando o parágrafo do Relatório dos Auditores Independentes sobre incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia, este Conselho Fiscal, pela unanimidade de seus membros, opina que as Demonstrações Contábeis e suas respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício estão em condições de serem apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2024.

Eslei José de Moraes
Presidente

Artemio Bertholini
Membro Titular

Felipe Guidi
Membro Titular

Jorge Andrade Costa
Membro Titular

**INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR
COMPANHIA ABERTA**

**CNPJ/MF: 03.758.318/0001-24
NIRE: 33.3.002.6.520-1**

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da INVEPAR é um órgão não estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, atualmente composto por quatro membros.

No período de 14 de março de 2023 a 21 de março de 2024 realizou 16 reuniões, com participação dos auditores independentes, auditoria interna, diretores e executivos e, no exercício de suas atribuições e responsabilidades, avaliou o escopo do plano anual dos auditores independentes e da auditoria interna e as recomendações emitidas nos seus respectivos relatórios, tratou do monitoramento dos trabalhos de gerenciamento de riscos controles internos e do canal de denúncias, dos ativos e passivos contingentes, dos aspectos legais e regulamentares relativos às demonstrações financeiras intermediárias e anual.

Com base nas atividades desenvolvidas, análises e debates realizados no transcorrer das reuniões, julgando que os temas relevantes que lhe foram dados a conhecer estão adequadamente apresentados no Relatório da Administração, nas Demonstrações Financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e relatório emitido pela Mazars Auditores Independentes, sem ressalvas, entende que os mesmos estão em condições de serem apreciados pelo Conselho de Administração, para posterior deliberação da Assembleia de Acionistas.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2024.

Roberto Emilio Patriarca
Coordenador

Aldo Luiz Mendes

Odirley Araújo Rios

Wilman Sanchez

Pareceres e Declarações - Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 27 da Resolução nº 80 de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Pareceres e Declarações - Declaração dos diretores sobre o relatório do auditor independente

Em observância às disposições constantes no artigo 27 da Resolução nº 80 de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório da Mazars Auditores Independentes, emitido em 22 de março de 2024, referente às Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.